



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Carolina Silveira da Conceição

**Trajetória de vida de mulheres negras assistidas por um Centro
Especializado de Atendimento à Mulher em situação de violência:
(res)significados, (re)descobertas e (re)construções**

Rio de Janeiro

2018

Carolina Silveira da Conceição

Trajatória de vida de mulheres negras assistidas por um Centro Especializado de Atendimento à Mulher em situação de violência: (res)significados, (re)descobertas e (re)construções

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra Claudia Mercedes Mora Cárdenas

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

C744 Conceição, Carolina Silveira da
Trajetória de vida de mulheres negras assistidas por um Centro Especializado de Atendimento à mulher em situação de violência: (res)significados, (re)descobertas e (re)construções / Carolina Silveira da Conceição – 2018.
105 f.

Orientadora: Claudia Mercedes Mora Cárdenas

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Violência contra a mulher – Teses. 2. Violência de gênero – Teses. 3. Acontecimentos que mudam a vida – Teses. 3. Racismo – Teses. 4. Mulheres agredidas – Teses. 5. Grupo com ancestrais do continente africano – Teses. 6. Pesquisa qualitativa – Teses. I. Cárdenas, Claudia Mercedes Mora. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 616.89-008.444.9-055.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Carolina Silveira da Conceição

Trajetória de vida de mulheres negras assistidas por um Centro Especializado de Atendimento à Mulher em situação de violência: (res)significados, (re)descobertas e (re)construções

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 21 de maio de 2018.

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudia Mercedes Mora Cárdenas
Instituto de Medicina Social - UERJ

Banca Examinadora: _____

Prof.^a Dra. Adriana Lemos Pereira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof.^a Dra. Ana Paula da Silva
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara
Instituto de Medicina Social – UERJ

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as “mulheres de cor”, a todos os corpos negros marginalizados que dia após dia tem sobrevivido aos caos e aos dias incertos. Aquelas que incessantemente têm se esforçado para ocupar o seu lugar no mundo **#mariellepresente**.

AGRADECIMENTOS

Todas as vezes que me deparava com a entrada do Instituto de Medicina Social declarava no meu íntimo: um dia estarei aqui. Pois bem, este dia chegou e, portanto, inicio meus agradecimentos àquele que me permitiu chegar até aqui, meu Deus. Ao Deus que me sustentou, fortaleceu e me iluminou durante todo o processo da escrita.

A minha família, minha base, minha fortaleza. Ao meu pai, Paulo Roberto, minha referência de vida, força e coragem. A minha mãe, Tânia Mara, meu aconchego, conforto e carinho. Ao meu noivo, Leonardo, por estar comigo nos momentos de angústia e me assessorar tecnicamente na estruturação do projeto. Aos meus irmãos, Tatiana e Bruno, pelas palavras de apoio e ajuda e ao meu sobrinho, Bernardo, cujo sorriso e vigor de criança me trazem esperança de dias melhores.

A minha orientadora, Claudia Mora, por embarcar nessa empreitada de peito aberto e construir junto comigo. Pelo processo de aprendizagem e a simbiose criada. Pelo cuidado, sensibilidade e pela oportunidade de sair de cada encontro nosso com uma provocação e por instigar minha reflexividade.

A minha amiga Beatriz Veiga pelo ânimo e incentivo constantes.

Aos professores Sérgio Carrara e Ana Paula Silva pelas preciosas sugestões durante a construção do projeto.

A professora Adriana Lemos, pelo espaço concedido para falar sobre minha pesquisa aos alunos de graduação da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade onde me formei e na qual tenho orgulho de ter feito parte. Da graduação aos caminhos da docência.

A equipe de profissionais do CEAM por abrirem as portas da instituição e me acolherem tão bem.

A todas as mulheres assistidas pelo CEAM por compartilhar suas histórias de vida comigo e pela mutualidade no aprendizado.

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar, porque descobri no caminho incerto da vida, que o mais importante é decidir.

Cora Coralina

RESUMO

CONCEIÇÃO, Carolina Silveira. *Trajetória de vida de mulheres negras assistidas por um Centro de Especializado de Atendimento à mulher em situação de violência: (res)significados, (re)descobertas e (re)construções*. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esta pesquisa discute a trajetória de vida de mulheres negras assistidas por um Centro Especializado de Atendimento à Mulher em situação de violência (CEAM). O uso do (Re) indicando os (res)significados, as (re)descobertas e as (re)construções apontavam para a hipótese de que estes elementos poderiam ou não ser constitutivos do contexto de violência das mulheres institucionalizadas, mas o primordial foi compreendê-los a partir de suas trajetórias de vida. O objetivo da pesquisa foi compreender como essas mulheres ressignificam suas relações com parceiros íntimos, se redescobrem nos espaços sociais e reconstróem seus laços afetivos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada na interpretação de trajetórias de vida a partir da utilização da observação participante nos grupos de reflexão e de entrevistas individuais em profundidade. Foi possível perscrutar que o processo de (res)significação nos contextos violentos não estava circunscrito as relações com parceiros íntimos, abrangendo também outros agentes ligados ao seu círculo social direta ou indiretamente. A violência foi compreendida como práticas de desrespeito presente no cotidiano das mulheres. No âmbito das redescobertas, o desejo de romper com estruturas de poder que limitavam essas mulheres de ocupar os espaços sociais passa pela separação com parceiros que as cerceavam de buscar seus sonhos e objetivos. O processo de redescoberta envolveu também o exercício da sexualidade e a relação com o corpo. Nesse ponto, a satisfação sexual e a boa relação com o corpo foram influenciadas pela sensação de serem desejadas e tratadas com afeto pelos parceiros. Na esfera da reconstrução dos laços afetivos, os modelos familiares influenciaram negativamente na dinâmica e na resposta das informantes à violência de gênero. Os conflitos familiares que mais se destacaram foram aqueles envolvendo a relação mães e filhos. No entanto, foram esses conflitos que evidenciaram maior possibilidade de reconstrução exitosa. A violência esta presente ao longo de toda a trajetória de vida das mulheres pesquisadas. Essa violência muitas vezes apareceu de forma “sutil” através do preconceito racial, da discriminação etária, de ofensas e preterições de parceiros ou potenciais parceiros afetivo-sexuais, das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e do esforço dessas mulheres para se enquadrarem aos padrões condizentes com a cultura do embranquecimento. É necessário ampliar o debate que cerca a violência de gênero e a interseccionalidade, visto que estes recortes são essenciais para a construção de políticas públicas e para a capacitação de profissionais no manejo e no enfretamento da violência de gênero.

Palavras-chave: Trajetórias de vida. Violência de gênero. Mulheres negras. Interseccionalidade.

ABSTRACT

CONCEIÇÃO, Carolina Silveira. *Life journey of black women assisted by a Specialized Care Center for Women in situations of violence: (re) meanings, (re) discoveries and (re) constructions*. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This research discusses the life journey of black women assisted by a specialized Center Care for of women in situation of violence (CEAM). The use of (Re) indicating meanings, (re) discoveries and (re) constructions pointed out to the hypothesis that these elements might or might not be constitutive of the institutionalized women's violence context, but the primordial was understood them from their life trajectories. The objective of the research was to understand how these women re-signify their relationships with intimate partners, rediscover themselves in social spaces and rebuild their affective ties. It is a qualitative research based on the interpretation of life trajectories from the use of participant observation in reflection groups and from individual in-depth interviews. It was possible to examine that the process of (re) signification in violent contexts was not limited to relationships with intimate partners, also encompassing other agents linked to their social circle directly or indirectly. Violence was understood as practices of disrespect present in women's daily lives. In the context of the rediscovery, the desire to break with the structures of power that limited these women to occupy the social spaces, passes through the separation with partners that constrained them from pursuing their dreams and goals. The process of rediscovery also involved the exercise of sexuality and the relationship with the body. At this point, sexual satisfaction and good relationship with the body were influenced by the feeling of being wanted and treated with affection by the partners. In the sphere of the reconstruction of the affective bonds, the familiar models influenced negatively in the dynamics and the answer of the informants to the violence of gender. The family conflicts that stood out the most were those involving the relationship between mothers and children. However, it was these conflicts that showed a greater possibility of successful reconstruction. Violence is present throughout the life journey of the women surveyed. This violence often appeared "subtly" through racial prejudice, age discrimination, offenses and preteritions of partners or potential sexual-affective partners, difficulties in accessing the labor market, and the effort of these women to conform to standards consistent with the culture of whitening. It is necessary to broaden the debate surrounding gender violence and intersectionality, since these cuts are essential for the construction of public policies and for the training of professionals in the management and enforcement of gender violence.

Keywords: Life journey. Gender violence. Black women. Intersectionality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 A violência a partir da perspectiva de gênero	15
1.2 A interseccionalidade e os marcadores sociais da diferença	23
1.3 Sobre mulheres negras e violência de gênero	26
1.3.1 <u>Os estudos sobre violência e o recorte racial</u>	31
2. TRAJETÓRIA DE PESQUISA: observações, percepções e construções	34
2.1 O campo de pesquisa	35
2.2 Os Grupos de Reflexão e os meus “eus” nos Grupos	39
2.3 Estratégias Metodológicas	43
2.3.1 <u>A observação Participação</u>	43
2.3.2 <u>As entrevistas</u>	44
2.3.3 <u>A caracterização das entrevistadas</u>	46
2.3.3.1 As heroínas negras contemporâneas	49
2.3.3.1.1 Dandara	49
2.3.3.1.2 Teresa	49
2.3.3.1.3 Luisa	50
2.3.3.1.4 Aqaltune	50
3. (RES)SIGNIFICANDO AS RELAÇÕES VIOLENTAS	52
3.1 Os disfarces da violência: a solidão e a cor	52
3.2 Os desdobramentos da violência de gênero	57
3.3 O apoio institucional	60
3.4 Respeito é bom e eu gosto	67
4. (RE)DESCOBRINDO-SE NOS ESPAÇOS SOCIAIS	70
4.1 Ocupando os espaços: das interdições as possibilidades	70
4.2 Explorando outros espaços: os domínios da sexualidade e do corpo	76
5. (RE)CONSTRUINDO LAÇOS AFETIVOS	86
5.1 Os modelos familiares: aspectos geracionais e conflitos	86
5.2 (Re)construindo laços	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93

REFERENCIAS	96
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas.....	101
APÊNDICE B - Roteiro de observação participante	103
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	104

INTRODUÇÃO

O caminho da pesquisa assemelha-se a uma colcha de retalhos. Igualmente ao processo de tear os fios, a elaboração de uma pesquisa envolve um processo manual, minucioso, que nos exige, nos esgota, mas quando concluso, traz-nos a satisfação. Esse processo compreende desde a escolha do tema, os percalços no seu decurso até as mudanças provocadas em nós. Mattos aponta que: “(...) a cada momento de reflexividade sobre o trabalho de desempenho no trabalho, modifica-se o caminhar e cria-se um movimento próprio aos dados e como deles refletem as nossas questões” (2011, p. 67).

Esta pesquisa foi construída pelos fios da inquietação, dos pontos de partida e das vicissitudes. Minhas inquietações operaram no campo pessoal e profissional e precisavam de um ponto de partida, uma premissa que trouxesse respostas a ela, não soluções. Essa nunca foi minha pretensão. É necessário abrir-se para outras tantas inquietações que surgirão pelo caminho até, por fim, experimentar as vicissitudes que o desenvolver da pesquisa produziu em mim.

Confesso que, quando comecei a escrever meu pré-projeto de pesquisa para apresentá-lo à seleção de mestrado do Instituto de Medicina Social/IMS/UERJ, não tinha um material consistente nas mãos, um caminho iluminado a seguir, só havia uma certeza dentro de mim: precisava falar por mim, por elas e por nós: mulheres negras. Precisava assumir um lugar de fala dentro de um espaço acadêmico ocupado majoritariamente por homens e por brancos, ciente de que minha presença nesse espaço e a temática da minha pesquisa por si só constituiriam em um modo de resistência e luta. Internalizado isso, sobretudo pela consciência de quem sou enquanto mulher, negra, com suas raízes, sua estética e seu papel social e pelo reconhecimento e percepção da complexidade e lutas travadas diariamente ao possuir essa identidade no encarar das ruas, das casas, dos múltiplos espaços de sociabilidade, dos desafios e esforços que precisamos fazer para sair desse lugar que teimam em nos colocar: de submissão, de solidão, de invalidação e de negação, é que percorri caminhos que ajudaram a unir minhas inquietações pessoais as minhas inquietações profissionais.

Como enfermeira de uma unidade básica de saúde da família localizada em um município da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, percebo que os territórios, os quais eu denomino de “espaços de invisibilidade dos sujeitos”, são ocupados por indivíduos cuja voz quase sempre é obliterada. Essa invisibilidade se traduz nos precários serviços de saneamento básico, nas dificuldades de acesso as outras redes de saúde locais, no deficiente sistema

educacional, etc. Havemos de convir que a emergência dos fatos em muito se deve à ineficiente atuação do poder público nesses territórios.

É justamente nesses espaços lacunares que contextos de vulnerabilidades são instituídos, ligados às relações sociais. Nesse cruzamento entre vulnerabilidades e relações sociais se deflagram, por exemplo, cenários de violência e o lugar das mulheres nesta configuração.

Observo que, nesses territórios onde os cenários de violência se instalam, mais precisamente a violência de gênero infligida às mulheres, esta violência aparece revestida de um abrandamento que mascara e oculta sua existência. Percebo, com isso, que as relações violentas tendem a se naturalizar no ambiente comunitário, possivelmente por ainda imperar a ideia do privado, da “briga de marido e mulher ninguém mete a colher” e pelo sigilo inerente ao medo, à vergonha e à culpa sentidos pelas mulheres em situação de violência. Este panorama se torna um obstáculo e um desafio para o enfrentamento da violência no território.

Somado a tudo isso, reside o fato de atender um número significativo de mulheres pretas e pardas com demandas e questões de: saúde, sexualidade, educação, trabalho e a própria situação de violência, que são peculiares a este grupo. Tais demandas são cotidianamente periféricas e invisíveis na agenda pública, conquanto, o componente racial não é devidamente considerado no âmbito dos determinantes sociais de saúde.

O fato de possuir um “capital cultural”¹, considerado aqui emprego formal, ensino superior, acesso a determinados tipos de cultura, tipicamente considerados de classe média e classe média alta, como frequentar museus, teatros, cinemas, circular por bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro e possuir determinados bens duráveis, me impõe um estatuto que me torna menos invisível perante a sociedade. Em contrapartida, aquelas mulheres são marginalizadas pela ausência desse mesmo “capital cultural”, situação que se agrava em decorrência não só da cor da pele, mas também pelo fato de serem moradoras da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

A questão territorial tem um ônus considerável quando pensamos em políticas públicas e representação social.

¹ O conceito de capital cultural foi desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu para analisar as relações de poder entre agentes em um campo social determinado. O capital cultural é tido como um recurso de poder equivalente ou elevado em relação aos outros recursos, como, por exemplo, os recursos econômicos. Ele indica acesso a conhecimento e informações ligados a uma cultura específica considerada mais legítima ou superior pela sociedade como um todo. Aqueles que têm acesso a esse capital cultural, a essas informações, terão maior valor, mais distinção, assim como acesso facilitado a outros recursos escassos. Extraído do artigo Capital Cultural, Classe e Gênero em Bourdieu (SILVA, 1995).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que corresponde à média aritmética dos indicadores de longevidade (esperança de vida), educação (taxa de alfabetização de adultos e taxa de escolarização) e renda (PIB per capita ajustado), revelou que tanto em 2000, quanto em 2010, o IDHM dos municípios da Baixada Fluminense do Rio foi menor que dos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro, mesmo havendo um aumento no índice de um período para o outro (Sebrae, 2015)². A ausência de infraestrutura na região não é somente visível, mas também sentida. No município foco da pesquisa, as carências abrangem desde espaços de cultura e lazer, escolas técnicas e universidades, até áreas com significativa escassez de saneamento básico.

Outra questão que precisa ser mencionada, diz respeito ao estigma atribuído em “ser um morador da Baixada Fluminense do Rio”. Tem-se a impressão de haver um deslocamento, um fosso que desconecta a Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, um muro virtual que separa as duas regiões. A representação do marginal, do periférico aponta não só para o espaço geográfico em si, como também para o contingente populacional que dele faz parte. Persiste a ênfase na imagem da Baixada Fluminense como um lugar pobre, sujo e violento³. Para Enne (2002), a ideia de lugar precisa ser compreendida não como uma categoria estática, mas como resultado de fluxos e interpretações diversas. A autora reforça ainda que “[...] lugares são carregados de interpretação, sendo, portanto, construídos socialmente, e não somente espaços geograficamente dados” (2002, p. 52). Sendo assim, os discursos (re)produzidos externa e mesmo internamente acabam influenciando nas relações sociais e nos modos de comunicação dos grupos. Pode-se inferir que as distorções do senso comum acerca da Baixada Fluminense (espaço geográfico e pessoas) cooperam para invisibilizar os sujeitos e, com isso, negar direitos.

Perante esses fatos, considero que mulheres inseridas nas condições anteriormente descritas estão mais propensas a certas vulnerabilidades e a ter suas demandas de saúde, educação, moradia, renda, cultura e lazer etc. reprimidas. Tais situações reforçam como as intersecções de gênero, raça/cor, classe e território são atributos importantes no contexto das mobilidades sociais e na determinação do nosso lugar de pertença na sociedade.

As intersecções de gênero, raça/cor, etnia, classe, sexualidade, geração, território são pontos cruciais para compreender o fenômeno da violência de gênero, não como algo

² O Observatório Sebrae/RJ apresentou também dados relativos aos indicadores de pobreza e renda. O Estado do Rio de Janeiro possui melhores indicadores de pobreza e renda do que as regiões da Baixada Fluminense, já que conta com PIB per capita e renda domiciliar per capita mais elevados e menor percentual de pobres.

³ Ver ENNE, A.L.S “Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: Memória, representações sociais e identidade. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

genérico, mas, como uma complexa gama de singularidades apoiadas nessas diversas dimensões. Esse olhar interseccional permitiu estabelecer um vínculo solidário e empático com mulheres em situação de violência e fomentou a necessidade de pesquisar e aprofundar suas histórias.

A partir dessas observações e pressupondo formas de entender a violência não tangenciada pela oposição vítima e agressor, mas, dimensionada pelas possibilidades de agenciamentos, negociações, reconfigurações das relações de quem vivencia ou vivenciou situações de violência, é que resolvi percorrer o sentido inverso do observado no meu campo de atuação profissional – na Estratégia de Saúde da Família – a fim de compreender como algumas mulheres rompem o ciclo de violência, considerando aqui o fato de se desvincularem de relações violentas, restabelecerem relacionamentos antes violentos e/ou de reavaliarem seu lugar não só na relação, mas em toda sua conjuntura de vida.

Para tanto, realizei um mapeamento inicial na região onde a pesquisa se insere, a fim de localizar as redes de apoio institucionais especializadas no atendimento a mulher, o que me possibilitou observar uma rede de serviços de certa forma bem distribuída e diversificada. Essa rede abarca órgãos judiciais (Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensoria Pública e Criminal e Ministério Público), Delegacia de Atendimento a Mulher, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (destinado a garantir igualdade e oportunidade de direitos entre homens e mulheres, a fim de assegurar à população feminina o exercício de sua cidadania), Núcleo de Prevenção de Acidentes e Violência (realiza atendimento as vítimas de violência sexual e doméstica), Centro de Defesa da Vida, Centro de Referência do Homem (destinado a promover atividades educativas, pedagógicas e grupos reflexivos para homens em situação de violência doméstica ou não) e o Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) que oferece atendimento psicológico, social, jurídico, de orientação e informação à mulher em situação de violência. O Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) foi o local escolhido para a realização da pesquisa. Dedico atenção especial ao CEAM como campo de pesquisa mais adiante.

A pesquisa trata, portanto, de uma dimensão localizada da violência em um grupo específico de sujeitos sobre o qual ainda repousam o preconceito, o silêncio e a culpa. No entanto, refletir, em que medida a voz que uma vez silenciada, passa a se tornar a voz que ecoa e luta para reescrever sua história se fez determinante para a elaboração dessa pesquisa.

O objetivo geral desta dissertação foi compreender como mulheres negras, assistidas por um Centro Especializado de Atendimento à Mulher em situação de violência,

ressignificam suas relações com parceiros íntimos, redescobrem seu papel nos espaços sociais e reconstróem seus laços afetivos no transcurso de suas trajetórias de vida.

A pesquisa se baliza em dois eixos norteadores que considero essenciais para refletir acerca das relações sociais e da atenuação ou mesmo superação das situações de violência: a violência de gênero e os marcadores sociais da diferença, tais como gênero, classe, geração, territorialidade, sexualidade e, em particular, raça/cor.

A dissertação está dividida em cinco partes: o primeiro capítulo propõe contextualizar os eixos norteadores supracitados com referenciais teóricos que oferecem subsídios e conteúdo elucidativo para a interpretação do material empírico produzido. No segundo capítulo, destaco a trajetória de pesquisa, abordando a descrição do campo e as estratégias metodológicas aplicadas. Os terceiro, quarto e quinto capítulos correspondem as partes analíticas da pesquisa no âmbito coletivo e individual da trajetória de vida das mulheres negras assistidas pelo CEAM pertinentes as (res)significações das relações violentas, as suas (re)descobertas nos espaços sociais e as (re)construções dos laços afetivos, respectivamente.

No mais, fomentar pesquisas que levem em conta às questões raciais, de gênero e violência é cada vez mais significativo para a reavaliação e elaboração de políticas públicas. Esse fomento é emergente no cenário atual ante o enfrentamento de ações governamentais que negligenciam tais questões, a exemplo da considerável redução de verbas para o atendimento à mulher em situação de violência e da extinção de pastas ministeriais, como da Igualdade Racial, das Mulheres, da Juventude e dos Direitos Humanos, condensando-as em um único Ministério. Tais medidas representam um retrocesso frente às conquistas de movimentos sociais e sociedade civil enquanto reconhecimento de direitos.

Perante os fatos supracitados, a pesquisa almeja provocar uma reflexão para além do espaço acadêmico sobre tais questões, investindo assim, em um caráter mobilizatório mais amplo que pese em uma identidade política, social e de resistência.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Sou negra ponto final
 devolvo-me minha identidade
 rasgo minha certidão
 sou negra sem reticências
 sem vírgula sem ausências
Alzira Rufino

1.1 A violência a partir da perspectiva de gênero

Pensar o fenômeno da violência de gênero implica compreender a construção do conceito de gênero sob o viés de uma abordagem socioantropológica. Para tanto, é preciso considerar os binarismos masculino e feminino, natureza e cultura, público e privado e as transformações que se sucederam a partir das críticas apontadas para esses construtos.

A essencialização, no tocante as identidades homem e mulher, produziu uma divisão sexual do trabalho que se presume natural, no entanto, tem seu bojo instituído em processos culturais. A noção de pertencimento nos espaços é socialmente construída e bem delimitada. Às mulheres, cabe realizar tarefas domésticas e desempenhar o cuidado com os filhos. Essa “aptidão” para a maternidade concebe as mulheres como sujeitos afetivos, frágeis e sensíveis. É como se houvesse uma predisposição a essas atividades e esta fosse parte da “natureza feminina”. Aos homens, compete a responsabilidade de prover a casa e dedicar-se as tarefas “pesadas”. Há uma espécie de ritualidade aprendida desde muito cedo que formaliza essa divisão, de modo a naturalizá-la. As meninas são apresentadas ao “mundo cor-de-rosa”, ganham brinquedos como bonecas, casinhas e maquiagem, são adornadas com vestidos e brincos e ensinadas à moralidade do “tenha bons modos”. Um universo oposto é construído para os meninos, onde a cor que marca sua masculinidade é o azul, são presenteados com carrinhos e incentivados a brincadeiras que envolvem luta e jogos de ação.

Essa construção social atravessa a questão da ocupação dos corpos nos espaços público e privado. A esfera pública insere domínios do mundo do trabalho, da vida política, das posições de poder e nesse contexto persiste a tendência dos homens em ocupá-la. O espaço privado remete a noção de domesticidade e de uma ocupação limítrofe que se reflete

nas regras de comportamento. As mulheres devem ocupar sempre o menor espaço possível e pelos ditames estabelecidos devem, por exemplo, sentar de pernas cruzadas e manter os braços rentes ao corpo. Ao analisar a inscrição do gênero nos corpos, Bourdieu constata que:

(É) Como se a feminilidade se medisse pela arte de ‘se fazer pequena’ [...], mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível (do qual o véu não é mais que a manifestação visível), limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo — enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos. Essa espécie de *confinamento* simbólico é praticamente assegurado por suas roupas (o que é algo mais evidente ainda em épocas mais antigas) e tem por efeito não só dissimular o corpo, chamá-lo continuamente à ordem (tem a saia uma função semelhante à sotaina dos padres) sem precisar de nada para prescrever ou proibir explicitamente (“minha mãe nunca me disse para não ficar de pernas abertas”) (2012, p. 39, grifos da autora).

Dessa forma, desenharam-se os papéis da mulher e do homem na sociedade, sendo, portanto, ignorado todo processo de socialização por trás dessa configuração, atribuindo a diferença entre homens e mulheres a causas estritamente naturais.

Os pontos de vista de autoras como Judith Butler e Joan Scott, perante a lógica do gênero enquanto determinismo biológico e apreensão cultural, foram significativos para ampliar o conceito de gênero.

Butler (2015) desconstrói a distinção sexo-gênero sistematizada pelo aspecto biológico, no qual, o sexo está para natureza, assim como o gênero está para a cultura. A autora analisa que imprimir ao gênero um caráter culturalmente construído implica considerar que ele não resulta do sexo e que não é necessariamente um construto fixo, o que permite compreendê-lo como interpretação múltipla do sexo. Sendo assim, assinala que: “Se gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo ou daquela maneira” (2015, p. 26). A autora analisa que a definição de gênero como interpretação cultural do sexo acaba estabelecendo uma relação idêntica entre gênero e sexo. Logo, o binarismo sexual também refletiria um sistema binário de gêneros. Butler contesta que o intuito de manter uma distinção entre sexo e gênero, definindo este último como interpretação cultural do sexo, acaba por reforçar o discurso dominante de uma estrutura binária do sexo, a fim de garantir sua estabilidade interna. Desse modo, põe em xeque a própria noção de como o sexo é estabelecido: intratável em termos biológicos, imanente à natureza. Para tanto afirma:

[...] o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discurso/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como pré-discursivo, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre o qual age a cultura. [...]. Essa produção do sexo como

pré-discurso deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero (2015, p. 27).

A autora questiona fortemente que a apreensão de gêneros tomados como inteligíveis, constituídos a partir da lógica de relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, só são entendidos assim, porque de outro modo existem os espectros de descontinuidade e incoerência. De um modo geral, Butler problematiza o encapsulamento da noção de gênero como produto de uma estabilidade assegurada pela manutenção de dois sexos fixos e coerentes, explicitado pela hegemonia dos padrões heteronormativos.

Por sua vez, Scott (1988) historiciza o conceito de gênero, revisitando diversas abordagens de estudos feministas. Uma dessas abordagens considera gênero como sinônimo de mulher. A autora refere que a substituição dos termos é de caráter meramente valorativo, “[...] o uso do termo ‘gênero’ visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que mulheres” (1988, p. 6). A neutralidade dada ao termo gênero torna-o dissociado da política feminista, portanto, desconsidera questões de desigualdade e poder que permeiam o gênero.

As teorias do patriarcado⁴ são outro aspecto apontado por Scott. A autora analisa duas vertentes que propõem explicar a subordinação das mulheres e a necessidade de dominação do homem. Uma delas refere-se à capacidade reprodutiva da mulher em detrimento aos homens. É como se esta “desvantagem masculina”, por si só, justificasse a dominação dos homens, de modo a colocá-los em relevo perante as mulheres e, com isso, suplantando sua privação de reprodução da espécie. A outra vertente sugere que a explicação do patriarcado se dá na esfera da sexualidade. Os adeptos dessa explicação pressupõem que a desigualdade entre os sexos se traduz na própria relação sexual. Presume-se que o ato sexual já demonstre uma relação desigual conferindo a sujeição das mulheres e a dominação dos homens nesse espaço íntimo.

O cerne dos questionamentos de Scott acerca das teorias do patriarcado está na ausência de explicação sobre a interlocução entre as desigualdades de gênero com as demais desigualdades e no fato das ideias apresentadas estarem resumidamente apoiadas em diferenças físicas cujo caráter é imutável e universal. Para Scott, uma teoria baseada na variável única da diferença física se torna problemática: "Ela pressupõe um sentido coerente

⁴ O conceito de patriarcado foi utilizado de forma heterogênea e controversa pelas feministas, muito embora houvesse o consenso do patriarcado enquanto poder e dominação dos homens sobre as mulheres. Para as feministas socialistas, a opressão das mulheres se deve, em última instância, ao capitalismo, e seus beneficiários são os capitalistas, enquanto para as feministas radicais, a opressão feminina se deve a um sistema diferente e original – o sistema patriarcal – e seus beneficiários são os homens como categoria social (Morgante e Nader, 2014).

ou inerente ao corpo humano – fora de qualquer construção sociocultural – e, portanto, a não historicidade do gênero em si” (1988, p. 10). A autora conclui que todos os esforços para conceituar gênero caíram no equívoco de manter o padrão de rigidez e coerência da identificação dos gêneros e, desse modo, permanecer na falsa linearidade binária masculino-feminino.

Sendo assim, Scott propõe o gênero como uma categoria de análise, definindo gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos” (1988, p. 21) e meio primário de dar significado as relações de poder. A autora se desloca da visão unívoca de gênero construindo uma dimensão amplamente interativa de elementos implicados na formulação das relações de gênero, perpassando pelas relações de poder. Considera, portanto, que as representações culturalmente instituídas, seja por uma prática normativa ou não, pela vida política, expressa pelas instituições e organizações sociais e pela noção de uma identidade que se decodifica não nas diferenças sexuais, mas nas relações e fenômenos sociais, são os construtos da definição de gênero.

Para as autoras Saffioti (2001) Bandeira (2014), articular violência e gênero caminha na perspectiva de compreender a violência como um fenômeno relacional incorporado por estruturas de poder. As primeiras manifestações a respeito da problemática da violência de gênero acompanharam as discussões do movimento feminista acerca da distinção de gênero e sexo e a inscrição do gênero na história. A instituição de uma noção de gênero, diferente das leituras até então convencionais, foi decisivo para ressignificar a dinâmica da violência de gênero.

Alguns estudos (SAFFIOTI, 2001; SANTOS E IZUMINO, 2005) discutem a adequação das variadas designações para violência contra a mulher (violência doméstica, violência intrafamiliar, violência familiar, violência por parceiro íntimo e violência de gênero). No entanto, essas aplicações assumem posições teóricas e práticas diferentes de acordo com sua base conceitual.

Santos e Izumino (2005) destacam algumas correntes teóricas que influenciaram na compreensão do fenômeno da violência contra a mulher. Dentre essas correntes, estão aquelas que relacionam a violência contra a mulher à dominação masculina, neste caso, a autonomia da mulher é anulada e esta assume o duplo papel de vítima e cúmplice da dominação masculina. Outra corrente considera a violência contra a mulher a partir da perspectiva da dominação patriarcal, na qual, embora vista como sujeito social autônomo, a mulher está historicamente vitimada pelo controle social masculino. A corrente nomeada como relacional visa relativizar as noções de dominação masculina e vitimização feminina. Dessa forma, a

violência passa a ser compreendida pelas adeptas dessa corrente como um modo de comunicação e um jogo entre os sujeitos envolvidos na relação violenta, da qual consideram a mulher como cúmplice da violência.

No contexto da corrente relacional, a análise da posição da mulher dentro das relações violentas parte do cuidado das (os) estudiosas (os) nos assuntos de violência de gênero (GREGORI, 1993, SAFFIOTI, 2001, DEBERT, 2008) de distanciar-se de uma ideologia que coloca a mulher na condição de submissão e fragilidade, a fim de não provocar um olhar vitimizador sobre a mulher. Nesse contexto, Gregori, uma das precursoras no pensar a violência contra a mulher para além da dualidade agressor e vítima, traça seus estudos com o intuito de aprimorar essa abordagem olhando para o *locus* da constituição dos aspectos relacionais presentes na violência. O que possivelmente caracteriza suas pesquisas como sendo inovadoras diz respeito não só a relativização da posição das mulheres como vítimas na relação violenta, como também na preocupação da autora em analisar o perfil dessas mulheres e os cenários violentos abrindo espaço para as singularidades e subjetividades que envolvem essas relações.

Saffioti (2001) analisa que posicionar as mulheres na condição de vítima não permite que as relações de poder sejam ressignificadas. Com isso, considera que: “O gênero, [...], apresenta sim um caráter determinante, mas deixando sempre espaço para o improvável, um grau variável de liberdade de opção, determinada margem de manobra” (2001, p. 125). Logo, a produção da vitimização, a despeito de mulheres em situação de violência, acaba reafirmando um estado de submissão e subalternação que, conseqüentemente, inviabiliza a compreensão das dinâmicas de poder no interior das relações violência.

Ainda nesse âmbito, Gregori e Debert (2008) fazem um contraponto em relação à polarização vitimização e culpabilização. Esta última pode incidir sobre o que as autoras denominam como “império das escolhas”, ou seja, paralelo à vitimização, é imputada às mulheres a capacidade de desenvolver atitudes que lhes façam se libertar da situação de opressão e dominação. Esta encruzilhada se torna conflituosa à medida que passa a atribuir às mulheres a responsabilidade de estarem nessa condição. Desse modo, violência, poder e conflitos são transformados em problemas de confiança e autoestima. Quanto a isso, citam as autoras:

[...], vai-se de um extremo ao outro: a visão da mulher como puro objeto do sistema de dominação é substituída pela consideração de que as trajetórias individuais são sempre flexíveis, os constrangimentos sociais e econômicos são pouca monta e as desigualdades podem ser facilmente neutralizadas. Passa-se, então, a fazer coro com os tão aplaudidos manuais de auto-ajuda e os programas da mídia, em que basta

haver vontade e disposição para garantir o sucesso desejado. Além disso, violência, poder e conflito transformam-se em problemas de falta de confiança e auto-estima dos oprimidos ou, então, de dificuldade de comunicação do casal (2008, p. 173).

A questão da violência de gênero se tornou emblema do movimento feminista no Brasil a partir da década de 1980, permitindo ampliar as discussões para sociedade civil junto à militância feminista. As demandas surgidas a partir de reivindicações de movimentos sociais possibilitou a criação de políticas públicas voltadas para as situações de violência e seus agravos.

Dentre os dispositivos criados para conferir proteção às mulheres em situação de violência e dar mais transparência e legitimidade aos dados estatísticos, assim como, mais rigor aos aspectos punitivos, destacam-se a criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs), em 1985, e a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, em 2006 (BRASIL, 2006). Estes dispositivos foram subsidiados a partir de convenções nacionais e internacionais.

Internacionalmente, a Declaração de Viena, a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da Organização das Nações Unidas, conhecida por CEDAW, de 1993, foi o primeiro instrumento a fazer menção a expressão “direitos humanos da mulher”, preconizando que “os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais” (Parágrafo 18, parte I). Da mesma forma, trata a questão da violência contra a mulher referindo que:

A violência com base no gênero da pessoa e todas as formas de assédio e exploração sexual, incluindo as resultantes de preconceitos culturais e tráfico internacional, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Isto pode ser alcançado através de medidas de caráter legal e da ação nacional e da cooperação internacional em áreas tais como o desenvolvimento socioeconômico, a educação, a maternidade, e os cuidados de saúde e assistência social (Parágrafo 18).

A mesma Declaração amplia e reconhece os espaços onde a violência se constitui, já que, até então, a concepção dos direitos humanos pressupunha exclusivamente os direitos violados no espaço público pelo Estado e seus agentes, por ação ou omissão, e a violência privada possuía caráter de crime comum. Diante disso, a Declaração de Viena revogou este entendimento ao reconhecer que “a violência contra a mulher infringe os direitos humanos de metade da humanidade e se realiza geralmente na esfera privada, muitas vezes doméstica, não sendo obra do Estado” (Parágrafo 38, parte II). A Declaração Frisa também que:

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos salienta, particularmente, a importância de se trabalhar no sentido da eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres na vida pública e privada, na eliminação de todas as formas de assédio sexual, exploração e tráfico de mulheres, a eliminação de preconceitos sexuais na administração da justiça e na erradicação de quaisquer conflitos que possam surgir entre os direitos da mulher e os efeitos nocivos de certas práticas tradicionais ou consuetudinárias, preconceitos culturais e extremismos religiosos (parágrafo 38).

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher, chamada Convenção do Pará, adotada em 09 de junho de 1994 pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, assim como a Declaração de Viena, também se configura como mecanismo para assegurar os direitos das mulheres e atribuir deveres aos Estados signatários. A Convenção conceitua violência contra a mulher como:

qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. [...] Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica: a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (1994, Artigos 1o e 2o, grifos da autora).

Tendo em vista o surgimento dessas Convenções e suas finalidades, a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e a Lei Maria da Penha se inserem nesse contexto de efetivação dos direitos das mulheres e no cumprimento das obrigações contraídas pelo Estado brasileiro perante os sistemas de proteção desses direitos.

A Lei 11340/2006, Lei Maria da Penha, criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher envolvendo desde o aparato jurídico, até os núcleos de assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação, propondo a elaboração e execução de ações como proteção policial e assistência médica e hospitalar. A mesma Lei ganhou força política e de luta por parte das mulheres, cuja figura de maior expressão é a própria Maria da Penha. Mobilizando mulheres de várias regiões do país como forma de alertar para os casos de agressão, mulheres intimidavam seus agressores e impediam que a violência doméstica se instalasse ao som de apitos estridentes, ordenando os apitos⁵ pelas

⁵ A Lei Maria da Penha ganhou maior amplitude, em termos de divulgação, nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste devido ao provável ativismo dos movimentos sociais de mulheres que com suas vigílias, apitos, denúncias sobre a não aplicação da Lei, contagem de homicídios de mulheres e intervenção junto à mídia

ruas. Tal forma de organização, militante, autônoma e não mais silenciada, trouxe uma reconfiguração as questões pertinentes à violência doméstica e familiar, proporcionando um novo posicionamento dessas mulheres nesse cenário, saindo assim da condição de vítima a sujeitos de voz ativa.

Cabe ressaltar que a Lei Maria da Penha representa um avanço em termos de leis de proteção à mulher, pois contempla dentro da esfera da violência doméstica e familiar diversos tipos de violência como: a violência física – entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher; a violência psicológica – que cause dano emocional e diminuição da autoestima; a violência patrimonial – configurada pela retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos; violência moral – entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria e a violência como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.

Nas situações de violência de gênero, percebe-se ainda um silenciamento provocado pela vergonha e o medo das mulheres em situação de violência – receio de receber julgamentos, medo do agressor, etc. O aparato técnico/legal, por vezes, não se mostra suficiente para dar conta das questões subjetivas que envolvem o sofrer a violência, contribuindo muitas vezes com a acentuação dos sentimentos de medo, vergonha e culpa. Esse próprio aparato muitas vezes se torna instrumento de uma nova violência⁶. Para Bandeira:

[...], as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam a partir de disputas simbólicas e materiais, que operam no interior dos espaços doméstico, por conseguinte, acabam por se projetar a outras searas, sendo processadas em outros espaços institucionais (2014, p. 457).

No campo da assistência à saúde, o que se percebe em relação à questão da violência de gênero é a persistência de práticas alicerçadas em protocolos e fluxogramas que engessam e “robotizam” o cuidado⁷ e reproduzem posturas de julgamento por parte de profissionais de

criaram um ambiente de debate e difusão de informação. Em contrapartida, no Sudeste a mobilização da sociedade foi mais dispersa e não teve a mesma repercussão na mídia (Pesquisa Ibope/ Instituto Avon/2009).

⁶ O estupro coletivo de uma jovem de 16 anos ocorrido no Rio de Janeiro em maio de 2016 exemplifica a violência velada provocada pelas instituições de poder. O delegado responsável pelo caso foi afastado das investigações por agir de forma machista e constranger a vítima durante o depoimento. Segundo relato da jovem, o delegado insinuou que ela fosse culpada pelo estupro, questionando se a mesma tinha o costume de praticar sexo grupal. Essa atitude incriminatória reitera a dupla violência sofrida (em: g.globo.com, 29/05/16).

⁷ Nos casos de violência sexual, o Ministério da Saúde, por meio da Área Técnica de Saúde da Mulher, lançou em 2015 uma nova edição da Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência

saúde. Percebo, na prática profissional, uma excessiva burocratização e morosidade nos casos de violência abrangendo desde a notificação ao encaminhamento dos casos, ocasionando conseqüentemente baixa resolutividade. Não desconsidero a importância do uso de tais instrumentos, entretanto, julgo que o trâmite assistencial dos casos identificados de violência, por vezes, fica no meio de caminho, pois antes da conduta final ser efetuada faz-se “necessário” percorrer outros tantos caminhos.

Com base no exposto, considero indissociável a articulação entre gênero e as relações de poder, visto que, ambos são constitutivos para analisar os cenários onde se processam as relações violentas. Portanto, não cabe aqui pensar em um poder que se coloca estático e unilateral, como queria a teoria patriarcal, mas em um poder cíclico exercido tanto por homens quanto por mulheres, mesmo diante de assimetrias reconhecidamente presentes. Nisso, concordo com Foucault ao mencionar que: “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação” (2017, p. 284).

1.2 A interseccionalidade e os marcadores sociais da diferença

Não há como discutir violência de gênero infligida às mulheres e a outros grupos sociais, sem considerar os elementos que perpassam, entrecruzam e articulam-se a ela e que, portanto, incidem diretamente sobre a produção desta violência. A este entrecruzamento/articulação opto em utilizar o termo criado, em 1989, pela teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw ao qual denominou de interseccionalidade, embora não adote a formulação desta autora acerca do termo.

Crenshaw (2002) estabelece uma definição metafórica de interseccionalidade alicerçada na ideia de subordinação. Para a autora, gênero, raça, cor, etnia, sexo, classe etc. constituem eixos de subordinação que se cruzam. Segundo Crenshaw, a interseccionalidade visa compreender como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classes e outros

Sexual Contra a Mulher e Adolescentes. Os Municípios e Estados da Federação tem autonomia para criar seus próprios protocolos e fluxogramas em conformidade com as Normas Técnicas instituídas pelo Ministério da Saúde. Esses protocolos e fluxogramas em geral concentram suas ações no apoio psicossocial, anticoncepção de emergência, profilaxias contra IST/AIDS, interrupção de gravidez, acompanhamento laboratorial e coleta de material.

mecanismos de discriminação criam desigualdades que determinam a posição de grupos marginalizados – no caso as mulheres – dentro dessas estruturas.

Para a autora, esses elementos operam como eixos de poder que promovem um desempoderamento. Sendo assim, faz a seguinte análise:

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam (2002, p. 177).

Entretanto, a formulação concebida por Crenshaw posiciona os grupos “marginalizados”, em especial as mulheres, em um lugar de subordinação que não permite deslocamentos. Há, portanto, uma unilateralidade do poder que determina a criação de identidades sociais, e, por conseguinte, limita a formação de agências e admite que diferença e desigualdade são conceitos idênticos (PISCITELLI, 2008).

Por outro lado, autoras como Avtar Brah (2006) adotam alternadamente os termos interseccionalidade e categorias de articulação e compreendem que a articulação de tais elementos ocorre sob a ótica de um poder dinâmico e relacional que permite a elaboração de agências e a construção de identidades sociais, ideias que se alinham a noção Foucaultiana de poder expressa anteriormente.

Nesse contexto, gênero, raça, cor, etnia, classe, sexo etc. são nomeados como categorias de diferenciação que se relacionam entre si e oferecem possibilidades de ação e estratégias de mudança. “As categorias de diferenciação não são idênticas entre si, mas existem em relações, íntimas, recíprocas e contraditórias” (PISCITELLI, 2008, p. 268).

No bojo das discussões acerca da diferenciação social, a partir das noções de articulação e/ou interseccionalidade, ganham destaque os pressupostos de Brah (2006) que, ao contrário de Crenshaw, rompe com a fusão entre diferença e desigualdade. Brah destaca que a diferença é constitutiva da experiência do sujeito. Essa experiência pessoal constrói a identidade social e interage com o domínio coletivo. A autora frisa que a atribuição dada a um determinado evento ganha significados variados de um indivíduo para o outro.

Quando falamos da constituição do indivíduo em sujeito através de múltiplos campos de significação estamos invocando inscrição e atribuição como processos simultâneos através dos quais o sujeito adquire significado em relações

socioeconômicas e culturais no mesmo momento em que atribui significado dando sentido a essas relações na vida cotidiana (2006, p. 362).

É interessante pensar que, para a autora, a produção de experiências e a formação dos sujeitos abre caminho para reformulação de agências, dado a análise da experiência como “lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeitos e subjetividades diferentes e diferenciações são inscritas, reiteradas ou repudiadas” (2006, p. 361). Logo, anula-se a ideia de interseccionalidade sob a ótica de eixos de subordinação, como propõe Crenshaw, instituindo a capacidade de reação.

Ao pensar na diferença como experiência, alinham-se dentro dessa perspectiva os marcadores sociais da diferença enquanto sistemas classificatórios que surgem justamente para organizar essas experiências, à medida que identificam certos indivíduos com determinadas categorias sociais. Os marcadores sociais ou, como queriam alguns, as categorias de diferenciação, não aparecem de forma isolada, mas estão articulados as experiências dos indivíduos, o discurso e a política. Os marcadores sociais da diferença: raça/cor, etnia, gênero, sexo, classe etc. são pensados articuladamente a partir de um lugar de experiência, de relações sociais, subjetividades e identidades que ao mesmo tempo apontam para a produção e reprodução das desigualdades.

A inteligibilidade sobre a dinâmica dos marcadores sociais precisa desvincular-se da máxima de entendê-los como marcadores da desigualdade. É essencial compreender que, no âmbito da interseccionalidade, os marcadores sociais podem constituir instâncias de desigualdades, contudo, conduzem também para estratégias de amplas possibilidades de ação. Sendo assim, concordo com a noção de interseccionalidade proposta por Henning:

[...] proponho uma noção de interseccionalidade compreendida primeiramente como relativa às formas de entrelaçamento entre os marcadores sociais da diferença e suas potenciais decorrências em termos de desigualdades sociais, assim como relativa ao desenvolvimento de táticas de resistência, questionamento e desconstrução da desigualdade, sobretudo sob distintas formas de agência interseccional (2015, p. 117).

Henning (2015) vai ainda mais longe ao sugerir o termo agência interseccional para nomear os espaços de ação estruturados por marcadores sociais da diferença que se originam em resposta aos cenários de potenciais desigualdades no cotidiano dos sujeitos. A interseccionalidade surge para subsidiar as potencialidades e destacar “as ferramentas agenciais para “desfazer”, “desmontar” e “desconstruir” possíveis desigualdades” (2015, p. 118).

O fenômeno da violência de gênero atravessa diversos marcadores sociais da diferença articulados e é justamente essa articulação que nos permite avaliar a complexa cadeia da violência e seu potencial para gerar assimetrias. No entanto, quando reflito sobre as diferenças enquanto experiência, subjetividades, identidades e relações sociais e o impacto dessas combinações na construção das agências, reforço meus pressupostos de que as experiências de vida de mulheres negras em situação de violência permitem possibilidades de ação e táticas de resistência frente a contextos adversos.

1.3 Sobre mulheres negras e violência de gênero

As questões específicas das mulheres negras relativas à saúde, à educação, ao mercado de trabalho, à violência, à cultura etc., passaram a fazer parte da agenda política no contexto brasileiro com a instituição do Movimento de Mulheres Negras⁸ no final da década de 80. O movimento de mulheres negras emerge da articulação entre a luta do movimento negro e a luta do movimento feminista, a fim de colocar em pauta ações políticas feministas e anti-racistas, conquanto, propondo um olhar específico à condição do ser mulher negra (CARNEIRO, 2002). Nesse contexto, Ribeiro (2008) aponta que no interior dos próprios movimentos feminista e negro instituiu-se uma crítica sistemática das mulheres negras relativa à invisibilidade e à secundarização das suas questões específicas, fato que contribuiu fortemente para que elas se organizassem enquanto movimento focado em suas reivindicações.

O movimento de mulheres negras de um lado visou enegrecer as reivindicações das mulheres tornando-as mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras e, por outro lado, promover a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. Para Carneiro (2000) enegrecer o movimento feminista brasileiro vai de encontro à inclusão do item violência na agenda do movimento. De acordo com a autora, isto significa “a

⁸ O I Encontro Nacional de Mulheres Negras aconteceu em Valença/RJ em 1988. Este encontro se constituiu como um espaço de demarcação e consolidação de formulações políticas e de inserção desse e demais setores discriminados na agenda social e política nacional e internacionalmente. Além disso, os Encontros Nacionais de Mulheres Negras (1988, 1991 e 2001) impulsionaram o processo de organização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing em 1995) e da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (Durban em 2001). Os Encontros Nacionais de Mulheres Negras também foram promissores para as mulheres se estruturarem enquanto organização, a exemplo do GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra em São Paulo, criado em 1988 e a organização Criola no Rio de Janeiro, criada em 1992 (Ribeiro, 2007).

caracterização da violência contra a mulher, a introdução do conceito de violência racial como determinante das formas de violência sofrida por metade da população feminina do país que é não-branca” (2000, p. 247). A autora chama a atenção, também, para o fato de que o enegrecimento do movimento feminista contribuiu para introdução da discussão sobre as doenças que incidem majoritariamente sobre a população negra, aspecto fundamental para formulação de políticas públicas na área da saúde e para o fomento de críticas quanto aos modelos de seleção no âmbito do mercado de trabalho que mantém as desigualdades e privilégios entre mulheres brancas e negras.

Os debates acerca das questões raciais e de gênero propiciados pelo movimento de mulheres negras ganharam dimensão internacional envolvendo sociedade civil e demais movimentos de mulheres negras da América Latina e Caribe e de países do Primeiro Mundo, propiciando a participação do movimento de mulheres negras do Brasil em conferências internacionais, como, por exemplo, a IV Conferência de Beijing em 1995. A articulação dos movimentos fomentou a criação de foros preparatórios nacionais e internacionais para IV Conferência de Beijing.

O foro internacional ocorrido em Mar Del Plata contou com a participação de mulheres negras latino-americanas e caribenhas que elaboram um documento com uma série de reivindicações e propostas para serem apresentadas na Conferência de Beijing. Dentre as reivindicações, está a exigência de formular e implementar estratégias que assegurem às mulheres negras o direito à terra, ao trabalho, à saúde, à habitação, além de educação, meio ambiente saudável e garantia de identidade diferenciada. Essas reivindicações também apontavam para a preocupação dos grupos organizados de mulheres negras quanto à vulnerabilidade das mulheres negras a violência.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim/Beijing, em 1995, representa um marco no que se refere à elaboração de medidas voltadas para as mulheres em todo o território nacional e internacional ao introduzir a temática racial, incluindo termos como raça e etnia em seu documento.

No cenário brasileiro, destaca-se a realização da Marcha Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro de 1995, cujas reivindicações levaram o governo federal a ocupar-se com o tema das questões étnico-raciais. Como resultado da Marcha, foram criados o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra/ GTI População Negra e o Subgrupo Saúde em 1996 e o Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação/ GTDEO, em 1997 (Ribeiro, 2008). O GTI População Negra instituiu uma mesa redonda sobre a saúde da população negra que ocasionou as seguintes conquistas: introdução

do quesito cor nos sistemas de informação de mortalidade e de nascidos vivos, elaboração da Resolução 196/96, que introduziu, dentre outros itens, o recorte racial em toda e qualquer pesquisa envolvendo seres humanos e a recomendação de uma política nacional de atenção às pessoas com anemia falciforme (BRASIL, 2007).

É interessante refletir como o movimento de mulheres negras teve importante participação e contribuição na formulação de políticas governamentais referentes à população negra. Tal fato pode ser explicitado no item 6 do documento proposto pelas mulheres no foro de ONGs de Mar de Plata na preparação para a IV Conferência de Beijing:

Que os organismos de Estado, como por exemplo, o Ministério da Saúde, colem dados sobre os grupos étnicos atendidos, a fim de obter informações consistentes para diagnosticar as enfermidades das quais sofrem as populações não-brancas, para que sejam formuladas políticas públicas adequadas (Carneiro, 2002, p. 250).

A contribuição dos movimentos de mulheres negras na formulação de políticas voltadas para a população negra nos anos subsequentes demonstra a gradual visibilidade das mulheres negras nos cenários político e social.

Outra importante conferência internacional se destaca no âmbito das lutas por igualdade e melhores condições de vida para a população negra, a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e as formas Conexas de Intolerância realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Esta conferência também marca a participação do movimento negro brasileiro junto a governos e órgãos internacionais.

A Conferência de Durban não excluiu da pauta assuntos relacionados ao gênero. Para tanto, declara que:

[...] os Estados têm o dever de proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as vítimas, e que devem adotar uma perspectiva de gênero que reconheça as múltiplas formas de discriminação que podem afetar as mulheres e que o gozo de seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais é essencial para o desenvolvimento das sociedades em todo o mundo (2001, p. 4).

A Conferência de Durban impactou a estruturação político-organizacional brasileira estimulando a criação de órgãos ligados ao governo, como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com status de ministério, em 2003, cuja atribuição é promover a igualdade e proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos. Desde então, outras diretrizes governamentais foram criadas com objetivos semelhantes ao SEPPIR: a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, também de

2003, com ações afirmativas voltadas para o estabelecimento das igualdades associadas à raça e etnia; a Política Integral de Saúde da População Negra (PNSIPN) de 2007; e o Estatuto da Igualdade Racial, configurando-se como documento norteador da garantia e defesa dos direitos individuais e coletivos e de combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (BRASIL, 2010).

A PNSIPN passou a integrar a dinâmica do Sistema Único de Saúde (SUS) com vistas a “garantir maior grau de equidade no que tange a efetivação do direito humano à saúde, em seus aspectos de promoção, prevenção, atenção, tratamento e recuperação de doenças transmissíveis e não-transmissíveis” (BRASIL, 2007, p. 4). Como uma de suas estratégias de gestão solidária e participativa, a Política Integral de Saúde da População Negra incluiu a utilização do quesito cor nos dados de informações epidemiológicas dos sistemas de saúde, havendo com isso uma extensão nos registros que consideram o recorte racial, pois somente os dados de mortalidade e nascidos vivos eram levados em conta – conquista oriunda da Marcha Zumbi dos Palmares. A ampliação do recorte racial no campo da saúde é significativa quando pensamos, por exemplo, nos índices relativos à violência. A vulnerabilidade da população negra a diversos tipos de violência passa a partir desses registros a ser baseada em evidências.

No tocante à violência e à saúde da mulher negra, a PNSIPN estabelece, respectivamente, a identificação, o combate e a prevenção de situações de abuso, exploração e violência, incluindo o assédio moral no ambiente de trabalho, o incentivo técnico e financeiro à organização de redes integradas de atenção às mulheres negras em situação de violência sexual, doméstica e intrafamiliar e a qualificação e humanização da atenção à saúde da mulher negra na assistência ginecológica, obstétrica, no puerpério, no climatério e em situações de abortamento. Uma nova edição da PNSIPN foi lançada em 2013 reforçando sua criação enquanto política do SUS. Intitulada de Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS, essa reedição expressa o reconhecimento por parte do Ministério da Saúde da existência de desigualdades na saúde e o acometimento da população negra em virtude de processos sociais injustos que culminam em condições de vida desfavoráveis. A PNSIPN foi reformulada para estar em consonância com os princípios da universalidade do SUS.

Em relação à afirmação dos direitos da mulher, as conferências nacionais de políticas para as mulheres realizadas em 2004 e 2007, representam um marco nesse sentido. Essas conferências se traduziram na elaboração dos I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres nos anos subsequentes às conferências. Os PNPMs visam contemplar os direitos de

todas as mulheres, sejam elas: negras, indígenas, deficientes físicas, lésbicas, profissionais do sexo, idosas, jovens, do meio urbano ou rural, estabelecendo como objetivos, por exemplo: a igualdade de gênero, raça e etnia; o combate às distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres; o reconhecimento da violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica etc. (BRASIL, 2005). O II PNPM amplia e aprofunda a atuação do governo federal nas políticas públicas para as mulheres agregando estratégias como o enfretamento ao racismo, sexismo e lesbofobia, contando com a participação de mulheres negras na sua elaboração. O capítulo Enfretamento ao racismo, sexismo e lesbofobia do II PNPM destaca que:

A partir da perspectiva da interseccionalidade, é possível tornar visível a existência ou não de desvantagens produzidas sobre as pessoas em uma sociedade desigual. No caso das mulheres, estas desvantagens podem ser resultantes de discriminações de raça/ etnia (ser negra ou ser indígena), de sexo (ser mulher) e orientação sexual (ser lésbica). E podem ainda se somar a outras variáveis como classe social (ser pobre), condição de moradia (residir em favelas ou em áreas rurais afastadas), idade (ser jovem ou idosa), presença de deficiência, entre outras. (BRASIL, 2008, p. 170)

Todas as ações desenvolvidas pelos movimentos de mulheres negras em prol de igualdade e visibilidade são marcadas por um sentimento de recuperação daquilo que lhes foi roubado ao longo dos séculos. Corpos violados, direitos negados, construção de não-sujeitos, imposição de representações/ estigmas que as colocam à margem da sociedade, violências de cunho racial que precedem aos outros tipos violências. Nisso reside à dupla face da violência, o ônus de ser mulher e negra.

Notadamente todos os esforços foram e continuam sendo feitos para reduzir as desigualdades raciais e melhorar as condições de vida da população negra. Os movimentos sociais feministas, negros e de mulheres negras, através de articulações com setores políticos e da sociedade civil nacional e internacional, contribuíram para a obtenção de várias conquistas, refletidas na criação de políticas públicas, leis e decretos (BRASIL, 1995; BRASIL, 2006; BRASIL, 2007; BRASIL, 2008; BRASIL 2010; BRASIL, 2011; BRASIL, 2013) que assegurem o direito da pessoa negra, da mulher negra. Entretanto, a persistência do racismo, da discriminação e do preconceito faz manter a desigualdade quando olhamos para os índices de morbimortalidade materna, para as diferenças salariais, para o acesso à educação, à saúde e à moradia, para o genocídio de jovens e homens nos confrontos urbanos com a polícia e para a violência contra as mulheres. Como observa Costa, “a violência parece-nos a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de

forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso” (1983, p. 2). A luta, portanto, precisa ser tão ou mais incessante quanto às desigualdades.

1.3.1 **Os estudos sobre violência e o recorte racial**

As produções científicas acerca dos cruzamentos entre violência de gênero e os marcadores sociais como raça/cor, classe, sexualidade, geração ainda são escassas. Os estudos nesse campo são abordados timidamente, fato que para algumas (os) autoras (es) (MENEGHEL, 2005; CARNEIRO, 2003; NARDI E SILVEIRA, 2014) suscita reflexões.

A escassez de recorte racial na análise da temática da violência, assim como em relação a outros agravos, dificulta a identificação das desigualdades a que estão expostas as mulheres negras. Nessa perspectiva, Meneghel (2005, p. 569), avalia que “a invisibilidade da experiência das mulheres negras na produção do conhecimento no Brasil tem acarretado repercussões negativas no campo da saúde”, já que a ausência de recorte racial concernente à violência e outros agravos no cotidiano das mulheres negras dificulta a identificação das desigualdades a que estão expostas. Para Silveira e Nardi (2014), atentar às intersecções de gênero, sexo, raça, classe no âmbito da violência, colocam em relevo as disparidades sociais e, sendo assim, põe à luz contrastes capazes de produzir “desassossegos no olhar hegemônico da branquitude⁹ científica” (2014, p. 19).

Essas contestações se alinham à noção de que a instalação da violência de gênero é precedida por outras formas de violência cuja arquitetura é regimentada pelo racismo, o preconceito e a discriminação e estes, por fim, se desdobram na violência de gênero em si. Nesse ponto, Silva considera que:

[...] o preconceito em relação às mulheres opera através da interpenetração dos eixos sexo/gênero, raça/etnia e classe social. Esses eixos são fundamentais e constituem a base de toda organização social onde se dão as práticas de dominação, discriminação e preconceito, sendo a violência uma consequência direta da imbricação entres elas (2010, p. 565).

⁹ Bento (2002) conceitua branquitude como “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento – condição no qual o negro procura identificar-se como branco, miscigenando-se para assim condensar suas características raciais”. A autora considera que negligenciar o papel do branco nas desigualdades sociais implica reiterar a persistência de que as desigualdades raciais no Brasil são um problema exclusivamente do negro, dado que só ele é estudado e problematizado.

Ainda no âmbito das reflexões e pesquisas sobre o atravessamento gênero/raça, Carneiro (2003) pontua que o desprezo à variável racial na temática do gênero conduz a uma superficialidade na compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil, os quais se articulam à concepção de que há seres humanos menos humanos que outros.

No cenário brasileiro os estudos sobre violência de gênero e o marcador social raça/cor em geral ancoram-se na esfera da produção de subjetividades de mulheres em contextos de violência (MENEGHEL *et al* 2005)¹⁰, (PEREIRA, 2013)¹¹ ou ainda, em análises dos dispositivos institucionais que prestam assistência às mulheres sublinhando o componente racial (SILVEIRA E NARDI 2014)¹².

Os estudos que dão conta de analisar as redes de apoio no atendimento à mulher em situação de violência, seguindo a lógica da interseccionalidade, tendem a concentrar seus esforços nos aparatos técnicos quanto à identificação e operacionalização desses aparatos ante tal situação.

Considero que autoras (es) que dedicam seus estudos a perspectiva do gênero e dos marcadores sociais visam romper com opressões, descredenciamentos, marginalização e tentativas de silenciamento, mobilizando mecanismos que possam dar visibilidade aos sujeitos, no caso, mulheres negras em situação de violência, jogando luz sobre o caráter transversal que opera sobre as questões de violência, destacando a noção das diferenças e salvaguardando a tônica das peculiaridades.

No entanto, pesquisas que avancem para além do universo circunscrito da situação de violência em si – os aspectos relacionais e/ou os mecanismos presentes neste contexto – ainda mostram-se insuficientes. Em vista disso, realizar uma pesquisa que trate a violência sob um ponto de vista mais amplo focando em trajetórias de vida e que transversalize com diversos

¹⁰ Nos artigos *Histórias de resistência de mulheres negras* (2005) e *Nos caminhos de Iansã: cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência* (2005), artigos derivados do projeto “História de resistência de Mulheres”, Meneghel et al lançam mão, através da pesquisa intervenção, de oficinas de narrativas de histórias como instrumento para estimular o empoderamento de mulheres, especialmente negras, em situação de violência. A prerrogativa utilizada pelas autoras nos dois artigos reside no fato de que ao entrarem em contato com figuras femininas, valeu-se das histórias das orixás, as mulheres personificavam essas figuras a partir dos seus contextos de vida, e assim, ressignificavam suas experiências de violência. A elaboração dessas pesquisas com vista a trazer para cena figuras representativas do universo cultural africano, demonstra a preocupação das autoras em estabelecer um diálogo que desmonte qualquer perspectiva hegemônica que mascare ou sobreleve a condição da mulher em situação de violência.

¹¹ Ver dissertação *Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras* (2013).

¹² Silveira e Nardi (2014) avaliam em pesquisa realizada junto ao Poder Judiciário de Porto Alegre e Sevilha que os operadores de justiça não percebem o marcador social raça como um agente potencializador para a violência. Para tanto, sugerem que a postura dos profissionais da justiça está emoldurada pela manutenção da branquitude corporificada nessas instituições, fato que universaliza o problema da violência mediante a invisibilidade dos marcadores sociais da diferença.

marcadores sociais, sem sobrepor uns aos outros e, fundamentalmente, que se proponha compreender e validar a instituição de agenciamentos, mobilizações e potencialidades de mulheres negras em situação de violência, tornou-se condição *sine qua non* para produção desta pesquisa.

2. TRAJETÓRIA DE PESQUISA: observações, percepções e construções

Nada satisfaz seu impulso de mergulhar em prazer

Contra todas as correntes em uma só correnteza

Beatriz Nascimento

A pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais debruça-se sobre o nível da realidade que não pode ser ou não deveria ser quantificado, já que trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Essas dimensões são parte de uma realidade social que amplia a participação dos sujeitos dentro da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes, não somente no seu agir, como também no pensar e interpretar (DESLANDES *et al*, 1994).

Esta pesquisa de cunho qualitativo se baseia na interpretação de trajetórias de vida. As trajetórias de vida representam um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa e que normalmente pode ser determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização das experiências vividas (BORN, 2001). Trabalhar com trajetórias de vida contribuiu para que eu captasse fatos marcantes em diferentes ciclos de vida das minhas interlocutoras, abrangendo desde a infância, adolescência, juventude até a fase adulta.

Dentro do campo das pesquisas qualitativas, optei por utilizar a abordagem etnográfica, considerando-a mais pertinente quanto ao objetivo da pesquisa e quanto à investigação do grupo em questão. A partir da observação participante nos grupos de reflexão com mulheres em situação de violência foi possível verificar como se davam as interações coletivas, suas percepções e significados socioculturais para além do contexto de violência. Estabelecer o convívio com mulheres, com diferentes relatos de vida no espaço coletivo solidificou minha compreensão de trajetória, seus significados, símbolos e peculiaridades. Nesse sentido, concordo com Montagner (2007) ao citar que:

[...] perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem (2007, p. 252).

Mattos (2011) refere que holisticamente a etnografia observa os modos como grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas com o objetivo de revelar o significado cotidiano nos

quais as pessoas agem. O objetivo é documentar, monitorar e encontrar o significado da ação. Em suma, para a autora “a etnografia é a escrita do visível” (2011, p. 54).

Aliado à observação participante, lancei mão de entrevistas individuais em profundidade para captar intrinsecamente aspectos da trajetória de vida dessas mulheres em suas singularidades e similitudes.

2.1 O campo de pesquisa

Para entender como algumas mulheres conseguem romper com o ciclo de violência ou estão em processos que fomentem essa ruptura, seja desvinculando-se de parceiros violentos, seja restabelecendo relações antes violentas, parto do pressuposto de que o apoio institucional especializado a essas mulheres possa ser um instrumento capaz de viabilizar um modo diferenciado no lidar com a situação de violência. Pensando nisso, o mapeamento inicial descrito anteriormente levou-me ao Centro Especializado de atendimento à Mulher em Situação de Violência (CEAM).

O CEAM se apresenta como um espaço de atendimento e acolhimento à mulher em situação de violência visando o rompimento do ciclo da violência, o resgate da autoestima e a promoção da cidadania, características que despertaram meu interesse, considerando o pressuposto acima.

Em 2005, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres desenvolveu o Plano Nacional de Política para as Mulheres, propondo quatro linhas de atuação consideradas essenciais: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos e enfrentamento à violência contra as mulheres. A linha de atuação enfrentamento à violência contra as mulheres destacou como um dos seus objetivos a implantação de uma Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres e como umas das ações para o alcance desses objetivos a criação de serviços especializados, como os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência.

A partir da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em 2007, se constituiu a ideia de uma Rede de Atendimento¹³ articulada e ampliada abarcando

¹³ O conceito de Rede de Atendimento refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do

diversos setores governamentais e não-governamentais. Quanto a isso, a Política faz a seguinte referência:

O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2010, p. 25).

Estabelece-se, também em 2007, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, enquanto instrumento de consolidação de ações fixadas na Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Essas ações englobam a prevenção, assistência, combate e garantia de direitos, organizados nos seguintes eixos: implementação da Lei Maria da Penha e fortalecimento dos serviços especializados de atendimento; proteção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da AIDS; combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão (BRASIL, 2010). Em 2011, ocorreu uma releitura do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, com vistas à manutenção, ampliação e fortalecimento das ações propostas e a formulação de novos eixos estruturantes, tais como: garantia de aplicabilidade da Lei Maria da Penha; ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência, garantia da segurança cidadã e acesso à justiça, garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres e garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos (BRASIL, 2011). A ampliação e o fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência compreendem os Centros Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, nos quais estão inseridos os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) e Centros Integrados da Mulher (CIM), as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM) e os Postos de Atendimento Humanizado nos Aeroportos (tráfico de pessoas/tráfico de mulheres).

atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. A constituição da rede de atendimento busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a cultura, entre outros (BRASIL, 2007).

Os Centros de Referência¹⁴, portanto, estão inseridos na Rede de Atendimento à mulher em situação de violência na esfera governamental e dentro dessa perspectiva exercem o papel de articuladores das instituições e serviços governamentais e não-governamentais integrantes da rede.

Notadamente, os Centros Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência inserem-se em um contexto de formulações políticas para o enfrentamento da violência contra a mulher, destacando-se dentro da Rede de Atendimento como articulador dos diversos serviços público e privado de referência ao atendimento à mulher em situação de violência.

A partir do panorama sobre a criação e consolidação dos CEAM enquanto estratégia para o enfrentamento à violência contra a mulher, sequencio a caracterização do CEAM onde a pesquisa se desenvolveu e a minha inserção no campo.

O CEAM funciona dentro de um Complexo de Assistência Social em um bairro integrante da zona central do município onde a pesquisa se desenvolveu. A existência de comunidades dominadas pelo tráfico de drogas no entorno do bairro acentua a violência na região.

Apesar de realizar a pesquisa no mesmo município em que trabalho, o CEAM está localizado em uma região até então desconhecida para mim. A extensa área de abrangência do município com suas divisões em bairros e sub-bairros admite particularidades geográficas que vão desde regiões urbanas com trânsito de veículos e pessoas intensos a áreas rurais cercadas de muito verde onde transitam bicicletas e pessoas em um ritmo mais lento.

Na primeira visita ao CEAM, mesmo guiada por um GPS, tive dificuldades em localizá-lo precisando recorrer também aos moradores locais. A noção de abandono do poder público no local é visível. Embora haja um comércio ativo com rede de supermercados, lojas e escolas, predomina a sensação de cores acinzentadas, um preto e branco oriundo de ruas esburacadas e de terra batida misturadas a poeira ouriçada pelas motocicletas, caminhões, carros e bicicletas. Por fim, chegando ao destino, deparei-me com um local agradável e acolhedor.

Fui recebida pela advogada da equipe que fez as honras ao me apresentar o local e dar informações acerca do seu funcionamento. Fiz algumas perguntas pontuais acerca de fichas cadastrais e perfil das usuárias, obtendo acesso a um exemplar de fichas em branco com

¹⁴ Em 2006, foi elaborada a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência pelo Governo Federal propondo diretrizes, atribuições e padrões gerais de funcionamento dos Centros de Referência dentro da Rede de Atendimento em todo território nacional.

informações de dados pessoais e situacionais sobre violência. Ainda não havia uma data para o início das atividades do Grupo de Reflexão, ficando acordado que após a confirmação das datas receberia um e-mail. A coordenadora não estava presente, mas saiu do local confiante de que não encontraria obstáculos para realizar a pesquisa dado à receptividade da advogada. Algumas semanas depois, recebi por e-mail a autorização para conhecer e participar dos Grupos, autorização esta posteriormente formalizada através de uma Carta de Anuência assinada pela coordenadora, cumprindo-se desta forma às exigências do Comitê de Ética em Pesquisa. Iniciava-se a partir dali minha jornada etnográfica.

As atividades do CEAM são desenvolvidas por uma equipe multiprofissional composta por psicólogas, assistentes sociais e advogadas visando dar suporte jurídico, social e psicológico em articulação com outros setores como Juizados, Conselhos Tutelares e Unidades de Saúde. A equipe é composta majoritariamente por mulheres na faixa etária de 30 a 50 anos, de cores de pele diversificadas, brancas, pretas e pardas¹⁵.

As profissionais do CEAM tinham vínculos empregatícios temporários. Durante minha estadia acompanhei um processo seletivo que implicou na contratação de novas profissionais e, conseqüentemente, na saída de outras. Uma das profissionais compartilhou seu receio de que tais mudanças pudessem provocar uma desmobilização das mulheres por conta dos vínculos já estabelecidos e uma descontinuidade ao trabalho até então desenvolvido. Observei que a entrada das novas profissionais não interrompeu a sequência de atividades previstas, embora tenha havido certo pesar por parte das usuárias com a saída de profissionais com as quais existia um vínculo.

O CEAM conta com três salas onde são realizados os atendimentos individuais, uma sala para realização das reuniões de equipe, uma copa e um ambiente que pode ser considerado a recepção, com algumas cadeiras destinadas às usuárias enquanto aguardam o atendimento.

Nas paredes do CEAM há cartazes com informações sobre violência contra as mulheres, telefones de contato de núcleos de apoio, um fluxograma sobre o ciclo da violência, conteúdo explorado nos primeiros atendimentos individuais para dar esclarecimentos as usuárias.

¹⁵ Acompanhei o processo de mudança de algumas profissionais da instituição nos últimos meses. Considero que a diversidade racial ocorreu neste período com a entrada de novas profissionais de cor preta e parda. Observei que alguns temas ligados ao corpo e a imagem ganharam novas conotações nos grupos de reflexão, tendo em vista à valorização de uma estética negra, como cabelos e algumas características físicas (boca, glúteo). Não houve situação oportuna para agregar outros atributos à caracterização das profissionais como orientação sexual, classe social, religião, bairro onde moravam etc. por conta da dinâmica dos grupos de reflexão e o processo de trabalho da equipe.

No âmbito da articulação com outros setores, as mulheres em situação de violência são em geral referenciadas para o CEAM através dos Conselhos Tutelares e da DEAM do município. Entretanto, a partir do momento em que as usuárias passam a acessar o dispositivo, as articulações com outras redes de apoio como, por exemplo, educação, saúde, emprego e geração de renda e habitação ocorrem de maneira informal, por intermédio do esforço das profissionais que contam com o “coleguismo” e com o “eu conheço alguém que pode ajudar”.

Em seguida relato minha entrada nos grupos de reflexão e a incorporação do que avalio como “novas identidades” construídas ao longo do campo de pesquisa.

2.2 Os Grupos de Reflexão e os meus “eus” nos Grupos

Os grupos de reflexão constituem-se em mais um dispositivo para o enfrentamento da violência de gênero. Enquanto instrumento de reflexividade para pensar o contexto e as práticas de violência, os grupos auxiliam os indivíduos, mulheres e homens, a construir novas alternativas as situações de violência. Acosta *et al* (2004) definem os grupos reflexivos como um espaço inclusivo para os sentimentos, a subjetividade e as relações em um sistema grupal de convivência e reflexão. É justamente esse modelo grupal de convivência que caracteriza os grupos no sentido do compartilhamento de experiências e apoio mútuo. A noção do “não estamos sozinhos no mundo” permite acalentar os sentimentos e flexibilizar conceitos e modos de vida.

No interior dos grupos de reflexão do CEAM, notei que as participantes de fato estabeleceram um ambiente de solidariedade e cumplicidade mútuo permeado pelas experiências de violência em comum.

Estar imersa na atmosfera dos grupos de reflexão, observando processos verbais e não-verbais, permitiu triangular minhas posições nos grupos: o “eu” pesquisadora, o “eu” profissional e o “nós” mulheres.

Spindola e Santos (2003) avaliam que uma investigação na qual a informação do entrevistado é priorizada exige do pesquisador uma aproximação com os seus pesquisados de modo a estabelecer um contato e, por conseguinte, uma relação de confiança. Essa relação de confiança foi alcançada durante o período da pesquisa. Experimentei vários “eus” que aos poucos tornaram-se “nós”.

O dúbio sentimento comumente presente na vida do pesquisador de estranhar o campo e, em contrapartida, torná-lo familiar se desfez logo nas primeiras reuniões do grupo. A sensação de estranheza tanto de minha parte quanto das mulheres participantes deu lugar à sensação do íntimo, do doméstico e de acolhimento.

Durante nove meses, de março de 2017 a dezembro de 2017, acompanhei as atividades desenvolvidas no CEAM, mais precisamente as reuniões dos Grupos de Reflexão utilizando o procedimento da observação participante. Durante o período assinado, participei de 12 encontros no total, sendo 10 encontros no qual efetivamente aconteceram os grupos de reflexão e 2 encontros onde realizei conversas com a equipe de profissionais¹⁶.

Entendo que os grupos de reflexão destinam-se a atividades realizadas coletivamente com mulheres em situação de violência com o objetivo de trocar vivências, fortalecer e exercitar a autonomia e a autoestima e criar um espaço de diálogo que leve informação sobre temas envolvendo as questões de violência. Meneghel (2000) qualifica os grupos enquanto local de encontro e renovação dos indivíduos. Para além do espaço físico, a autora considera que os grupos constituem-se como espaços sociais que possibilitam o aprendizado de como tecer relações estáveis e nutritivas por meio da confiança, do apoio, do compartilhamento, do confronto e da busca de realizações de metas de vida pessoal e coletiva.

Para obter informações prévias sobre o funcionamento do grupo, dias e horários, e cogitar minha participação, entrei em contato via e-mail com a instituição. Os primeiros contatos ocorreram entre final de janeiro e início de fevereiro de 2016, em um período de mudança de governo, dada as eleições para prefeito e vereadores em 2015 e as respectivas posses dos candidatos eleitos no ano seguinte. Isso implicou em transições nos cargos de coordenação do CEAM e conseqüentemente um momentâneo período de ansiedade até obter o aval da nova coordenação para frequentar os grupos e, por assim, conduzir a pesquisa.

Os grupos funcionavam quinzenalmente e cada encontro durava cerca de duas horas, sendo coordenados por psicólogas, embora em alguns momentos contassem com o auxílio de assistentes sociais e da advogada.

As mulheres participantes eram moradoras do município em questão, oriundas de bairros diversos, com idade média entre 30 a 60 anos e majoritariamente pretas e pardas.

¹⁶ Os 2 encontros realizados com as profissionais do CEAM foram concebidos como uma oportunidade de obter novas informações e assegurar que não houvesse “tempo perdido” para mim, já que eles se deram pelo fato não comparecimento de nenhuma das participantes nos grupos de reflexão nessas duas quartas-feiras. A total ausência das participantes era uma preocupação constante das profissionais, haja vista, que as justificativas das participantes para as faltas traduziam os dilemas sofridos por elas, falta de recursos financeiros, medo que os companheiros descobrissem para onde estavam indo, não ter com quem deixar seus filhos etc.

Observei que se tratava de um grupo altamente rotativo, já que não havia uma frequência contínua das mulheres. A cada encontro um novo rosto surgia e logo após dava-se falta dele. A dificuldade de acesso ao local e, por assim, a falta de dinheiro para pagar a passagem era uma queixa constante das participantes e fator motivador para a evasão ou baixa assiduidade. O grupo era tão flutuante e imprevisível que em um encontro contava-se com 3 usuárias, já no próximo haviam 7 participantes¹⁷.

Segundo as psicólogas, havia um projeto que demandou recolhimento de assinaturas solicitando à Prefeitura do município a mudança do CEAM para um espaço que ofereça mais privacidade as mulheres, tendo em vista seu funcionamento junto a outros órgãos assistenciais como Conselho Tutelar e Casas-abrigo, e facilite a acessibilidade.

A participação nos Grupos de Reflexão, em geral, é subsequente ao atendimento individual. Inicialmente as mulheres são acolhidas pela equipe multiprofissional através do atendimento individualizado sendo posteriormente convidadas a participarem dos grupos conforme adequação para tal¹⁸.

No primeiro encontro, enquanto aguardava o início do grupo, fui abordada por uma das participantes mais falantes. *A priori* não me apresentei como pesquisadora, apenas disse meu nome e deixei que ela conduzisse a conversa. Falou um pouco de si e em seguida perguntou como eu havia chegado ao CEAM. Nitidamente, para ela eu também era uma usuária da unidade. O que poderia tê-la feito pensar que eu seria uma usuária? ¹⁹ Como as mulheres assistidas pelo CEAM são predominantemente pretas e pardas, não seria surpreendente minha presença negra naquele lugar. Ao contrário disso, a surpresa deveu-se ante à constatação de que eu estava ali não como usuária, mas sim como pesquisadora.

¹⁷ O grupo de reflexão de maior frequência ocorreu no dia 10/05/17, dia em que foi realizada uma festividade em homenagem ao Dia das Mães. A equipe do CEAM juntamente com um instituto de beleza ofereceu seção de maquiagem para as mulheres, distribuiu brindes e uma bela mesa de lanches. Quando questionei a psicóloga quanto surpreendente a participação de mulheres nesse dia, a mesma informou que elas fizeram um contato prévio com as mulheres, como de costume, mas explicitando o que haveria no dia e que uma vai passando para outra. Viver um dia de beleza, possivelmente foi um fator motivador para superar as barreiras que em geral as impedem de estar frequentemente nos grupos.

¹⁸ Ao questionar uma das psicólogas de como avaliam o momento adequado para as mulheres participarem dos Grupos de Reflexão, a mesma referiu que muitas mulheres em situação de violência chegam ao CEAM extremamente fragilizadas e inseguras para compartilhar suas histórias. Nesse caso, a equipe prioriza o atendimento individual e à medida que as profissionais observam que as usuárias passam a adquirir novas perspectivas em relação ao contexto em que vivem, aspirando atitudes proativas, são então convidadas a integrarem-se aos grupos de reflexão. Outras, no entanto, são convidadas a participar já no primeiro atendimento. Cabe, portanto, frisar que não há um padrão de adequação quanto ao momento ideal. Esses critérios são avaliados pela equipe no decorrer dos primeiros contatos nos atendimentos individuais.

¹⁹ A reflexão acerca do fato foi sendo construída após a apresentação do projeto de qualificação. Durante a minha explanação o professor Sérgio Carrara, componente da banca, levantou essa provocação, instigando o processo reflexivo.

Compreendi, na verdade, que o evento ocorrido confronta e expõe à excepcionalidade, naturaliza as desigualdades e destaca nossas vulnerabilidades ante as situações de violência de gênero.

As tensões iniciais fizeram-se presentes no campo, reafirmando o desafio antes previsto de abordar questões complexas como a violência. Mobilizar experiências de sofrimento, perdas, angústias, dores e suscitar lembranças de eventos traumáticos exigiram de mim mais do que um cuidado ético, exigiu a elaboração de uma postura empática e sensível às situações observadas. Ainda sim, não passei imune por certos constrangimentos tanto com as participantes do grupo quanto com as profissionais.

Assim que me identifiquei como pesquisadora, percebi certo distanciamento das participantes. Formou-se um agrupamento, um muro, eu era não uma delas, por isso, coube-me sentar nas fileiras atrás, enquanto elas ocupavam as cadeiras da frente. Ainda sim, participei das atividades conduzidas pela psicóloga. Nesse momento, encaixava-me apenas como o “eu” pesquisadora.

Em outro dado momento, ao explicitar o teor da pesquisa para as profissionais percebi certa apreensão em relação ao desejo de realizar entrevistas individuais. Havia a preocupação quanto à exposição das mulheres, todavia, a situação logo foi contornada quando expliquei sobre os aspectos éticos da pesquisa. Outro episódio desconfortante refere-se à descrição dos sujeitos da minha pesquisa. Fazer menção de que se tratava de uma pesquisa com mulheres negras (pretas e pardas) e expor minhas motivações provocou um ligeiro silêncio e a enunciação de um novo assunto, fato expresso pelo único menear de cabeça em tom de assente vindo de uma participante enquanto falava diante do grupo. Dificuldades iniciais superadas, o desafio seguinte era aproximar-me dessas mulheres e ganhar sua confiança.

Devido às dificuldades para agendar o espaço do auditório e mesmo o número cada vez mais reduzido de participantes nas reuniões, a equipe optou por realizar os encontros na sala de reunião do CEAM, um espaço menor cujas cadeiras ficavam em posição levemente circular. Essa disposição das cadeiras propiciou um contato maior, um olho no olho, diferentemente da disposição das cadeiras do auditório que lembravam uma sala de aula e, desse modo, restringia o contato mais próximo entre as participantes.

Com o tempo, minha ausência em alguns encontros foi sendo percebida seja pelos relatos das psicólogas quando questionadas pelas participantes: “Cadê a pesquisadora?”, seja quando vinham diretamente a mim e diziam: “Senti sua falta”.

Ao “eu” pesquisadora agregou-se o “eu” profissional. Sentia-me tão integrada à equipe que em uns dos episódios acabei sendo convidada a participar da reunião que acontecia para

elaborar e planejar as atividades do grupo e discutir estratégias de adesão das participantes. A relação de confiança estabelecida com algumas usuárias fez-me por vezes psicóloga, assistente social e confidente.

Por fim, nas últimas reuniões, a sensação já não era do “*eu*”, mas do “*nós*”, misturada a choros, braços, risos, fotografias, lanches, mas acima de tudo cumplicidade. A pesquisadora recebeu a alcunha de “Diva”, “Amiga”, “Poderosa”, qualidades que abraçaram para elas mesmas.

2.3 Estratégias Metodológicas

Como dito anteriormente, para alcançar o objetivo da pesquisa utilizei como estratégias metodológicas a observação participante e as entrevistas individuais. A observação participante representa o elemento coletivo da pesquisa. A adoção do termo coletivo não se alicerça no sentido dimensional ou amplo da pesquisa, mas é como o observar por uma lente de aumento a organização e apreensão de trajetórias de vida no ambiente comunitário, grupal. Já as entrevistas individuais caracterizam o elemento atomizado da pesquisa, a dissecação das trajetórias de vida. Contudo, ambos os procedimentos unificaram-se para gerar o todo dessa pesquisa.

2.3.1 A observação Participação

A escolha do procedimento da observação participante representa a pesquisa em seu aspecto coletivo. A observação dos discursos, dos comportamentos, do gestual, dos silêncios, dos sentimentos aflorados no universo coletivo dos grupos de reflexão foi essencial para realçar o objetivo da pesquisa.

Rudio considera que “observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade” (1986, p. 40).

Como dito anteriormente, a observação participante não se secundarizou a entrevista, ao contrário, somou-se a ela com vistas a extrair o que compreendo ser um dos componentes

mais valiosos da pesquisa qualitativa, qual seja, a subjetividade dos sujeitos, o desconhecido, o improvável.

Considerando a pesquisa etnográfica baseada na observação participante, elaborei meus registros em um diário de campo a fim de manter uma ordem e capturar dados importantes (APÊNDICE B). Geertz (1989) argumenta que não são as técnicas e os processos determinados, como selecionar informantes, transcrever textos, mapear campos e manter diário que definem a etnografia, mas o tipo de esforço intelectual que ele representa, quer dizer, o risco elaborado de uma descrição densa. Confesso que, durante os encontros, procurei ater-me aos processos dinâmicos em minha volta a ocupar-me com uma escrita fluida. Para isso, precisava contar com o frescor da memória que me remetia aquele lugar e aqueles gestos e expressões.

Para a execução das atividades dos grupos de reflexão, as psicólogas lançavam mão de alguns de recursos, tais como vídeos da internet, impressos e dinâmicas, presentes em grande parte dos encontros. As atividades quase sempre eram iniciadas com a apresentação de vídeos extraídos da internet ligados ao tema abordado no dia e eram finalizadas com textos de reflexão que davam o arremate final do encontro, era como o fechar com “chave de ouro”. Essas reflexões subsidiavam os temas discutidos nos encontros e tornou-se imperativo tê-las ao final dos grupos como base de sustentação das atividades desenvolvidas. Ao final de cada leitura fazia-se uma breve discussão sobre a reflexão ou em outras circunstâncias pairava apenas o silêncio e saímos do encontro como que ruminando o que havíamos acabado de escutar.

Os temas abordados eram selecionados pelas coordenadoras do grupo e sempre tinham um cunho ligado à violência doméstica e a autoestima, dois termos que emergiram com frequência nos encontros.

O procedimento da observação participante foi desafiador e, portanto, requereu extrair detalhes minuciosos daquilo que eu observava. O desafio presente, não só da minha parte como das profissionais, estava em manter um ambiente dinâmico e participativo, já que gradualmente o grupo foi se dissipando, contando cada vez menos com mulheres nos encontros, pelos motivos já mencionados anteriormente.

2.3.2 As entrevistas

As entrevistas constituem o arcabouço da pesquisa concernente ao seu aprofundamento. Há sem dúvida uma complementariedade e fusão entre os dois procedimentos de pesquisa utilizados, a observação participante e as entrevistas, contudo, o registro dos relatos individuais propiciados pelas entrevistas individuais produziu um refinamento empírico único, intenso e provocativo.

A etapa das entrevistas provocou um misto de receio e ansiedade em mim. Tocar em um assunto tão complexo e melindroso como a violência de gênero explorando as particularidades das mulheres assistidas pelo CEAM exigiu uma abordagem empática, compreensiva e paciente de minha parte. Convivi com a expectativa de receber possíveis sim ou não no desejo de compartilhar suas histórias de vida.

Observei que a experiência de participar dos grupos de reflexão foi vital para obter êxito na abordagem às minhas informantes e, por conseguinte, na captura de relatos tão profundos e desprendidos de formalidades. A participação nos grupos de reflexão durante os nove meses possibilitou criar vínculos com essas mulheres a ponto de se sentirem seguras para narrar suas trajetórias de vida. Procurei interferir minimamente durante as entrevistas a fim de desenvolver uma escuta ativa que conservasse ao máximo o relato autobiográfico das entrevistadas e dessa forma conceder maior riqueza de detalhes a essas histórias de vida. Cabe ressaltar que a fluidez nos relatos não aconteceu aleatoriamente, ele se inseriu dentro da perspectiva de um roteiro de entrevistas formulado (APÊNDICE A).

O auto-relato se estabelece como um lócus privilegiado do encontro entre a vida íntima do sujeito e sua inscrição em uma história social e cultural. Enquanto ato narrativo, o relato autobiográfico proporciona ao sujeito uma nova oportunidade de se apresentar, recontar e reposicionar-se no tempo e no desconhecimento de si mesmo (CARVALHO, 2003). Lançar mão de trajetórias de vida permitiu que as informantes reconstruíssem suas histórias verídicas ou fictícias sob o ponto de vista de se recolocarem no mundo. O recontar das histórias pelos próprios sujeitos que as vivenciaram ganha uma dimensão subjetiva que margeia entre o real e o imaginário. Nesse contexto, os relatos de vida têm papel singular dentro da trajetória de vida por proporcionar aos sujeitos que sejam protagonistas e autores de sua própria história. Em contrapartida, para o pesquisador conhecer trajetórias de vida oferece a oportunidade de aprender a ouvir o sujeito que vivenciou a situação que se desejar estudar, tornando-o como um parceiro, como alguém que é ativo no estudo e que reflete sobre sua própria história (SANTOS E SANTOS, 2008).

Entendo que a complexa dimensão da violência de gênero no contexto da pesquisa precisava ser decodificada com o auxílio do recurso das histórias de vida. A noção de

trajetória de vida implica pensar as subjetividades para além do ato da violência em si. Sendo assim, extrair elementos dos campos das afetividades e da sociabilidade das informantes em marcos temporais distintos trouxe à tona questões ligadas à violência de gênero. Meneghel *et al* fazem a seguinte colocação:

(...), as histórias produzem transformações à medida que estimulam os sujeitos a pensar em outros sentidos e significados para a experiência passada, a partir do ponto de vista do presente. Histórias oferecem alternativas de enfrentamento às violências, por meio da ressignificação dessas violências (2005, p. 570).

2.3.3 A caracterização das entrevistadas

Não havia de minha parte um interesse quantitativo na realização das entrevistas, mas sim de captar com rigor de detalhes a trajetória de vida das mulheres assistidas pelo CEAM. Com esse objetivo, fiz o recorte de quatro histórias de vida distintas.

Para tanto, estabeleci que as informantes fossem mulheres negras, levando em consideração o sistema classificatório de cor/raça do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o qual as cores preta e parda englobam o grupo racial negro. De igual modo, considerei também a autoatribuição das informantes para além das definições do IBGE, desde que correspondesse ao grupo racial negro, verificando características fenotípicas tipicamente afrodescendentes, a exemplo, dos traços físicos (formato de boca e nariz) e textura dos cabelos (ondulados ou crespos).

Ao perguntar as informantes qual era sua cor, sem *a priori* fazer menção aos cinco grupos classificatórios do IBGE (branca, preta, parda, amarela e indígena), três informantes espontaneamente se autodeclararam de acordo com a classificação do IBGE – uma declarou-se preta e outras duas pardas. Apenas uma se autodeclarou morena, mas quando solicitada a se autodeclarar em conformidade com a classificação do IBGE, optou pela cor parda. Minha heteroatribuição identificou duas informantes pretas e duas pardas.

Osório (2003) destaca a problemática do uso corrente do método de identificação por autoatribuição em pesquisas domiciliares do IBGE, tendo em vista que a autoatribuição envolve a variedade social da cor. O autor aponta com base em estudos que há uma tendência ao embranquecimento à medida que o indivíduo ascende socialmente. Segundo informa, o ideal de brancura faz com que pessoas com menos traços negróides em sua aparência tendam a se considerar brancas e que essa percepção varia de acordo com a situação econômica,

fazendo também com que pessoas mais abastadas se autodeclararem brancas. Em contrapartida, expõe que a heteroatribuição também pode ocasionar as mesmas impressões, “no fundo, a opção pela auto-atribuição ou pela heteroatribuição de pertença racial é uma escolha entre subjetividades: a do próprio sujeito da classificação ou a do observador externo” (2003, p. 13).

As diferenciações classificatórias relativas à questão da cor/raça, nesse primeiro momento não se constituíram em conflito para mim. Nesse contexto, não faria diferença caso intitulasse mulheres pretas e pardas em situação de violência, tendo em vista que a auto-atribuição e a heteroatribuição tiveram apontamentos semelhantes. Entretanto, sem detalhamentos, afirmo apenas que no âmbito das discussões dos dados, as análises das auto-atribuição e heteroatribuição foram significantes diante de alguns achados presentes nos relatos das mulheres relacionados ao constructo social da cor. Por assim, Osório (2003, p. 11) destaca que “as classificações são os tijolos do simbólico, pois classificar é introduzir distinções, similitudes e oposições, um processo cognitivo que torna possíveis a cultura, a linguagem e, por conseguinte, a vida em sociedade”.

Além de atentar para o quesito cor/raça das mulheres do CEAM, o processo de captação das potenciais informantes contava com a conveniência de vê-las frequentemente nos grupos de reflexão. Sendo assim, o segundo critério adotado para realizar as entrevistas foi considerar a assiduidade das mulheres nos grupos, visto que, a baixa adesão nos grupos era motivo constante de preocupação na equipe. Portanto, fortalecer o vínculo com as participantes que manteve mais contato, por conta da regularidade, gerou confiança, tranquilidade e acessibilidade.

Ao término das reuniões dos grupos de reflexão aproveitava para abordar as mulheres, convidando-as a participar das entrevistas. Havendo receptividade ao convite, estabelecia-se o contato via WhatsApp para agendar o dia e a hora²⁰. Quanto ao local, todas as entrevistas ocorreram no próprio CEAM em uma sala cedida pela equipe.

Quanto aos pormenores do perfil das informantes, destaco que três residiam em bairros próximos a região central do município onde a pesquisa se desenvolveu e próximos também ao Centro Especializado de Atendimento à Mulher, fator que provavelmente

²⁰ No processo de abordagem das potenciais informantes, uma usuária negou dar entrevista sob a alegação de não sentir-se preparada para tocar em assuntos referentes à violência. Outras duas usuárias estavam em período de mudanças, fixando residência em outra localidade, portanto, sem disponibilidade. As demais participantes aceitaram de pronto o convite à entrevista. A entrevista mais curta durou 1 hora 17 minutos e 9 segundos, já a entrevista mais longa durou 2 horas, 27 minutos e 5 segundos, recolhendo com isso um material vasto e denso ao mesmo tempo.

contribuiu para a participação mais ativa nos grupos de reflexão, e uma residia em um bairro mais distante, cerca de 25 km, da região central. Todas possuem filhos e até o momento da pesquisa afirmaram não estarem em relacionamentos afetivo-sexuais fixos, três se diziam solteiras e uma viúva. A idade das informantes compreendia entre 41 a 60 anos. Concernente à escolaridade, uma possuía o terceiro grau completo, outra o primeiro grau completo e duas o primeiro grau incompleto. Em relação ao trabalho/emprego, apenas uma declarou atividade remunerada, uma estava desempregada (vivia de biscates) e as outras duas referiram viver de renda (aluguel de imóveis e/ou ajuda de custo de ex-companheiro). Quanto à prática religiosa, uma referiu-se evangélica, outra católica e as outras duas não adotavam nenhuma prática religiosa, mas alegaram serem simpáticas ao kardecismo e ao protestantismo respectivamente.

Considerando os aspectos éticos e em conformidade com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras Envolvendo Pesquisa com Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde (Resolução 466/2012)²¹, as informantes foram orientadas sobre os termos da pesquisa por intermédio do termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE C), o qual antes das entrevistas liam e assinavam cientes de que as mesmas seriam gravadas para posteriormente serem transcritas.

Com o intuito de preservar a identidade das informantes, adotei nomes fictícios consagrando-as como heroínas negras contemporâneas²². Simbolicamente passei a nomeá-las de Dandara, Teresa, Luisa e Aqualtune. Historicamente Dandara dos Palmares, Teresa de Benguela, Luisa de Mahin e Aqualtune representam a luta e a resistência feminina no Brasil pré-abolicionista contra a escravidão e o preconceito. Enquanto símbolos de liderança, força e luta pela liberdade, essas heroínas negras personificaram a figura da mulher negra ao possibilitar a construção de novas representações identitárias no universo literário com o intuito de consagrá-la positivamente²³ (BRAZIL & SCHUMANER, 2006; JARID, 2014).

²¹ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social/IMS/UERJ No dia 25/07/2017, número de protocolo 087122/2017.

²² A utilização do termo “heroínas” não propõe reforçar nenhum estereótipo da mulher negra enquanto sujeito de “fibra”, “valentes”, “que suportam todas as agruras da vida”, simbolicamente representada na figura das mulheres escravas e contemporaneamente naturalizada na sociedade. O intuito único foi homenagear essas mulheres que com todas as suas fragilidades e defeitos continuam a caminhada. O heroísmo não está em vencer todos os obstáculos ou suportá-los com afinco, mas sim, na capacidade e desejo de transformação perceptível nas entrevistas.

²³ Os autores Erico Vital Brazil e Schuma Schumacher lançaram em 2006 a primeira edição do livro *Mulheres Negras do Brasil* abordando a história das mulheres negras brasileiras desde sua chegada ao país até os dias atuais, explicitando a contribuição dessas mulheres na formação da identidade nacional. Já a escritora Jarid Arraes produziu em 2014 uma coletânea em formato de cordéis retratando a história de heroínas negras do Brasil. O livro *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis* pretende recuperar narrativas de mulheres negras que defenderam seus direitos e batalharam por seu espaço.

A opção por identificar as informantes com nomes de personalidades femininas negras da nossa história não se reduziu a uma mera homenagem, trata-se também de corporificar o que observei nos relatos das quatro mulheres: histórias de vida marcadas por lutas, dores, preconceitos, mas uma força aguerrida para superar tudo isso.

Dito isso, nas linhas seguintes faço uma breve descrição destas heroínas negras com o objetivo de situar o leitor acerca das personagens dessa pesquisa.

2.3.3.1 As heroínas negras contemporâneas

1. 2.3.3.1.1 Dandara

“Olha, o que eu desejo assim pra A. e pros meus netos nesse mundo tão fragmentado que nós vivemos, eu peço a Deus que proteja os valores que eu embuti na vida dela sejam sempre presentes”.

Dandara tinha 59 anos, era uma mulher preta de estatura mediana, cabelos pretos escovados na altura dos ombros, muito vaidosa. Conservava certa altivez no modo de falar, andar e se portar. Possuía uma cultura vasta, agregada ao fato de ter residido em alguns países da Europa. Muito participativa nos grupos, sempre opinava nas questões levantadas e fortalecia as demais com palavras do tipo: “somos lindas”, “divas” e “poderosas”. No entanto, embora tivesse sempre uma palavra de determinação e otimismo para oferecer as demais participantes, chamava-me atenção o fato de pouquíssimas vezes levar seus relatos pessoais para compartilhar nos grupos, o que aguçou mais ainda meu desejo de conhecer de perto sua história.

Dandara era uma mulher que fortemente preservava os valores aprendidos na família e a manutenção destes para as gerações seguintes.

2. 2.3.3.1.2 Teresa

“[...] eu sou uma pessoa muito tímida, eu não sou de fazer amigos assim correndo né, aquela coisa toda”.

Teresa tinha 41 anos, era uma mulher parda de cabelos curtos alisados, uma mulher do tipo que não passa despercebido por conta de sua altura. Alta para os padrões brasileiros, mantinha certa jovialidade em um corpo de cintura fina e quadris largos.

Parecia sempre querer esconder uma mulher que não dava para ser escondida. Mesmo com toda timidez, era presença constante nas reuniões dos grupos de reflexão. Participava pouco das discussões, falando mais frequentemente quando interpelada pelas coordenadoras.

Mas havia algo em Teresa que não estava expresso em sua fala, mas em seus gestos e em seu olhar: o desejo de mudança.

3. 2.3.3.1.3 Luisa

“Ah eu me sinto uma pessoa triste, eu me sinto assim sem ânimo, eu sorrio, grito, falo, mas eu não me sinto uma pessoa feliz, não consigo sentir ...”

Luisa tinha 60 anos, era uma mulher parda, corpulenta, de baixa estatura, cabelos alisados na altura dos ombros e voz serena.

Havia cerca de um ano que Luisa não frequentava mais o CEAM, sendo reintegrada aos grupos de reflexão nos últimos três meses antes do encerramento das atividades do final de ano. Sentiu necessidade de retornar porque havia nela uma tristeza que precisava ser diluída e provavelmente ela entendeu que essa reintegração a ajudaria nisso. No entanto, no curto espaço de tempo em que esteve no grupo era assídua e bastante participativa.

Luisa transparecia saudades, tristeza e muita bondade.

4. 2.3.3.1.4 Aqualtune

“Eu sou muito, muito "pegada" sabe... e quando eu me apego "mermo" eu consigo sair daquela e foi [...]”

Aqaltune tinha 56 anos, era mulher preta de corpo franzino e média estatura. Seus cabelos eram curtos e pareciam estar passando pelo processo de transição capilar²⁴. Notava-se em seu rosto os traços de uma dura trajetória de vida, ainda sim, preservava um sorriso e um desejo pulsante de ser feliz.

Sua presença nos grupos de reflexão não era regular, a distância e a falta de dinheiro eram obstáculos que dificultavam sua frequência, mas quando era possível estar presente, participava ativamente das atividades nos grupos.

Aqaltune dentro daquele corpo magro era força e superação.

²⁴ A transição capilar corresponde ao processo pelo qual a pessoa opta em parar de usar produtos químicos no cabelo para alisá-lo a fim de deixá-lo com sua textura natural (crespos, cacheados ou ondulados).

3. (RES)SIGNIFICANDO AS RELAÇÕES VIOLENTAS

*Da língua cortada, digo tudo, amasso o silêncio
e no farfalhar do meio som solto o grito do grito do grito
e encontro a fala anterior, aquela que emudecida,
conservou a voz e os sentidos nos labirintos da lembrança.*

Conceição Evaristo

O processo de ressignificação se focaliza na relação das mulheres com seus parceiros íntimos. Que novas interpretações, significados e atribuições dão as suas relações a partir do momento em que passam a vivenciar um processo elaborativo de autoconhecimento, autoestima e autonomia propiciados pelo espaço institucional?

3.1 Os disfarces da violência: a solidão e a cor

Quando propus analisar a trajetória de vida de mulheres negras em situação de violência, havia uma expectativa de que a interface violência e raça/cor emergiriam das entrevistas e da observação participante. Essa interface surgiu de forma espontânea sem que houvesse de minha parte, enquanto pesquisadora, uma interferência tendenciosa. Principalmente nas entrevistas observei que as marcas cotidianas do preconceito e da solidão afetivo-sexual fazem parte de uma violência velada.

A violência é expressa na desqualificação das informantes por seus parceiros ou potenciais parceiros afetivo-sexuais. Os simbolismos aparecem carregados de expressões pejorativas como: “cabelo duro”, “prostituta”, “puta”, “feia”, “velha”, “gorda” e endossam como os relacionamentos íntimos dessas mulheres foram se construindo ao longo de suas trajetórias de vida.

Ao analisar aspectos relacionados à trajetória afetivo-sexual das interlocutoras constatee que tanto na fase de adolescência e juventude quanto na fase adulta as relações com parceiros íntimos eram em geral esporádicas, de curta ou média duração e sob-regime de amaciamento, ou seja, faziam menção ao termo “morar junto”.

Nos relatos, as experiências afetivo-sexuais foram descritas de forma negativa pelas informantes, seja por vivenciarem situações de violência, seja pelo fato dessas experiências constituírem-se fora do modelo tradicional caracterizado pelo casamento civil e religioso e pela manutenção da virgindade.

Luisa, por exemplo, narra a decepção ante a traição do namorado de adolescência e a consequente perda da virgindade em um relacionamento casual. Sua narrativa revela também que a aceitação do parceiro em se casar com uma moça não virgem é visto como um aspecto relevante na relação conjugal.

poxa como é que vou fazer, poxa namorei ele, não fiz nada, não transamos, não tem nada, tinha aquela curiosidade sabe, então um cara que eu conhecia assim do nada e fui namorar, ter relação, eu nunca falei assim, nunca tive coragem de falar isso pra ninguém não. Ai depois eu conheci o meu ex marido e trabalhando ai fui falei com ele, a gente conversou, ai falei né que eu não era mais moça, mas casei de véu e grinalda, casei com tudo direitinho, porque ninguém sabia né, ai casei de véu e grinalda e tudo e falei pra ele e ele aceitou e casou, nesse ponto nunca jogou na cara sabe ... (LUISA, 60 anos, parda)

Já no relato de Aqualtune, fica registrado a violência sofrida na primeira relação sexual, por volta dos seus 15 anos, e seu desassossego ao romper com o padrão moral estabelecido.

Ele tinha uma falhinha de olho, ele era bem escurinho, bem escurinho mesmo. Ele passou por mim e deu aquela olhada e deu aquele sorriso e quando sorriu eu achei lindo aquele sorriso e me encantei por aquele sorriso. Achei que ia namorar igual as moças namoravam né. Ai ele me chamou pra namorar. Mas foi doloroso porque ele já estava na maldade, já tinha combinado com o cara que era pra me estuprar. “Vamos namorar naquele muro ali perto da linha do trem?”; “Não aquele lugar é muito deserto”; “Casa de um colega meu lá, vamos?”; “Não vai te acontecer nada não”. Ai eu peguei e fui (...). Começou a namorar, namorar, namorar. Daqui a pouco ele pá, tirou, ai eu: “não, você não vai enfiar, eu vou gritar aqui, eu falei pra ele, ai ele pegou e falou assim: “não, eu vou fazer você ser minha mulher sim e você vai ser minha mulher e não vai contar nada pra ninguém, se você contar pra alguém eu te mato (AQUALTUNE, 56 anos, preta)

A ruptura com o padrão moral segue na fala seguinte: “eu peguei e falei assim: “mas eu prometi a minha mãe que eu vou casar de véu e grinalda na igreja”. Ai ele: “não, eu não vou deixar você casar virgem”. Você começa a entender Carolina, todos os meus relacionamentos vem daí, todos os homens se achando o meu é... (quis dizer Dono)”.

Os relatos de Luisa e Aqualtune confrontam-se com a representação social da mulher negra no contexto brasileiro. Pacheco (2008) aponta que a regulação das escolhas afetivas das mulheres negras é orientada pela representação social baseada na raça e no gênero. De acordo com a autora:

a mulher negra e mestiça estariam fora do “mercado afetivo” e naturalizada no “mercado do sexo”, da erotização, do trabalho doméstico, feminilizado e “escravizado”; em contraposição, as mulheres brancas seriam, nessas elaborações, pertencentes “à cultura do afetivo”, do casamento, da união estável (2008, p. 13).

Ainda nessa perspectiva, White (2000) considera que há um paradoxo acerca da imagem e expectativa relacionadas às mulheres negras na qual são vistas ao mesmo tempo como super e subumanas, fruto de mitos e estereótipos sobre sua identidade.

Somos consideradas perversas mas benevolentes; estúpidas mas convincentes; dominadoras e ao mesmo tempo obedientes aos homens; e inibidas sexualmente mas promíscuas. Cobertas por uma pele escura considerada altamente sedutora mas defensivas. Todas essas contradições criam a impressão de que não precisamos de apoio físico ou emocional (2000, p. 149).

Ao desejarem substancialmente viver relações afetivo-sexuais em conformidade com a “cultura do afetivo”, como cita Pacheco (2008), percebo que as interlocutoras distanciam-se da imagem historicizada que hipersexualiza e erotiza a mulher negra/ mestiça. A idealização do casamento, da virgindade enquanto sinônimo de pureza, de “moça de família” se frustra por comportamentos violentos como desrespeito, traição e agressões físicas e sexuais dos parceiros. A narrativa de Aqualtune exemplifica bem o paradoxo entre o imaginário coletivo e a autodefinição.

Todo homem quer me agredir, quer me matar. Parece que só meu pai que via isso, que eu me tornaria uma puta. É não sei por quê. Eu te juro. Eu não fiz macumba. Se você chegar lá no meu quarto é aquele copinho de água com os terços e acendo as velas. E nem acendo assim, acendo com a Nossa Senhora Aparecida, mas lá uma vez ou outra. Não tenho esse negócio de estar no centro e vai não sei aonde. E os homens saem comigo e já vem naquela coisa... e só prostituta tem isso. Uma mulher normal, o homem vai olhar com uma certa “Poxa, gostei dela, vou ficar com ela, vou conquistar”, aí vem de um jeito manso né, chegando e apresentando pros outros. Já esses que eu conheço não, já é tudo agressivamente. Então, eu estou um tempo com esse que vai lá duas vezes por semana e as vezes dorme lá e eu estou com ele. Estou sozinha, sempre sozinha, sempre sentindo lá no fundo aquela solidão (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

A solidão e o sentimento de rejeição são vistos como uma punição imerecida por Aqualtune e uma espécie de “mau agouro” lançado por seu progenitor. Na verdade, o primeiro olhar desqualificador surge do seu primeiro abusador, seu próprio pai. Aqualtune revelou ter sido abusada por ele aos 12 anos: “Quando minha avó saía, ele começava”. Passava a mão nos meus peitos né e queria ficar se excitando comigo. E eu dizia que não, que não. Eu tinha medo: “Ela vai descobrir, elas vão me bater” (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

Ainda no âmbito da trajetória afetivo-sexual, a questão do preconceito e da discriminação racial também aparece nos relatos como atributos da violência. Interessante observar que dos quatro relatos, apenas dois fizeram menção à questão racial e estes foram justamente os de Dandara e Aqualtune, ambas heteroatribuídas como pretas pela pesquisadora. Oracy Nogueira, ao pesquisar a dinâmica das relações inter-raciais em Itapetininga, município de São Paulo, entre as décadas de 1940 e 1950, constatou que o preconceito na região e por extensão em todo Brasil ganhava status de um preconceito travestido na cor ou na marca racial dos indivíduos. Segundo o autor, quanto mais traços negróides e mais escura fosse a cor da pele, mais susceptível a sofrer preconceito estaria o sujeito. Em contrapartida, os pardos (mulatos) com traços negróides disfarçáveis, experimentaríamos a atenuação ou mesmo a neutralização do preconceito. Nogueira (1998), assim descreve:

O preconceito de cor ou de marca racial, em contradistinação ao preconceito racial de origem, implica a ideia de preterição e, portanto, por definição, a possibilidade de serem seus efeitos atenuados, contrabalanceados ou agravados pela presença ou ausência de outros características pessoais ou sociais (1998, p. 239).

No depoimento de Aqualtune, a preterição dos parceiros ou potenciais parceiros afetivo-sexuais está associada às suas características físicas. Tal preterição expõe o preconceito de cor e acentua a já mencionada solidão.

Poxa Aqualtune, você não vai arrumar ... será que ninguém vai olhar pra você? Mas eu quero que o cara olhe pra mim sem botar defeito. Depois ficar: “o cabelo dela é duro”, “ih, ela tem aquelas pernas “fina” e o braço”. Você tá entendendo? Isso não é gostar, isso não é amor. Amor é você aceitar a pessoa do jeito que ela é. Ela é assim e é assim que eu gosto e deixa os outros falar (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

Em outro momento, Aqualtune considera adotar o padrão estético de beleza aceitável, cabelos lisos e loiros, para ser “desejada”. Nesse caso, presume-se que o ideal de brancura possa afastá-la da rejeição.

Eu tive um homem que me deixou ... com uma cicatriz, era uma cicatriz. Tento curar e não consigo. Eu me apaixonei por ele do jeito que ele era. Eu não via se ele era barrigudo, se ele era pobre, se ele trabalhava. Você tá entendendo? E ele por causa do preconceito de beleza, ele aí ... ele disse que eu tinha esse cabelo cortado igual de homem. Eu botei cabelo black. Eu tô pensando seriamente em voltar ou então botar um bom implante. E que ele gostava da outra, que a outra tinha cabelo liso e que jamais ia ficar comigo e que ia fazer de tudo pra me matar e me prejudicar, sem eu ter feito nada (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

No caso de Dandara, os relatos de preconceito atravessam a própria conjuntura familiar. Filha de pai branco e mãe negra, Dandara descreveu episódios de preconceitos entrelaçados ao contexto familiar e que refletem em seu comportamento. No tocante às experiências de discriminação, a mesma instituiu uma espécie de proteção calcada em uma “postura” e “segurança em si” para minimizar o preconceito. Quanto a esses aspectos descreve:

Isso vem da minha alma, porque papai era branco e mamãe é negra e papai falava pra mim de pequena como mais velha: “você nunca case com um negro se não você vai sofrer igual eu sofri com sua mãe, tua mãe pra mim é alma limpa que Deus me deu, mas só que as pessoas não veem assim”, que papai e mamãe ... Meu pai era filho único, meus avós falavam: “tu casou com essa nega, tu tá maluco, tu vai sofrer muito” e papai amou mamãe, fiel a mamãe até quatro anos antes de morrer. Mas meu papai falava pra mim: “Dandara você não namora com cara preto não e vão acabar com a tua vida e você é toda muito... não tá preparada para o que eu passei” (DANDARA, 59 anos, preta).

Na trajetória afetivo-sexual de Dandara, todos os seus parceiros eram brancos, mas, especificamente na fase adulta, passa a se relacionar com estrangeiros (europeus) e a morar fora do país. Há uma particularidade na história de Dandara que se mostra ambígua no que tange a influência do pai na escolha dos seus parceiros. No trecho acima, a recomendação do pai para o não envolvimento com homens negros, pressupõe um conflito identitário. A mestiçagem de Dandara por ocasião pode vislumbrá-la como uma mulher que carrega consigo um “DNA branco” o suficiente para não permitir seu envolvimento com homens negros. Todavia, ela salienta outra recomendação do pai ao iniciar o namoro com um homem branco e português.

(...) eu sou negra, ele é branco, ele é português, então quando começamos a namorar, meu pai queria me matar e a família dele queria me enforcar. Porque eu sou negra, pobre e ele branco e rico. Então era um problema, ele era o mais rico do bairro, era o lindo, eu era a mais feia e magra, totalmente o oposto. Então, o meu pai não queria que eu namorasse, porque ele ia me maltratar, porque branco maltrata negras e português só quer negras pra outras coisas, menos pra assumir responsabilidade nenhuma e que eu ia sofrer muito (DANDARA, 59 anos, preta).

Nesse ponto, o “DNA negro” destaca-se no seu processo de mestiçagem. Quanto a isso, Munanga caracteriza a mestiçagem como uma “zona vaga e flutuante” (2014, p. 88). De acordo com o autor, o progresso dos mestiços ao branqueamento acabar por enfraquecer o sentimento de solidariedade com os negros “indisfarçáveis”. Em contrapartida, os negros indisfarçáveis interiorizam os preconceitos forjados contra eles projetando sua salvação na assimilação dos valores culturais do universo branco dominante. Dandara apresenta um

conflito dual dentro dessa realidade na medida em que não se relaciona com homens negros, conforme orientou seu pai, mas ao se casar com um homem branco e português e incorporar valores culturais europeus, encara uma situação de violência que a remete a uma nova recomendação do pai.

Olha... eu vou falar pra você com muita tristeza na minha alma com relação ao meu marido... me casei virgem né, casei 12 de janeiro de 78. Nós fomos pra Bariloche na lua de mel, no hotel ele não queria sexo vaginal, queria sexo anal, nesse momento veio papai falando: branco, português só quer fazer maldades com mulher. Eu não entendia o que papai falava, meu papai que tanto amo, não entendia, e na minha noite de núpcias ele não queria sexo vaginal, queria sexo anal, pra mim aquilo foi o fim do meu casamento, na minha lua de mel o meu casamento acabou... Acabou (DANDARA).

Cabe ressaltar, também, que dois estereótipos masculinos operam nesse contexto: de um lado reside a figura do homem negro violento (primitivo): “vão acabar com a tua vida” e do outro lado reside a figura do homem branco colonizador: “português só quer negras pra outras coisas”. A produção desses estereótipos recria de maneira inversa outro tipo de “filtro” no mercado afetivo das mulheres negras. Há, portanto, dois vieses: a preterição que se origina do outro (parceiro ou potencial parceiro) e aquela oriunda da própria mulher negra ao evitar relacionar-se com certos “tipos de homens”. Contudo, ambos os meios de seletividade confluem para um mesmo destino, qual seja, a solidão, o medo da rejeição e o preconceito.

Para sentirem-se desejadas e aceitas dentro do mercado afetivo, as informantes veem-se pressionadas a enquadrarem-se aos padrões sociais normativos impostos por familiares e por parceiros íntimos. Para tanto, passam a incorporar práticas estruturadas em ideologias patriarcais e de branqueamento como o casamento tradicional civil e religioso, a virgindade (guardar-se para o marido), negar religiões de matriz africana (“não faço macumba”), adotar uma estética que não é a sua e por fim recusar parceiros cuja figura evoque sua própria origem. Todas essas práticas na verdade coadunam para uma dimensão maior que marca o cotidiano dessas mulheres: as multifaces da violência.

3.2 Os desdobramentos da violência de gênero

Ao construir meu objetivo com a perspectiva de compreender como mulheres negras assistidas pelo CEAM (res) significavam as relações violentas com seus parceiros íntimos, cai na previsibilidade de que essas ressignificações estivessem circunscritas ao universo das

relações violentas com parceiros íntimos, dada a própria característica institucional e a dinâmica dos grupos de reflexão com enfoque na violência doméstica e entre parceiros íntimos. No entanto, no decorrer das participações nos grupos de reflexão e analisando as entrevistas fui percebendo que as situações de violência estavam para além das relações com parceiros íntimos, envolvendo também outros agentes. Embora reconheça que essa constatação tenha provocado certa surpresa, a assertiva quanto ao uso do termo violência de gênero em detrimento a outras classificações de violência, contribuiu para reforçar justamente a noção das assimetrias de poder que envolvem as relações e que este poder é operado tanto por homens quanto por mulheres.

Com as observações nos grupos de reflexão e as entrevistas constatei que algumas mulheres encontravam-se no CEAM por motivações que aparentemente não correspondiam a questões de ordem conjugal. As situações de violência eram reproduzidas por filhos, parentes do (ex) parceiro, amantes do parceiro ou pelas próprias informantes. Todavia, notei que estas violências foram constituídas a partir de violências preestabelecidas originalmente de relações conturbadas e violentas com parceiros íntimos.

A violência se reproduz, por exemplo, no comportamento agressivo e machista de filhos homens como reflexo do comportamento paterno. Silva et al (2007) apontam que os filhos podem reproduzir por identificação ou mimetismo atitudes violentas com irmãs, colegas de escola, namoradas e esposa/companheiras à medida que passam a testemunhar comportamentos agressivos entre os pais.

No grupo de reflexão uma das participantes, uma senhora negra, beirando 60 e poucos anos, referiu que seus filhos agiam de forma rude com ela e lhe imputavam a responsabilidade sobre o cuidado com o companheiro que lhe agredia. Sua decepção ante a tal constatação personifica-se no seguinte trecho: “acho que até meu instinto maternal acabou” (choro). A participante declarou ainda que um dos filhos discutia frequentemente com sua ex-companheira.

No âmbito da psicologia, padrões de comportamento repetitivos no contexto familiar estão presentes em estudos que discutem a transmissão psíquica entre as gerações (BERTIN E PASSOS, 2003; SESI E GOMES, 2007; CORREA, 2003; SANTOS E MORÉ, 2011). Esse padrão repetitivo de comportamento agressivo no núcleo familiar recebe o nome de transgeracionalidade da violência. Autores como Bertin e Passos (2008), destacam que:

A cadeia de transmissão entre gerações pressupõe elementos distintos para a sua formação. Pode se organizar a partir de um conteúdo dissimulado, negado por outras

gerações, ou por segredos de gerações anteriores, ou ainda por violências vividas e não elaboradas (2008, p. 75).

De certo a herança transmitida de uma geração a outra está amparada socioculturalmente por crenças e valores que tendem a naturalizar comportamentos violentos e, conseqüentemente, encobrir seus significados. Para Correa (2003):

O silêncio da violência ou ruptura dos diversos vínculos geracionais, assim como os mecanismos da repetição, constituem o denominador comum que percorre a falta de inscrição do sujeito na sucessão das gerações e no tecido grupal comunitário, limitando ou impedindo o acesso aos processos de simbolização que organizam uma cadeia de significantes (2003, p. 41).

Doutro modo, as práticas de violência dos (ex) parceiros íntimos também se ramificam para outros agentes do seu ciclo social, familiares ou amantes, tornando inteligível a organização dos eixos de poder que modelam as relações violentas. Segundo Foucault, “o poder funciona e se exerce em rede” (2017, p. 284) e os indivíduos são continuamente centros de transmissão de poder.

Os símbolos de poder instituídos nos relatos das informantes aparecem de modo verbal ou fisicamente como que para “demarcar” um território entre parceiras de um mesmo homem, como no exemplo de Luisa.

[...] porque ela (refere-se à amante do marido) queria marcar, fazer um S no meu rosto. Ela disse que ia fazer um S no meu rosto, que ela tinha as aquelas unhas grandona né, aí quando ela me jogou no elevador e veio em cima de mim, aí veio o menino, um morador lá, veio pra tirar ela de cima de mim (...). Ela continuou do lado de fora chutando a porta e gritando que ia marcar meu rosto, que onde me encontrasse que ia fazer um S no meu rosto (LUISA, 60 anos, parda).

A atitude da amante do marido em ferir o rosto de Luisa sugere essa demarcação, do “outro” (o amante) como sendo seu e o não pertencimento de Luisa nesse território. O mesmo acontece com Dandara, cujas discussões com familiares do marido também remontam a ideia do seu não pertencimento àquele núcleo familiar.

Ela (refere-se à ex-sogra) nunca gostou de mim, já viu quando alguém te olha assim? (faz expressão de desprezo). Eu falo, o Senhor é testemunha de que eu sempre fui boa pra ela porque você quer a família bem, mas nunca gostou de mim, porque eu não sei o que ela tem com o meu marido, coisas de mãe, essas doenças patológicas (DANDARA, 59 anos, preta).

Outro aspecto verificado diz respeito à violência reproduzida pelas próprias mulheres. Considero que a possibilidade de experimentar uma nova posição no jogo das relações

violentas possa levar ao acréscimo de outros agentes com “poder de voz” menor que dos demais envolvidos. Algumas mulheres em constante sensação de desvantagem em relação a seus parceiros íntimos em contextos violentos passam a desejar se descolarem dessa posição para também subjugar e exercerem o poder. Para tanto, reproduzem práticas violentas, tendo por alvo, por exemplo, os filhos. Ao mesmo tempo depositam suas repetidas frustrações com os relacionamentos nos filhos.

eu pego ela (refere-se à filha), eu fico com tanta raiva que eu acabo batendo né e foram várias vezes, uma vez na rua, uma vez em casa, uma vez eu quase enforquei ela. Então a gente já tava vivendo como duas inimigas né ... a gente tava vivendo assim como duas inimigas, ai foi assim que eu acabei, eu acabei parando, vindo pra cá (TERESA, 41 anos, parda).

Ao perguntar sobre sua relação com o pai de sua filha, Teresa faz a seguinte colocação:

nunca houve agressão entre a gente, se dava bem, mas só que ... inclusive eu não quis viver com ele quando eu descobri que eu tava grávida da minha filha, ele acabou me falando que tinha problema com o alcoolismo (...), bateu assim na minha cabeça, porque eu não vivi com o meu primeiro agressão, mas a gente teve uma vida atribulada, que ele saía, me deixava em casa né, eu ficava naquele desespero, eu não dormia né, ai eu pensei assim, me veio logo na minha cabeça: não, passar por tudo isso de novo! Não, não quero isso pra mim não (...) eu passei a minha gravidez toda sozinha, as vezes eu ligava pra ele, era dia de ultrassom, eu oh: vai ter uma ultrassom, se você quiser vim, mas ele nunca ... sempre no canto dele (TERESA, 41 anos, parda).

A partir das análises, foi possível apreender que a violência, enquanto prática e comportamento entre parceiros íntimos, não está restrita ao universo dos pares envolvidos, sendo estendida e partilhada ao seu grupo social e sua dinâmica abrange diferentes padrões de interação. Nessa configuração há um quê de permissividade entre os parceiros íntimos, uma abertura no campo de forças, para a entrada de outros agentes em disputa pelo poder, como também, a entrada de novos agentes para potencializar e provocar um rearranjo de forças nos contextos de violência, pouco exequível nas relações maritais.

3.3 O apoio institucional

O processo elaborativo de ressignificar as relações violentas em grande parte inicia-se no Centro Especializado de Atendimento à Mulher em situação de violência (CEAM), portanto, o apoio institucional é fundamental para o enfrentamento à violência. As atividades grupais e individuais possibilitaram instrumentalizar as mulheres assistidas no lidar com as situações de violência em seu cotidiano.

O uso corrente de temas envolvendo autoestima, autocuidado, machismo, gênero, produziu novas conotações para as mulheres partir da compreensão de que tais temas se conectavam as situações de violência.

A participação nos grupos de reflexão permitiu observar como esses temas eram abordados pelas profissionais e como eram recebidos e sentidos pelas participantes.

Um dos temas que incitou discussão calorosa nos encontros foi sobre as questões de gênero. Com o uso de vídeos e o auxílio do quadro-negro, a psicóloga propôs a inversão de papéis entre homens e mulheres para discutir igualdade de gênero. Os vídeos exemplificavam de forma sátira homens como objetos sexuais estampando capas de revista à lá Playboy e mulheres assistindo jogos de futebol enquanto seus maridos lhes traziam cerveja. No imaginário das participantes pairou a sensação de tornar real tal inversão.

Ao citar características positivas e negativas dos homens e das mulheres, prevaleceu no quadro-negro uma infinidade de características negativas para os homens em detrimento de características positivas, sendo o inverso observado em relação às mulheres. Termos como: “galinhas”, “irresponsáveis”, “canalhas”, “imaturos”, “mulherengos”, simbolizavam negativamente a figura masculina, no entanto, termos como: “mãe”, “responsável”, “cuidadora”, “guerreira”, remetiam de forma positiva a figura feminina. Em Problema de Gênero feminismo e subversão da identidade, Butler (2015) reflete acerca da construção das mulheres enquanto sujeito do feminismo. Segundo a autora, esse sujeito faz parte de uma construção política que o produz por intermédio de sistemas jurídicos de poder que passam a representá-lo. Quanto a isso cita que:

[...] a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento (2015, p. 19).

Ao fazer uma analogia do fato observado no grupo de reflexão com as colocações de Butler, presumo que as participantes criaram um “campo jurídico” próprio no qual a produção política do sujeito, no caso, o sujeito feminino é representado e, subsequentemente,

legitimado pelo uso de termos positivos, mas ao mesmo tempo em que legitima esse sujeito, cria mecanismos de exclusão sobre o outro sujeito, no caso os homens, através de termos que os desqualifica.

A proposta da psicóloga de inverter os adjetivos, ou seja, as mulheres tornaram-se “irresponsáveis”, “galinhas”, “imaturas”, “canalhas” e os homens “cuidadores”, “responsáveis”, “guerreiros”, o termo “mãe” foi substituído por “pai”, modificou a dinâmica no grupo a ponto de provocar um silêncio desconfortável entre as participantes ante a possibilidade real dessas inversões. Creio que a experiência profissional da psicóloga com grupos de reflexão com homens em situação de violência no Centro de Referência do homem possibilitou a mesma um olhar para ambos os universos. Todavia, a atividade executada no grupo demonstrou uma visão reducionista acerca do conceito de gênero, tendo em vista que as discussões sobre os papéis do masculino e feminino ficaram circunscritas às análises dos indivíduos e das relações interpessoais. Nessa perspectiva, Louro (2014) faz a seguinte colocação:

A característica fundamentalmente social e relacional do conceito (de gênero) não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de *papéis* masculinos e femininos. Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para os seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar ... através do aprendizado dos papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (2014, p. 27, grifos da autora).

Embora aparente, não estava em disputa a guerra dos sexos ou a prerrogativa conquistada mediante a validação da qualidade do ser mulher. O alcance da discussão pondera o culturalismo em torno das questões de gênero e o estabelecimento de um regime pactual entre as mulheres. Todavia, ainda que os símbolos culturais evoquem múltiplas representações e estejam implicados na construção do conceito de gênero, é preciso afastar-se da noção de fixidade e confrontar as noções de gênero produzidas que simulam permanentemente a eterna representação binária dos gêneros (Scott, 1988).

O termo violência doméstica emergia frequentemente nos grupos de reflexão através dos discursos das profissionais ou vinculados, por exemplo, a temas como a Lei Maria da Penha, o Impacto da Violência na Família e o Machismo.

No dia em que se discutiu o tema sobre a Lei Maria da Penha foi exibido ao grupo, coordenado pela psicóloga e pela advogada, um vídeo com depoimentos de delegadas, juízas e mulheres em situação de violência e sobre o processo histórico de formação da lei. Após a

exibição do vídeo, os relatos centrais das participantes davam conta da falta de apoio de familiares e amigos para realizar a denúncia e do tratamento recebido por agentes policiais ao tentar formalizar a queixa. Uma das participantes, uma jovem negra de aproximadamente 35 anos, narrou as dificuldades encontradas na delegacia para registrar uma ocorrência de violência psicológica contra o parceiro. A labilidade de tempo entre a formalização da queixa e o restabelecimento do relacionamento supostamente foi posto em xeque pelo agente policial tornando flagrante a falta de credibilidade na queixa. A narrativa das mulheres quanto às suas experiências de violência são secundarizadas no âmbito socioinstitucional em decorrência de crenças equivocadas relativas à situação da mulher no contexto de violência, como, por exemplo, imputa-lhes a culpa pela condição em que se encontram. Essa noção se articula a reflexão de Cardoso: “Quando o referencial masculino representa a norma, o que é produzido pelas mulheres pode ser desvalorizado, inferiorizado ou, simplesmente tornado invisível” (2008:268).

Os relatos de descaso dos agentes públicos ante as denúncias de violência também emergiram nas entrevistas.

Você convive com um homem, ai ele te bate, depois você pensa assim: ah ele me bateu porque eu mereci, acho que isso não existe, não tem essa justificativa né e eles acham assim: ah fez, apanhou, porque até na delegacia mesmo a gente escuta isso: apanhou, alguma coisa fez e não só dos homens, muito mais até das mulheres, elas mais é que acham que tem que fazer né, eu já não concordo com isso, entendeu, então é muito constrangedor você escutar isso (TERESA, 41 anos, parda).

Na narrativa de Teresa, é possível observar que a expectativa em torno das Delegacias e dos agentes como dispositivos de apoio e de resolutividade nas situações de violência acaba gerando decepções na medida em esses dispositivos passam a reforçar e naturalizar a violência de gênero. Brandão (2006), em sua pesquisa etnográfica sobre a dinâmica do atendimento policial em uma DEAM, no Estado do Rio de Janeiro, já apontava de modo semelhante às práticas dos agentes institucionais envolvidos na atenção às mulheres em situação de violência. Para tanto, descreve que:

A burocratização do trabalho de investigação deixa os policiais imersos numa rotina de trabalho, com prazos e tarefas a cumprir, tornando-os pouco disponíveis para uma intervenção mediadora. Oscilam entre cumprir suas atribuições legais e a necessidade de uma abordagem não estritamente policial, mas “social” ou “psicológica”, para a qual não se sentem preparados. Dentre as diversas atividades policiais, consideram a abordagem de relações domésticas menos relevante. No intuito de racionalizar o trabalho decorrente de expressiva demanda frente à escassez completa de recursos para operacionalizá-lo, acabam por naturalizar a violência conjugal e banalizar a intervenção sobre a mesma (2006, p. 218).

Os casos evidenciados nos relatos deflagram a naturalização da violência de gênero no interior do aparato policial. Tratando-se de violência psicológica o descaso dos agentes pode ser mais acentuado já que a ausência de marcas de agressão física no corpo recebe menor apreciação por não conterem provas periciais, como o Exame de Corpo de Delito.

Dentre os obstáculos encontrados no percurso da rota crítica²⁵ das mulheres enumera-se também a falta de apoio de familiares, fator que muitas vezes implica ao não prosseguimento com a denúncia. Entretanto, o CEAM assume o papel de mediador indireto das mulheres com as demais redes de apoio ao estimular, por exemplo, que elas retornem às delegacias até que de fato consigam formalizar a denúncia, criando assim uma atmosfera de autonomia e cidadania.

A temática acerca do impacto da violência na família suscitou histórias cujos cenários de violência de gênero incidiram drasticamente sobre a dinâmica familiar, mais precisamente na relação com os filhos. Vi e ouvi o choro contido e um sentimento de profunda tristeza.

Para tratar do assunto, as psicólogas utilizaram um desenho feito por uma criança dos membros de sua família, sendo, porém o pai representado por um monstro, além de vídeos com depoimentos de filhos que conviviam em contextos familiares violentos.

Muitas mulheres alegaram suportar as situações de violência em prol dos filhos, principalmente sendo estes crianças, com o intuito de criar uma barreira emocional capaz de “imunizá-los” das experiências de violência. As estratégias empreendidas para encobrir a violência da vista dos filhos iam desde manter o silêncio até estabelecer um momento “adequado” para iniciar as discussões.

Essas atitudes tidas como meios de proteger os filhos pressupõe o estabelecimento de um código de conduta entre o casal. O acordo do silêncio ou do momento “ideal” para iniciar as discussões permite certa vantagem para ambos. Para a mulher, mantém-se a lógica de preservar a integridade emocional dos menores e para o homem cria-se a ideia de que esse pacto gera uma barreira de proteção para ele mesmo, visto que seu comportamento agressivo parece não estar ameaçado.

Esse cenário revela o desejo dessas mulheres em manter a unidade familiar, ainda que instável, ordenada pela figura do companheiro/pai como provedor e como referência paterna presente e positiva, especialmente quando os filhos ainda são crianças e adolescentes. Para

²⁵ Rota crítica corresponde ao caminho percorrido pela mulher para romper com o ciclo de violência incluindo a sequência de decisões tomadas e ações executadas durante esse processo. A proposta de rota crítica foi desenvolvida pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para compreender o fenômeno da violência de gênero.

Narvaz e Koller (2006), a manutenção da “ordem” familiar constitui um modo insistente de perpetuar o modelo familiar hegemônico, burguês, monogâmico e patriarcal. A preservação desse modelo familiar regulado por vínculos matrimoniais e por seus descendentes fomenta nas mulheres a idealização de estar em conformidade com esse padrão institucional, mesmo que para isso tenham que abrir mão dos seus desejos e permanecerem na relação violenta. Sendo assim, nesse contexto, romper com a “harmonização” do ambiente doméstico pode produzir um sentimento de fracasso como mãe e mulher.

Para introduzir o tema Machismo no grupo de reflexão, a psicóloga propôs a análise de uma canção de Roberto Carlos: *Esse cara sou eu*. As ressalvas feitas acerca das estrofes da canção denunciavam seu cunho sutilmente machista. Sem qualquer apelo ou sugestão da coordenadora, as participantes interligavam trechos da canção com suas histórias. Trechos como: “O cara que pensa em você toda hora”; “Que conta os segundos se você demora”, “O cara que pega você pelo braço”, “Esbarra em quem for que interrompa seus passos”, “Eu sou o cara certo pra você” remetiam a atitudes machistas e possessivas de seus (ex) parceiros.

Os relatos de violência psicológica e moral destacaram-se no tema Machismo. O comportamento possessivo dos (ex) parceiros crucialmente atravessa a noção de moralidade e a manutenção da ordem e controle. Falas como “você tá dando pro vizinho”, histórias de cárcere privado e excessos de ciúmes, reiteram o viés patriarcal na conduta dos (ex) parceiros. O ataque a “moralidade” das (ex) parceiras atua no sentido de julgá-las com base em uma quebra de “decoro” e pôr em relevo a polarização “mulher de casa” versus “mulher de rua”, isto porque, a ameaça ao possível deslocamento das companheiras do espaço privado para o espaço público as torna mais semelhantes às “mulheres de rua”, consideradas desviantes, promíscuas, distantes de qualquer forma de controle. A prática de cárcere privado referida por algumas participantes atua como um instrumento de controle, de correção disciplinar dos (ex) parceiros para restabelecer a “ordem moral” antes interrompida.

O exercício da autoridade dos (ex) parceiros sobre suas parceiras por meio de práticas violentas se estabelece pela possibilidade de se fazer legítimo dentro de uma conjuntura social formatada por padrões hierárquicos enraizados. Cardoso (2008) argumenta que o poder é organizado por um sistema de autoridades cuja distribuição opera em concordância com as hierarquias, conformando relações de dominação/subordinação autoritárias. Sendo assim, a instituição de redes de apoio solidificadas é vital para o projeto de interrupção do ciclo de violência.

Observei que o processo de ressignificação das relações violentas era regulado pela incorporação nos discursos das participantes de um status que lhes permite compreender sua

condição anterior ou situacional em expressões que sugerem a perda da autogestão “eu perdi minha identidade”, a percepção do seu papel na relação conjugal “eu sou esposa dele e não filha” e a decisão de romper com o ciclo da violência “minha maior dor foi ter deixado tudo pra trás, minhas roupas, fotografias [...] sai com a roupa do corpo”.

Inevitavelmente, a decisão de romper com o ciclo da violência envolve também a decisão de romper com parte das próprias histórias de vida. Muitas vezes as perdas materiais, os hábitos de vida, os ciclos sociais – familiares, amigos, vizinhos – se desintegram após a separação do casal.

No processo de rompimento do ciclo de violência, duelam o medo e a vontade de recomeçar. Uma das participantes, uma senhora branca de 60 e poucos anos, separada acerca do cinco meses do ex-companheiro, um militar reformado do exército com quem foi casada durante 48 anos, narrou seu conflituoso processo de separação, no qual incluiu a mudança de endereço, haja vista que antes da separação residia em um município da Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro. A descrição da separação conjugal se misturava a lágrimas e sorrisos. De um lado havia o medo de retornar ao domicílio em decorrência das ameaças do ex-companheiro: “os vizinhos disseram que ele disse não quer me ver nem pintada de ouro”. Do outro lado, ter deixado tudo para trás simbolizava a expectativa do recomeço: “tô no meu cantinho, com meu fogãozinho, minha televisãozinha, pelo menos tenho sossego”. O ato de deixar tudo para trás na verdade se materializa na sensação de viver o desconhecido, de começar do zero, de sair da zona de conforto propiciada pela dependência financeira, pelo apego aos pertences e a antiga moradia. Na verdade, a perda dos bens materiais simboliza antagonicamente o morrer e o nascer.

A rota crítica das mulheres envolve descompassos que se traduzem em uma rede socioinstitucional nem sempre facilitadora e capacitada para dar suporte as mulheres em situação de violência. Embora as delegacias e os Conselhos Tutelares sejam em geral a porta de entrada dessas mulheres na rede de enfrentamento a violência, o vínculo efetivo é estabelecido no CEAM. Os entraves ao longo do percurso, delegacias/Conselhos Tutelares via CEAM, são inúmeros e tendem a retardar o processo. Entretanto, uma vez inseridas no CEAM as mulheres passam através do compartilhamento de suas histórias de vida e da assistência individual a elaborar o processo de ressignificação das suas relações violentas e tendem a (re)criar comportamentos autônomos e de autovalorização.

os relatos que eu vi aqui também no grupo me ajudaram muito, agora eu tô mais assim, tô vendo as coisas assim mais claras, mas antes não, antes era só o ódio ... o que me dominava era a raiva né, aquela ira né, mas assim, hoje eu já paro assim, ai

se eu tô vendo uma coisa estranha, aí eu paro, penso, vamos refletir e tal, não é assim que eu vou fazer entendeu, mas me ajudou bastante (TERESA, 41 anos, parda).

3.4 Respeito é bom e eu gosto

Ao longo dos nove meses inserida nos grupos de reflexão ouvindo os relatos das histórias de vida de mulheres assistidas pelo CEAM, partilhados também nas entrevistas individuais, perscrutei que as noções de violência de gênero foram sendo modificadas a cada troca de experiências e a cada aprendizado mútuo. O que antes para elas não se constituía como violência, posteriormente passou a ganhar novos sentidos.

As manifestações “sutis” da violência podem à primeira vista torná-la imperceptível como tal. Bourdieu (2012) considera que esta violência “*doce e quase sempre invisível*”, no qual denominou de violência simbólica, se executa com a colaboração daqueles que são afetados por ela, sendo esta sustentada a uma *doxa androcêntrica* que incorpora naturalmente as relações de poder. De acordo com Bourdieu:

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos habitus e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma (2012, p. 49).

Os questionamentos e a tomada de consciência das mulheres a despeito de práticas antes consideradas irrelevantes na constituição dos cenários de violência eram graduais e nem sempre apontavam para essa direção, tendo em vista a diversidade de mulheres presentes nos grupos de reflexão e em diferentes escalas de vivência da violência.

Durante as entrevistas ao questionar: qual é o significado de violência para você? As quatro informantes foram categóricas em mencionar condutas ligadas à falta de respeito. A percepção da violência como símbolo de desrespeito foi então dividida em duas categorias: violência de caráter estético e violência de caráter emocional.

No tocante à violência de caráter estético, o uso de termos ofensivos como feia, velha, gorda tem ônus considerável no curso das relações sociais para as informantes. A evolução na compreensão de violência e o impacto produzido pelos termos citados na trajetória de vida das mulheres destacam-se nos relatos a seguir:

Pra mim a violência era só física, bater entendeu, bater, agredir, assim, pra mim era isso, hoje já entendendo diferente, que não é só isso né. É ficar te falando que você é feia, falando certas coisas que não te agrada né, [...] meu marido ficava falando pra mim, disse que ia botar uma roupa, ele ficava: mas você é velha, vai botar essa roupa pra quê? Vai botar esse biquíni pra quê? Velho botar isso, não sei o que [...] ele me botava muito pra baixo esse meu marido, “você tá velha, gorda”, não sei o que, ficava sabe, não podia comprar uma roupa que ele achava que aquela roupa não tava boa, mas só que isso não era agressão entendeu, eu deixava, passava pra lá, mas hoje eu sinto assim, fico pensando né, ai eu ainda choro muito [...] (Luisa, 60 anos, parda).

O relato subsequente tem como peculiaridade apresentar o contexto da violência em espaços sociais para além do ambiente doméstico. A violência perpassa o íntimo, sendo produzida por interações, ainda que mínimas, nos espaços coletivos. Para fazer menção à violência de caráter estético, Teresa sugeriu incluir-me ao seu exemplo.

Violência é eu chegar pra você e te chamar de feia, é uma violência, eu acho que é uma violência né, eu dizer: ah você, eu não gosto desse seu cabelo, por sinal eu adoro cabelo assim, eu acho bonito (apontou para o meu cabelo). Eu fico falando pra mim se eu tivesse o cabelo assim todo cacheadinho eu ia fazer tipo aquela menina Sheron Menezes (referindo-se a atriz de novelas) né, eu acho lindo né, mas claro, tem que ser bem cuidado né. Então, eu chegar pra você, olhar pra você: você não tá legal com essa roupa, isso é um tipo de violência, você não sabe nem com quem tá falando, não sabe se aquela pessoa vai guardar aquilo né, porque se você falar isso pra mim eu vou guardar, como já tem pessoas que não vai esquentar, vai falar: ah tô feia mesmo, ah, não tô nem aí pra tu, eu já guardo isso pra mim (TERESA, 41 anos, parda).

Concernente à violência de caráter emocional, termos como ódio, vingança, mágoa e medo são tidos como sentimentos produzidos pela violência. No entanto, estes sentimentos ocupam diferentes posições nos cenários de violência. Enquanto o ódio e a vingança são entendidos como sentimentos “disparadores” da violência, a mágoa e o medo constituem sentimentos produzidos a partir da violência. “Ela magoa, deixa ... é uma coisa ruim”. Porque ali na violência tem o ódio, vingança e se deixar a pessoa mata (...) eu tenho o maior medo, eu me afasto, me isolo” (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

Ainda dentro deste universo, expressões e gestos também foram elaborados como violência: “A violência pra mim é todo tipo de desrespeito, tudo né, verbal, é o físico, o olhar, violência, o olhar que mata, que te joga no chão, tudo isso pra mim, desrespeito é a violência pra mim” (DANDARA, 59 anos, preta).

O sentido de morte presente em ambos os relatos “se deixar a pessoa mata” e “o olhar que mata” transcende ao físico, a uma ferida perceptível, retratando na verdade a intensidade e a subjetividade presentes nesse tipo de violência.

A partir da ampliação das noções de violência, as mulheres passaram a construir uma rede de solidariedade feminina. A compreensão da falta de respeito como um modo de violência gerou uma espécie de “central de vigilância” onde atitudes, comportamentos e práticas que culminem em violência, segundo a dimensão apreendida pelas mulheres, são interditados pelas próprias mulheres.

quando ele (refere-se a um potencial parceiro afetivo-sexual) começou a colocar e eu vendo a mentira ali, falar mal de mulheres, falou assim: a minha bolsa é igual bolsa de mulher. Eu peguei minha bolsa, eu falei assim: desculpa só se for da sua, porque da minha não e veja como você fala das mulheres. Eu tomei a bandeira da mulher, eu não admito que homem fale mal de mulher (DANDARA, 59 anos, preta).

No decorrer dos grupos de reflexão frases como “eu não vou voltar atrás”; “doeu, machucou, mas olha onde eu tô”, “Eu não tinha identidade, eu era a mãe, a filha, a esposa, menos a ...”, “tudo de bom pra você”; “passar pela tempestade que é tão violenta”, “fortalecer umas as outras”, “força e superação” sintetizam a evolução das mulheres quanto à ressignificação de suas relações violentas.

O processo de empoderamento das mulheres assistidas pelo CEAM se corporifica a partir do momento em que passam a exercitar a autonomia, o autocuidado e a sororidade, estando, portanto, seguras e aptas a declararem: respeito é bom e eu gosto.

4. (RE)DESCOBRINDO-SE NOS ESPAÇOS SOCIAIS

*Por favor, mestre de Horas
Tempo, meu fiel carpinteiro comece
você primeiro passando verniz nos móveis
e vamos tudo de novo do novo começo.
Elisa Lucinda*

O processo de (re)descoberta considera os distintos espaços sociais no âmbito educacional e mercado de trabalho na trajetória de vida das mulheres pesquisadas e como elas interagem e ocupam socialmente esses espaços. Além disso, essa (re)descoberta perpassa por questões ligadas a sexualidade e a relação dessas mulheres com o seu corpo.

4.1 Ocupando os espaços: das interdições as possibilidades

A análise acerca das trajetórias de educação e trabalho das mulheres negras assistidas pelo CEAM foi essencial para compreender suas conjunturas socioeconômicas mobilizadas dentro de contextos de violência, assimilando desde as interdições a um projeto de melhoria de vida até o encorajamento para romper com estruturas de aniquilamento do referido projeto.

Dentro do observado, as interdições ao projeto de melhoria de vida para as mulheres abrangiam: problemas no período estudantil em decorrência de baixa autoestima, bullying²⁶ e gravidez precoce; dificuldades de acesso ao mercado de trabalho por conta de comportamentos machistas dos parceiros e práticas discriminatórias nos ambientes institucionais.

Embora houvesse uma rede de articulação informal do CEAM com setores da educação e emprego/geração de renda, esses temas não faziam parte da pauta de discussão nos

²⁶ Bullying aparece em um dos relatos sugerindo a noção presente no universo estudantil que o caracteriza como uma situação envolvendo agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de forma repetitiva por um ou mais alunos contra um ou mais colegas. A noção de bullying presente nos relatos indica também comportamentos discriminatórios no ambiente escolar.

grupos de reflexão, ocasionando lacunas no debate sobre violência. Sendo assim, as análises ficaram restritas as entrevistas individuais.

Quando solicitei as informantes que falassem a respeito do seu período de estudante, (relação com professores e colegas, desempenho escolar) as quatro centralizaram seus discursos na relação com colegas de turma e problemas de autoestima. Dandara e Aqualtune, por exemplo, pontuaram fortemente o bullying e a baixa autoestima relacionados à questão de classe social.

Eu tive uma vez um bullying quando eu comecei ir pro segundo grau, o antigo normal né, que fazíamos todo mundo aquele primeiro ano todo mundo junto né. Eu estava começando o segundo grau na época e o Colégio A. sempre foi um Colégio crème de la crème, sempre foi top, era muito caro e eu estudava lá porque eu ganhei bolsa, não porque eu era rica, e eu tinha o pé grande, como tenho até hoje, 41, então o pessoal ficava me chamando de pé de anjo e eu ia pra escola e eu sempre tinha vontade de comer o sanduíche dos outros que era mais gostoso, tinha mais queijo, tinha mais coisas do que o meu que a mamãe fazia e um dia eu pedi “prum” amigo meu, M.C.B, e ele falou assim: “ah você é pobretona”. Ele era branco, alto, ele era metido, ele era top, mora aqui na first class, ele era o cara e eu fiquei muito mal. Eu não entendi o bullying, mas naquela época, logo depois eu ia pra casa e ficava triste. Hoje quando eu me lembro e falo que doeu. Naquela época eu usava Kichute²⁷, eles usavam já tênis e eu sempre fui discriminada porque usava Kichute, mas eu não ligava porque eu era a melhor aluna da escola, eu arrebatava, então contrabalanceava, mas o tempo, quando lembrava me fazia uma dor, mas superou e passou (DANDARA, 59 anos, preta).

Dandara narrou sua “inadequação” ao ambiente escolar devido às diferenças de classe social e fez reaparecer de modo ambíguo em sua narrativa o escudo de proteção contra as atitudes discriminatórias, expresso no fato de se considerar “a melhor aluna da escola”. No entanto, em diversos momentos sublinha sua tristeza e dor ante as discriminações sofridas.

No caso de Aqualtune, a sensação de “inadequação” ao ambiente escolar é instituída por ela mesma, tendo em vista um reconhecimento intrínseco de que sua situação financeira e estética legitimava as práticas discriminatórias e o bullying. Todavia, essa legitimação na verdade constrói-se a partir de padrões normativos previamente estabelecidos.

A minha mãe comprava aqueles produtos que hoje em dia usa nas drogarias pra esticar o cabelo. O cabelo era bem duro, eu fiz no Natural (refere-se ao Salão de Beleza), mas já estava começando a ficar duro. Ai ela vinha e esticava, amarrava aquele rabo de cavalo ou fazia Maria Chiquinha e a saia não tinha prega, era lisa sabe? A blusa era aquela bem ... e a pasta, coitada, uma pasta que às vezes carregava e de vez enquanto não carregava. Então eu ia pro colégio e era a piorzinha da turma. Então era pra ser e nem por isso (referindo-se à discriminação). A bolsa era costurada e costurada com aquelas linhas aparecendo entendeu? E nunca tive de nada, de coleguinha meu, nem colega, nem ninguém. Eu ficava era olhando as

²⁷ Kichute é um calçado, misto de tênis e chuteira, produzido no Brasil na década de 1970 pela Alpargatas. Embora fosse um calçado unissex, seu formato feito de lona e solado com cravos de borracha, dava-lhe um aspecto bruto que atraía os meninos. Ele era usado tanto para ir à escola quanto para a prática do futebol, sendo, portanto, popularizado entre as camadas mais pobres.

colegas com aquelas saias com as pregas bem bonita, bem engomadinha, aquelas blusas branquinhas. Ai eu ficava: “poxa eu não tenho uma daquela”, eu gostaria tanto de ter, ela ficava tão bonita, eu também queria ficar. Eu ficava com o preconceito para mim, mas não contava pra ninguém (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

Perscrutei também que as reações ao bullying e o desejo de se destacar em resposta a baixa autoestima eram vistos como potencializadores para o mau desempenho e evasão escolar. Teresa evoca do seu período estudantil as dificuldades de entrosamento com os colegas de turma em decorrência de sua timidez e, por isso, sua baixa popularidade “Bom, na escola eu não era muito popular”. Embora saliente o gosto pelos estudos, associa às más companhias e a gravidez sua perda de interesse nos estudos.

[...] algumas colegas, nem era da escola, era assim, que eu fui conhecendo né, então comecei a sair né, a conhecer as pessoas, ai às vezes: ah eu tenho que ir pra escola, ah escola nada, vamos matar aula! Ai eu acabava matando, ai foi, acho que fui perdendo o interesse, ai depois passou esse tempinho, ai comecei a estudar a noite, falei: vou terminar meu primeiro grau, ai logo assim veio o pai do meu filho né, a gente acabou indo morar junto, fiquei grávida, aquela coisa de neném e tal, acabei parando também (TERESA, 41 anos, parda).

Na narrativa de Luisa, além dos relatos de bullying presentes em frases como “eu era baixinha”, “ela me prendia” (referindo-se a uma colega de turma), fica perceptível que o ambiente escolar era pouco atrativo e entediante “eu fugi do colégio”.

[...] eu não gostava de estudar, não tinha, não consegui, depois de grande até tentei várias vezes, mas não conseguia, gostava mais de aprender as coisas rápidas, não é fazer isso, fazer aquilo, sabe assim, mas estudar mesmo não consegui não [...], eu não quis estudar, gostava de apreender as coisas, eu queria fazer crochê, fazer bolo, fazer essas coisas assim (LUISA, 60 anos, parda).

É possível observar também no depoimento de Luisa um contexto familiar fortemente estruturado por padrões culturais baseado na divisão sexual do trabalho. Era perceptível em sua fala a noção de que o aprendizado de atividades manuais e domésticas era mais importante que o aprendizado oriundo do ensino formal. É como se frequentar a sala de aula fosse de pouca monta ante os afazeres domésticos.

[...] eu, minha irmã e meu irmão éramos os mais velhos. O P. (refere-se ao irmão) ficava carregando água e eu, às vezes a gente trocava, um dia eu que ficava na cozinha e banheiro, outro dia era a P.(refere-se à irmã) que ficava arrumando a casa, porque os outros “era menor” e minha mãe fazia comida e lavava roupa, lavava, passava a roupa, tudo assim, depois de determinada idade né, depois dos 6 anos assim, a gente criado já lavava fraldinha, queria, gostava de lavar fraldinha né, então eu gostava e brincava (LUISA, 60 anos, parda).

Junto às questões mobilizadas pelas interlocutoras referentes à trajetória educacional, os aspectos ligados ao mercado de trabalho deflagram as dificuldades em também ocupar esse espaço.

No que concerne aos entraves encontrados para o acesso ao mercado de trabalho, as interlocutoras citaram a pressão dos parceiros para não trabalharem fora de casa e a discriminação de setores contratantes.

A narrativa de Teresa exemplifica a objeção dos parceiros a atividade laboral remunerada das companheiras.

Ele falava que mulher não tinha que trabalhar, principalmente se tivesse marido, não tinha que trabalhar, só que eu não gosto assim, por exemplo, até hoje eu não gosto de ficar pedindo nada pra ninguém, quer me matar é ter que pedir alguma coisa, por exemplo, preciso de um dinheiro da passagem, você tem que pedir aos outros, você precisa de absorvente, você tem que pedir aos outros né, ai eu falava pra ele: puxa, mas eu tenho que trabalhar, até pra te ajudar mesmo né ... mulher minha não trabalha, ele era assim meio machista, ai acabava que eu nunca trabalhava (TERESA, 41 anos, parda).

Teresa reconhece a necessidade de uma autonomia financeira, mas possivelmente o medo das atitudes do parceiro suplanta a busca por essa autonomia. Quanto ao contexto observado, presume-se que no jogo das relações violentas o estabelecimento de uma dependência emocional pode intencionalmente conduzir à dependência financeira, provocando perdas de autonomia e poder de decisão.

a gente discutia muito, se ele tivesse na rua e tivesse que discutir comigo ali na rua, ele discutia, não tinha lugar pra ele e eu já ficava quieta porque eu nunca gostei de escândalo, eu já ficava quieta, então pra mim não ia dar, ai ele chegou a ir na porta desse serviço que eu arrumei quando ainda tava com ele, ai ele falou: amanhã você não vem mais não, ai eu acabava não indo, mesmo até pra ele não arrumar escândalo né (TERESA, 41 anos, parda).

Esse estado de dependência funciona como uma “moeda de troca” e retroalimenta o ciclo de violência. O processo de barganha se articula face às concessões do casal com base na lógica do: deixa que eu provenho financeiramente e você fica em casa e eu paro de trabalhar e você muda seu comportamento.

As interdições externas para ingressar no mercado de trabalho esbarram com aspectos institucionais relativos à contratação. Quando questionadas quanto às aspirações futuras em relação ao emprego e geração de renda, as informantes manifestaram certa desilusão com o

mercado de trabalho e apontaram a discriminação racial e etária (juventude como atributo desejável) como principais barreiras no ingresso ao mercado.

Aqualtune, por exemplo, relatou as dificuldades no ingresso ao mercado de trabalho por conta da idade: “Tem um pouco do preconceito né, de chegar na hora e: ah, a senhora já passou da idade. Dois lugares que eu fui me falaram isso, que eu não tinha idade mais pra trabalhar” (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

Dandara, a única informante com educação de nível superior, expressou sua indignação com os “critérios” adotados pelas empresas no Brasil para a contratação de funcionários.

o problema é que eu vou fazer 60 anos e 10 anos eu sei que eu fico mais aqui (...), eu vou estar aqui, até ai eu vou estar com 70 anos e algo e ai eu vou trabalhar profissionalmente aqui em que? Não tenho essa aspiração de acordo com o mercado, não gosta de mulher velha, não gosta de mulher preta, não gosta disso, por mais intelectual ou currículo que você tenha, poderoso né, pode tá Harvard ali assinado, falando helo, lá fora sim te aceitam, aqui não (DANDARA, 59 anos, preta).

Dandara destaca, ainda, episódios de racismo vivenciados em processos de seleção.

eu fui fazer um part time numa empresa de seguros e ai eu fui, só que quando eu estava para fazer a entrevista com a RH né, a menina falou assim: nossa, olha é tido que aqui eles não aceitam negros, falaram que aqui eles não aceitam negros. Eu falei assim: eu não sou negra, eu sou loira de olho azul, não tenho problema com esse negócio (...). Uma concorrente minha branca do olho azul, eu tipo ... ah, beijinho no ombro e ai fui, fiz a entrevista e realmente não me aceitaram, não me aceitaram (DANDARA, 59 anos, preta).

No trecho destacado acima é possível perscrutar que a qualificação profissional muitas vezes é asfixiada por práticas discriminatórias “sutis” presentes no mundo do trabalho, como o critério comumente utilizado da “boa aparência”. Quanto a isso, Carneiro (2003) aponta que rejeitar mecanismos de discriminação racial como a “boa-aparência”, considerada um eufemismo que garante o acesso privilegiado de mulheres brancas ao mercado de trabalho, é um meio de viabilizar a plena cidadania para as mulheres negras.

Ainda na perspectiva da discriminação racial no mercado de trabalho, Osório (2008) constrói uma metáfora interessante ao criar um elo entre as desigualdades sociais e os processos históricos que fortemente contribuíram para posicionar os negros, principalmente as mulheres negras, na base da pirâmide e assim barrar a mobilidade social desse grupo. De acordo com o autor:

No momento da abolição, foram suprimidas as barreiras formais que a escravidão oferecia à competição dos negros com os brancos pelas posições sociais. Mas quando os portões são abertos e se faculta aos negros o ingresso na corrida, os brancos já estão quilômetros adiante. Essa é a condição inicial. Para que os negros superem a desvantagem imposta por ela, é preciso que, a cada geração, percorram uma distância maior do que a percorrida pelos brancos. Se não conseguem fazê-lo, a desigualdade racial existente no momento da abertura dos portões persiste (2008, p. 66).

O enfrentamento ante a realidade apresentada constrói-se a partir do reposicionamento das mulheres pesquisadas nos espaços sociais, considerando o modo como passam a se ver no mundo.

Com exceção de Dandara, as demais interlocutoras já exerceram em algum momento da vida atividades como empregada doméstica (Luisa e Aqualtune) ou como cuidadora de crianças e idosos (Teresa). Até o momento da entrevista, Luisa alegou ser proprietária de um estabelecimento comercial, Aqualtune estava desempregada, Dandara exercia trabalho voluntário como missionária e Teresa permanecia como cuidadora de crianças e idosos.

A possibilidade de ocupar novos espaços passa pelo rompimento com as estruturas de poder. No caso de Teresa, por exemplo, a ocupação de novos espaços se tornou possível após a separação conjugal.

ele não queria que eu trabalhasse de jeito nenhum, só ficasse dentro de casa. Quando eu me separei dele que eu falei: quer saber de uma coisa? Vou trabalhar, vou estudar, vou voltar a estudar, vou terminar meu primeiro grau, quem sabe até o segundo (...), sempre tive vontade de aprender a falar espanhol, aí vou começar a fazer e tem outras coisas aí que eu também tô querendo fazer né, porque nunca é tarde (TERESA, 41 anos, parda).

Enquanto para Aqualtune, o desejo de adquirir bens materiais que simbolizam status social e melhoria de vida implica em ultrapassar as barreiras da discriminação e da baixa autoestima através da realização profissional que reverbera para o bem pessoal e coletivo.

[...] olha o que eu pretendo? Ter um carro. Pra ter um carro eu preciso ter dinheiro, lutar com alguma coisa, pra juntar o dinheiro pra poder comprar, não é não? Então eu tenho o maior sonho de ter um carro, tenho vontade de aprender a dirigir. E o meu sonho era, realmente se eu conseguisse terminar os estudos, era ser uma assistente social, não sei por que eu coloquei isso. É de ajudar outras mulheres, de ouvir essas mulheres aqui, aqui tem muito. Quando eu cheguei aqui de chinelo de dedo, cheguei igual um farrapo. Na mesma hora ela (refere-se a assistente social do CEAM) pediu pra eu sentar, fiz a inscrição no Minha Casa, Minha Vida. Ela me perguntou se eu tinha bolsa família, aí me deram uma cesta básica, que eu tava sem nada. Correram lá na dispensa dela. Eu agradeço, foi com o que eu pude me alimentar (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

O elenco de interdições enunciado expressa violências institucionais e de gênero, que cooperam para a produção da baixa autoestima nas mulheres pesquisadas e dificultam a manutenção, o acesso e a ascensão delas nos espaços sociais. No entanto, o processo de (re)descoberta nesses espaços é instituído no momento em que passam a se perceber enquanto sujeitos autônomos capazes de romper com esses interditos.

4.2 Explorando outros espaços: os domínios da sexualidade e do corpo

O processo de (re)descoberta abrange também a relação das mulheres com seu corpo e o exercício da sua sexualidade. Considero como outros espaços os domínios do próprio corpo e da própria sexualidade supostamente desconhecidos ou reprimidos pela violência de gênero.

Verificou-se que os fatores impeditivos ao pleno exercício da sexualidade para as informantes foram a censura dos parceiros aos seus desejos sexuais e a falta de carinho e afeto. Em contrapartida, a percepção de afeto e desejo sexual dos parceiros por elas, potencializavam experiências sexuais satisfatórias e livres de rótulos e tabus. No tocante a relação com o corpo, mais precisamente as questões de autoestima, as interlocutoras em geral apontaram sentirem-se melhor com seu corpo agora do que nos períodos de adolescência e juventude.

Na observação participante foi possível constatar que o tema da sexualidade não foi explorado nos grupos de reflexão, pareceu-me ainda uma questão tabu. Todavia, termos relacionados à valorização da autoestima estavam constantemente presentes nas discussões.

Mobilizar questões de cunho sexual por vezes provocou certo desconforto nas informantes. Entretanto, à medida que ganhavam confiança, percebiam que falar sobre sexo tornava-se algo libertador. Das queixas às experiências prazerosas, todas demonstraram que a expressão de uma sexualidade saudável correspondia a trocas afetuosas com seus parceiros.

No âmbito das queixas apresentadas, a investida de “burlar” a ritualidade do ato sexual era vista como algo impraticável pelos parceiros. Vejamos o exemplo de Teresa:

eu tinha vontade de algumas coisas e ele já achava estranho, isso o pai do meu filho, já achava estranho né. Por exemplo, eu falava pra ele assim, eu queria fazer um jantar né, ai eu falava: vamos fazer um jantar, vamos tomar um vinho, eu vou botar uma roupa pra você né, ai ele olhava pra mim assim, o que é isso! Ai eu: ué, eu quero fazer um agrado, ai ele: mas isso não é coisa que uma mulher de casa faz! Ele falava pra mim, ai se eu falasse assim pra ele: quero que você faça isso comigo, se

eu falasse: eu quero que você me dê uma mordida, ai ele: não vou fazer isso não, você tá maluca?! Você tá doida, que tá passando pela sua cabeça, que ideia é essa, aonde você arrumou isso?! Mas até eu via nos filmes, eu via alguma coisa que tava mostrando aquilo ali, então aquilo me chamava atenção né, ai eu falava pra ele: ah vou fazer um jantarzinho pra gente, até ai o jantar pra ele tava bom, mas ai depois...eu quero comprar uma roupa pra mim assim, eu quero comprar uma roupa que tenha aquele espartilho, eu quero botar pra você, ai ele: eu não vou fazer nada disso não! Ai eu: ué, mas porquê? Porque isso não é coisa que mulher de casa faça, mulher de casa não faz isso! Ai eu ficava assim pensando: tá, então tá bom, ai era assim o pai do meu filho (TERESA, 41 anos, parda).

A narrativa descrita acima remete à noção de Gagnon (2006) acerca dos roteiros sexuais. Segundo este autor, o roteiro constitui a organização de convenções compartilhadas mutuamente, permitindo que dois ou mais autores participem de um ato complexo que envolva a dependência mútua, mas também a assunção de um status distinto. Esses roteiros são balizados por condutas sexuais determinada histórica e culturalmente que, por vezes, acabam por prescrever experiências específicas ligadas à conduta sexual conforme o gênero. Quando Teresa sugere criar o seu “roteiro sexual”: “vou fazer um jantarzinho pra gente”, “quero comprar uma roupa que tenha aquele espartilho”, procura com isso estabelecer novas alternativas para os cenários culturais dados e os padrões de interação. Em nome de uma representação de mulher “casada”, o parceiro impõe sua visão acerca dos comportamentos esperados no encontro sexual “conjugal”, fato que esbarra e inibe o processo inovador de roteirização sexual de Teresa.

Ainda nesse contexto, Maria Filomena Gregori, em seu livro *Cenas e Queixas Um estudo sobre mulheres e relações violentas e a prática feminista*, se aprofunda no universo das cenas e das queixas presentes nas relações conjugais violentas e ao analisar os discursos das entrevistadas destaca que algumas delas procuravam preservar suas virtudes e moralidades no campo da sexualidade mantendo padrões de comportamento tradicionais que enquadram as mulheres como objeto de desejo masculino. A autora então elabora a percepção de suas informantes: “A ‘mulher de família’, mulher de um homem só, deve controlar o desejo masculino e saciá-lo dentro dos limites para que sua imagem não se difunda no universo das outras mulheres: as ‘mulheres de rua’” (1993, p. 163). No caso de Teresa, há uma inversão dentro da lógica apontada por Gregori, ou seja, o desejo é feminino e precisa ser “controlado” pelo sujeito que é masculino. Logo, o comportamento de Teresa é visto como fora dos padrões para uma “mulher de família”.

Machado (2001) também traz a reflexão de que no imaginário da sexualidade ocidental cabe ao homem a iniciativa e o apoderar-se do jogo sexual, enquanto à mulher cabe a performance de se esquivar para seduzir e seduzir para se esquivar. Portanto, o erotismo

ocidental constrói a passividade feminina e a agressividade masculina. Sendo assim, Teresa suprime seus desejos sexuais para estar de acordo com os padrões tradicionais estabelecidos na esfera da sexualidade.

Em outros casos, o exercício da sexualidade pode ser destituído de tabus e regras desde que haja interações positivas com os parceiros sexuais. A sensação de ser desejada afetiva e sexualmente pelos parceiros cria uma atmosfera de poder e autoconfiança que as desobrigam de manterem-se dentro de normas preconcebidas.

Neste quesito, Dandara refaz sua história com parceiros afetivo-sexuais que marcaram sua trajetória e expressa a vivência de uma sexualidade satisfatória. Em um dos relatos fica evidente as comparações que faz entre as atitudes do ex-marido e de outro parceiro afetivo-sexual.

Eu me lembro que nós estávamos na Dinamarca e o N. vinha não sei da onde do mundo. Ele reservou tudo, eu cheguei, sabe aquela suíte? Aquela suíte, aquelas camas, aquela coisa imensa, aqueles lençóis que eu nunca sabia se era verdade, lençol egípcio existe, sabe, tudo lindo, tanto amor, tanto respeito, tanto respeito, não pediu nada de sexo anal, me chupa aqui, chupa ali, morde aqui, bate na bunda, grita, não...que coisa linda (DANDARA, 59 anos, preta).

Em outro momento, descreve uma experiência sexual para além da penetração vaginal ou anal, realçando sua autoconfiança e as manifestações de afeto presentes na relação.

eu não tive vergonha de tirar a roupa pra ele, tirei minha roupa na cama, não tem calcinha de piranha, de transar, nem de pornô, nem de nada, minhas calcinhas são tudo de igreja, de irmã, aqui em cima. E fui com a calcinha que eu tinha, com o sutiã que eu tinha, se gostou ou não gostou uma banana, eu sou mais eu e jacaré é o bicho, foi você que viajou esse monte de horas pra vim aqui do jeito que eu sou e foi assim engraçado, nós não fizemos sexo de penetração, ele ficou tão emocionado que o pinto, o piru dele não subiu, ficou mole, se masturbava, ele tentava e não conseguia, ele tava muito emocionado, parece que deu uma coisa na cabeça dele e ficou ali, ele se masturbando e eu beijando, tentando também beijar, tentando sentir e eu não sentia nada (...), no outro dia eu fui e ai foi o nosso último dia e ai nós transamos de novo na base da punheta, ele na punheta, eu na siririca. Sabe, fazia anos, ele chupou meu peito, não sabia mais como que era, nem sabia que sensação dá e ele falou: você tá linda, você é maravilhosa, tua bunda é linda, uma profissional por excelência e agora você tá cada vez melhor, minha Madre Teresa de Calcutá (...). É muito forte a minha história ... é muito linda, eu tô muito feliz. E ai ele disse: você tá linda com essa bunda gostosa, que peito, você tá linda, você é maravilhosa, então isso é amar, eu não tenho que botar bunda postiça, porque eu não tenho, velha, eu me acho, eu me amo, eu me adoro e acabou (DANDARA, 59 anos, preta).

Interessante observar na trajetória de vida de Dandara que sua retomada ao Brasil em decorrência da iminente morte do pai simbolizava uma ruptura com os padrões e costumes

européus e a perda do *status quo* adquirido. Tal fato teve implicações diretas em seu processo de (re)descoberta nas esferas da sexualidade e autoestima.

Eu tive uma época horrorosa né, um ano triste que eu não gostava do meu corpo. Quando eu voltei pro Brasil, eu fiquei muito deprimida porque papai tava morrendo, eu fiquei muito gorda, fui inchando, gorda, comia 500 coisas, tudo, beber guaraná, Coca-Cola, nunca bebi nada de álcool, mas eu fiquei gorda, meu cabelo horrível, meu mundo caiu, depressão, tomando Haldol, Depakene, Mederil. (...) porque pra vim pra cá foi uma luta. Como é que eu vou deixar crème de la crème e vim pra cá comer sardinha?(...), então pra mim sair de lá e vim pra cá não foi fácil, foi difícil. Mamãe falava, minha irmã: não usa bolsa tal, não usa sapato...dei tudo, sabe o que é tudo, tudo? Bolsa, tudo. Eu falei: toma pra você, toma isso, as minhas joias deixei tudo com a filha, tudo pra abortar, igual a música da Fafá: “tirei do meu corpo, limpei da minha vida, fiz um tipo de aborto, por fim, nosso caso acabou, está morto (DANDARA, 59 anos, preta).

Dandara passa então a regular seus prazeres e desejos a partir do momento em que elabora uma nova imagem de si que fosse capaz de diluir suas perdas e seu desarranjo social. Soma-se a isto, a produção de relações afetivo-sexuais que supostamente não resultaram em práticas de violência e símbolos hipersexualizados da sua figura de mulher negra, já que a fusão de termos como “bunda gostosa”, “bunda linda” e “que peito” com termos como “não tem calcinha de piranha, de transar, nem de pornô” (esforçados por ela) e “linda”, “maravilhosa”, “Madre Teresa de Calcutá” (ditos pelo parceiro) parece amenizar qualquer indício de estereotipação.

Semelhantemente, Aqualtune experimenta um prazer sexual mais pleno e satisfatório em um relacionamento afetivo-sexual permeado por manifestações de cuidado e carinho. Contudo, deixa nítido que este relacionamento se estabelece a partir de trocas não só sexuais e afetivas como também materiais. Aqualtune narra seu envolvimento com um homem branco e mais velho que lhe ajudava financeira e materialmente.

Quando eu me separava eu corria pra procurar ele. Mas eu corria pra procurar ele porque Carolina? Vou te explicar. Uma, eu não tinha estudo, era isso que eu tinha que ter feito, estudado né. E não tinha renda, era sempre ele que segurava tudo. Às vezes eu tava na rua, na casa de uma colega, passando uma fome, uma fome. Eu ia correndo lá onde ele trabalhava, no serviço dele, tocava a campainha, ele vinha. Até agora não almocei, você tem dinheiro aí? Tem 50 reais? Eu posso ir lá mais tarde? Fazia como se fosse uma puta, você tá entendendo? Ai lógico, ele dava, eu era novinha, também adorava, gostava muito de mim (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

Quando perguntei como era a relação sexual com aquele parceiro, Aqualtune narra seu primeiro encontro da seguinte forma:

fui deitar com uma vergonha de dele, não queria que ele visse meu corpo. Pode apagar a luz, ai ele apagou e veio. Começou me acariciando e eu com aquele medo dele. Ele foi indo, foi indo e tá, consegui, mas não consegui chegar ao orgasmo não, só os carinhos que ele fez e eu servi ele como mulher (...). o sexo era bem mais aberto e eu me realiza mais. Os outros homens eu me excitava mais, mas não chegava ao orgasmo igual como chegava com ele (...), quando eu conheci realmente o verdadeiro prazer do sexo foi com ele (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

A relação de Aqualtune com um homem branco e mais velho, chamado por ela de “coroa”, é marcado por paradoxos e desconstruções. Ela engendra um sistema de alianças caracterizado pelo apelo sexual e a estabilidade financeira e emocional. Em frases como “quando eu me separava, corria pra ele”, percebe-se que esse parceiro era uma espécie de “porto seguro”, uma referência masculina positiva até então desconhecida. Essa lógica se reforça quando Aqualtune narra carinhosamente a receptividade do parceiro no cuidado com seus filhos de outros relacionamentos.

fui criando o A. assim, com a ajuda do coroa, até que eu decidi morar de vez com o coroa. [...] Quando nasceu ele pegava ela no colo, tinha que ver. Ele dizia que não levava jeito pra pegar criança, mas pegava. Ele me pediu pra eu mostrar foto dele pra ela conhecer e não deixar de comentar dele pra ela e usar a bermudinha que ele deixou com lacinho (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

O paradoxo é observado mediante o conflito de sentimentos que Aqualtune deixa transparecer agregando sexo, amor, respeito e gratidão.

Ele sempre fazia essa pergunta: “o sexo vem do amor ou o amor vem do sexo”? Acho que as duas coisas. Só não tinha muito amor, você está entendendo? Eu tinha um respeito, uma consideração. Eu procurava respeitar ele o tempo que eu ficava com ele. Eu não ficava olhando pros outros homens na frente dele. Se eu “ia” no médico com ele, eu pegava, ajudava ele a se locomover. Então foi mais sexo. O sexo foi com ele. Eu estava com 19 anos e ele estava com 60 anos (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

A instigante pesquisa de Laura Moutinho intitulada *Razão, cor e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul* propôs desnudar o universo dessas relações a partir de diferentes perspectivas. Um dos pontos sublinhados por Moutinho envia para a discussão na historiografia, na literatura e na sociologia clássica sobre as representações do processo de miscigenação e das relações inter-raciais no Brasil. A autora analisou que a representação das relações afetivo-sexuais inter-raciais está circunscrita na possibilidade de branqueamento e mobilidade/ ascensão social

quando o casal em questão é o homem negro e a mulher branca. Quando se trata do casal homem branco e mulher negra, a relação é centrada no desejo e erotismo. No entanto, Moutinho sugere ampliar este discurso evocando outros aspectos envolvidos na questão. Para tanto, cita que:

O utilitarismo da ideia de mobilidade social, construído a partir de uma peculiar hierarquia de “raça”, gênero e erotismo – especialmente enfatizado na relação homem “mais escuro” que mulher, no qual aquele compensaria a “cor” com títulos, possui como contrapartida uma forma igualmente utilitária que marca a relação entre o homem branco e a mulher “mais escura” através de selo sexual e erótico – talvez seja somente a lógica manifesta de uma outra razão, frequentemente, não percebida ou não considerada por ser de um outro tipo, ou mesmo, envolver mecanismos mais complexos (2004, p. 321).

O recorte etnográfico de Moutinho com pessoas que já tiveram algum tipo de relacionamento inter-racial permitiu a autora inferir que para além do recurso das compensações, o atributo “cor negra” funciona em si como um forte elemento de atração/desejo. Para Moutinho: “Todo relacionamento afetivo-sexual envolve algum tipo de cálculo, o que não significa dizer que esteja marcado pelo utilitarismo” (2004, p. 323). Com isso, amplia e debate os preceitos enunciados pelos autores estudados. Sendo assim, é possível extrair de suas conclusões que: as relações inter-raciais podem envolver a expectativa de quebrar tabus sexuais e sociais, através das diferenças de classes existentes entre casais inter-raciais, a “cor negra” nem sempre aparece como elemento de prestígio (sensualidade) no mercado afetivo-sexual, principalmente quando associada ao gênero feminino, sendo relacionada ao estigma da prostituição, o homem negro, embora racialmente inferior ao homem branco na vida social e normativa, aparece como superior na esfera erótica por meio de adjetivações relativas à proporção, virilidade e desempenho sexual, presume-se que as pessoas desejam o socialmente “indesejável”.

Dito isto, o trabalho de Moutinho permite uma correlação com os relatos de Dandara e Aqualtune, considerando principalmente seu esforço em se deslocar da visão simplista empreendida pelos autores nele mencionados sobre as relações afetivo-sexuais entre casais heterocrômicos. A ampliação da visão utilitarista entra em consonância com as observações extraídas dos relatos, sobretudo, no aspecto que envolve a relação inter-racial entre o homem branco e a mulher negra, indo para além do mérito do desejo e do erotismo. Considero, porém, que o diálogo com a autora em questão trouxe à tona dimensões que ultrapassam as perspectivas levantadas pela mesma, muito embora esteja ciente de que os meus achados concentram-se apenas no relato de duas informantes.

Os relatos de Dandara e Aqualtune estabelecem uma quebra de paradigma na experiência de relacionarem-se com homens brancos pelos seguintes fatos: a realização sexual não é medida propriamente pela qualidade do sexo, mas pela oportunidade de vivenciarem manifestações de afeto nessas relações. Conquanto, não é posto em xeque o “questionável” desempenho sexual do homem branco, ao contrário disso, este fato é relativizado pelas informantes. Por exemplo, a disfunção erétil do parceiro é avaliada por Dandara como consequência da forte emoção ao vê-la: “ele ficou tão emocionado que o pinto, o piru dele não subiu, ficou mole”. Já Aqualtune afirma que embora se excitasse mais com os outros homens, experimentou o orgasmo com o parceiro branco e mais velho “Os outros homens eu me excitava mais, mas não chegava ao orgasmo igual como chegava com ele”. Outro ponto que merece atenção é a percepção inicial de Aqualtune acerca dessa relação como instrumento de mercantilização do seu corpo: “Fazia como se fosse uma puta”. Não obstante, deixa em suspenso este caráter da relação, focalizando em outros aspectos referentes à satisfação sexual, ao respeito e ao afeto.

A relação amor e dinheiro, presente no caso de Aqualtune, é analisada por Silva e Blanchette (2017), no contexto de gênero, particularmente no “trabalho de mulher”. Em um análise etnográfica com mulheres de determinada região interiorana do Estado do Rio de Janeiro, os autores observaram que os discursos das mulheres acerca das ocupações femininas eram fortemente marcados por expressões culturais dos gêneros. O “trabalho de mulher” estava circunscrito ao “trabalho por amor”, o trabalho não remunerado, em contrapartida, o trabalho por dinheiro era classificado por elas como “trabalho de homem”, um trabalho braçal. Em uma das narrativas produzidas, quando esse “trabalho de homem”, fora executado por uma mulher, negra e mãe solteira, sua conduta moral havia sido posto em xeque. Suponha-se que a mulher inserida nesse contexto desempenhava um papel de prostituta. A noção de “trabalho por dinheiro” em oposição ao “trabalho por amor” no universo do “trabalho de mulher” no contexto descrito constitui um modo degradante e moralmente indesejável, nisto inclui-se o trabalho das prostitutas. Sendo assim, a comparação que Aqualtune faz de si a uma “puta” configura para ela um comportamento constrangedor e vergonhoso na relação com o “coroa”, no qual o usufruto do “trabalho por dinheiro”, moralmente questionável, suprime o “trabalho por amor”, doméstico, higiênico e familiar, moralmente aceito, sendo ela também uma mulher negra, mãe solteira com filhos de pais diferentes. Além disso, permeia a noção da mulher “puta” que vende seu corpo e submete-se as mais variadas situações deploráveis em prol de dinheiro, noção esta questionada por Silva e Branchette, a partir da análise das experiências de mulheres prostitutas que veem a

prostituição como um trabalho desagradável, porém, vantajoso frente a outras ocupações disponíveis.

Dito isso, essas informantes estruturaram essas relações sob a tríade prazer-desejo-afeto enquanto modo de alcançarem a satisfação sexual, conferindo assim, a possibilidade de protagonizarem relações afetivo-sexuais anunciadas por meio dos seus desejos e sentidos: “eu me acho”, “eu me amo”, “eu me realizava mais”.

Como dito inicialmente, questões envolvendo a valorização da autoestima foram frequentemente exploradas nos grupos de reflexão, porém, considero que os temas foram abordados de modo quase “terapêutico”. Temas como o Autocuidado, pertinente ao mês do Outubro Rosa, a Superação e a Autoimagem exprimiam uma linguagem semelhante aos modelos de autoajuda no estilo *Melhore sua imagem e sua vida mudará, Você vencerá seus preconceitos, Sairá da depressão, Sua paz interior deve ser sua meta*. Embora as reações das mulheres – choro, sorrisos, excitação – fossem perceptíveis perante os temas relacionados à autoestima, notadamente a capacidade de instrumentalizar as participantes para o exercício do empoderamento ficava à margem enquanto recurso proposto, visto que a própria questão da sexualidade ficou latente.

A ideia de valorização da autoestima empreendida nos grupos de reflexão aludia a um projeto pessoal e fragmentado que não levava em conta, por exemplo, as relações interpessoais e o mundo do trabalho das participantes²⁸. Porém, mesmo diante das lacunas observadas, alguns fatos merecem destaque pela produção de sentidos elaborada nas mulheres.

Por exemplo, em comemoração ao dia das mães a equipe do CEAM realizou um evento com o apoio de consultoras de uma marca de beleza, proporcionando sessões de maquiagem para as participantes. Foi interessante observar que o reflexo no espelho de uma imagem renovada produzida pelo uso do batom, do rímel, do *brush* etc. provocou surpresa e excitação nas mulheres, era comum ouvir frases como “*não queria nunca mais lavar o rosto*”.

Uma das participantes, branca, com idade aproximada de 35 anos, evangélica e casada há 17 anos aproveitou a oportunidade para contar seu relato, segundo ela “dar seu

²⁸ A menção ao termo autoestima surge a partir da fala das profissionais do CEAM, especificamente das psicólogas, focando em um discurso mais emocional de autovalorização, amor próprio e de conteúdo estético restrito ao aspecto físico, mas distanciado de interações sociais, envolvendo sexualidade, erotismo, trabalho, educação e saúde.

testemunho”²⁹, sobre os intensos conflitos com o companheiro e o posterior restabelecimento da relação, conquistado com o auxílio da religião e do apoio psicológico originalmente adquirido na instituição religiosa. Sua fala norteava-se entre as frequentes humilhações do parceiro e o sentimento de inferioridade às mudanças provocadas no relacionamento a partir da valorização de sua autoestima. Em um dos episódios relatados referentes às modificações no comportamento do marido, mencionou que ele passou a fazer as refeições e servi-la, atitude que inicialmente lhe causava estranhamento tendo em vista seu medo de ser envenenada por ele. Tal fato fica explícito na descrição seguinte: “Veio a primeira refeição, peguei uma porção pequena e coloquei na boca para ver no que ia dar... bem essa não estava envenenada, mas depois veio o café, aí pensei, pode estar aqui, bebi, não aconteceu nada e tô aqui”.

A restauração do relacionamento da participante com o companheiro possibilitou averiguar o *locus* privilegiado que os fatores estéticos e conseqüentemente emocionais exercem sobre a dinâmica das relações violentas. Não se propõe uma visão reducionista dessas relações e muito menos uma causalidade unívoca que lhe explique, porém, há que se considerar o ônus de tais fatores em contextos violentos, dada sua capacidade de regular os comportamentos e a tomada de decisão dos atores envolvidos.

O desenvolvimento de uma autonomia erótica precisa incluir o poderoso impacto da aparência física e uma redefinição de beleza que inclua as mulheres negras (Collins, 2000). Portanto, explorar os espaços do corpo e da sexualidade para as mulheres assistidas pelo CEAM atrela-se a oportunidade de resgatar a autoestima, fomentada por experiências afetivo-sexuais satisfatórias que se constroem pela percepção de sentirem-se desejadas sexual e afetivamente. Contudo, esta percepção só é possível por conta da capacidade de aceitação física e da busca de um equilíbrio emocional.

quando eu era nova sempre gostei das minhas pernas, mas antes eu só reparava as minhas pernas, só gostava das minhas pernas, mas hoje não, às vezes quando chego assim no espelho, às vezes pelada mesmo eu tô me olhando no espelho, aí eu faço assim, faço assim ... é eu acho que não tô tão barriguda assim, não tô tão gorda assim, entendeu, aí vejo que hoje pessoas também me elogiam mais, aí eu acho que não sei se é isso que me deixa mais..., mas eu acho que eu gosto mais de mim hoje (TERESA, 41 anos, parda).

eu desenvolvi com Deus toda essa minha linha...e aí é o que me mantém...senão eu já tinha desplumado e aí vem, tô nessa linha e tô bem, tô segura, me amo, me cuido, tô feliz, estou bem, minha filha tá lá, tá tudo bem, minha filha, mas não fico na dependência emocional de filha, de ninguém, é a minha coisa que eu faço,

²⁹ O termo *dar testemunho* é uma expressão comumente utilizada no meio evangélico com o intuito de relatar acontecimentos da vida do cristão que resultem em bênçãos recebidas da parte de Deus.

corro...Deus me ajudando muito, sabe, essa descoberta, sabe (DANDARA, 59 anos, preta).

5. (RE)CONSTRUINDO LAÇOS AFETIVOS

*Quando surgem as rajadas
Sou desfolhada
Espalhada
Minha vida é um segundo.
Transitivo é meu viver
De ser...
A flor rainha do mundo.*

Carolina Maria de Jesus

O processo de (re)construção centraliza-se na esfera familiar, no qual se considera a interação das mulheres assistidas pelo CEAM com pessoas do seu convívio íntimo, com laços consanguíneos ou não, como filhos, pais, avôs, tios e amigos. Parte-se do princípio de que nossa identidade social muitas vezes perpassa por crenças, culturas, conceitos e práticas apreendidos dentro de uma estrutura familiar, constituída pela família de origem ou não, que influencia no modo de ver e viver a vida.

5.1 Os modelos familiares: aspectos geracionais e conflitos

A trajetória familiar das informantes em geral moldava-se por padrões familiares patriarcais ou mesmo matriarcais que refletiram na criação e no convívio com os filhos. Estes modelos familiares de algum modo influenciaram a dinâmica da violência de gênero na trajetória de vida dessas mulheres através de experiências de abusos, abandono e relações intrafamiliares frágeis, especialmente entre mães e filhos. Contudo, a expectativa de reconstruir laços de afeto no seio familiar constituiu-se como fator chave em suas trajetórias de vida.

Ao rememorarem suas trajetórias familiares no que tange criação, relação com pais, irmãos e filhos, Dandara e Luisa sublinharam a rigidez da figura paterna na criação dos filhos

e a disciplina na execução das tarefas domésticas, porém, ainda que tenham retratado tal rigidez, descreveram uma relação pai-filha afetuosa.

Ele (refere-se ao pai) já era muito meu chamego né porque minha mãe casou com 15 anos, ela passou 12 anos sem ter filho, depois de 12 anos eu nasci, então eu era o xodó. Sou a primeira, eu era o xodó, depois veio 7, então eu era muito chamego com meu pai, minha mãe também sabe, assim, eu fazia tudo ... trabalhava pra comprar as coisas pra eles (LUISA, 56 anos, parda).

A responsabilidade designada à Luisa pelo fato de ser a mais velha dentre os irmãos pode ser interpretada como uma missão dada por seus pais, principalmente seu pai.

eu comecei a fazer salgado pra ajudar meu pai, que eu tinha uma irmã que era excepcional, dava crise epilética, depois que minha mãe morreu, ficou só minha irmã e meu pai, ai meu pai quebrou a perna e não podia trabalhar, então trabalhava, fazia salgado né pra ajudar eles, pra ajudar ele que eu tinha que manter tudo, ou mantinha eles pessoalmente ou financeiramente (LUISA, 60 anos, parda).

Com isso, Luisa adquire um perfil maternal, de cuidadora e de submissão que se reflete em suas relações afetivo-sexuais. Nestas relações, ela desempenhava em maior grau atividades de cunho assistencial e, em contrapartida, seus parceiros exerciam papéis de tutores.

No tocante à relação com o filho, Luisa demonstrou certo desconforto por não conseguir exibir a mesma “devoção maternal” expressa na relação com os pais e os irmãos. Na narrativa seguinte, ela revela a difícil relação com o filho e certa frustração com seu desempenho materno.

94 que eu me separei, ai eu deixei ele morar com o pai porque ele tinha a presença do pai e tinha a vó, a vó direto, e ele respeitava mais o pai, ai deixei, mas sempre tava junto, ele ficava comigo (...), sofri muito e com a depressão fiquei muito mal, mesmo porque eu tinha deixado meu filho com ele (LUISA, 60 anos, parda).

Já Dandara, por sua vez, apesar de declarar o rigor disciplinar do pai, coloca-se como uma subversiva. No entanto, transita entre a manutenção dos valores familiares, “meus pais sempre foram importantes, muito importantes pra mim na questão da educação, dos princípios e dos valores”, e a ruptura com o tradicionalismo: “Ele era um ditador tá, ditador, queria tudo certo, tudo correto, e papai batia em mim, papai batia em mim, quando acabava de bater ele chorava: “eu não queria te bater, mas você me desobedece, você é terrível”... sou mesmo, pode bater mais” (DANDARA, 59 anos, preta).

Na narrativa seguinte, Dandara descreve com entusiasmo o embate travado com seu pai:

Tipo assim, você hoje vai lavar a louça, que eu não gosto até hoje, mamãe ia trabalhar, papai quando voltava já sabia que a minha missão era lavar louça, minha missão era isso, quando chegava eu não tinha feito nada: “Por que você não fez”?! Eu ao invés de ficar calada e dizer desculpa eu não fiz, eu respondia também. Ele: “você é muito malcriada”, eu falava: sou mesmo. Naquela época isso era já tipo ... e ai ele falava: “você para que eu vou te bater”, eu falava: pode bater, não dói. Eu provocava papai e papai não tinha esse fair play, nem cultura, papai só fez até a quarta série (DANDARA, 59 anos, preta).

A subversão expressa no trecho destacado não se encerra no descumprimento das tarefas ordenadas, mas está acima de tudo no fato de Dandara enfrentar o pai, a representação do poder, isso faz com que ela ganhe lugar de destaque entre os irmãos³⁰. É justamente na relação com seus irmãos que os conflitos são fortemente sublinhados. Seu relato ressentido explicita essa realidade.

Fiquei aqui com a minha família, minha filha já tinha casado, tava lá, fiquei com a minha família, papai e mamãe e ele lá (seu ex-marido) e minha filha, todos longe e pra mim foi muito difícil eu me recompor, você pode imaginar, sozinha (...), eu tenho um monte de irmãos, tenho aqui no Brasil uma irmã e essa irmã sempre, de uma certa forma me apoiou, assim... o resto dos meus irmãos, nenhum deles me apoia, não me liga, não manda um zap...como está você? (DANDARA, 59 anos, preta)

A trajetória familiar de Teresa centraliza-se nas figuras femininas da família, uma espécie de estrutura matriarcal, cuja voz de comando vinha da avó, das tias, da mãe e conseqüentemente dela.

meu pai não foi muito de pulso com a gente, assim de falar as coisas não, ele só ficava assim: ah pede a sua mãe, se sua mãe deixar você vai, ou então, por exemplo, eu me lembro que quando eu era mais nova as vezes eu falava assim com a minha mãe: eu quero ir na praça, posso ir na praça? Minha mãe: não! Porque pela minha mãe, ela juntava todos os filhos, os netos também hoje e botava tudo numa redoma de vidro e ninguém sai na rua (TERESA, 41 anos, parda).

O contexto familiar de Teresa, nos moldes matriarcais, exemplifica bem a influencia do marcador geracional no seu delineamento. A regulação de toda dinâmica familiar estrutura-se inicialmente na figura da avó materna e em seguida na figura da mãe e institui em Teresa uma reconhecida dependência emocional nessas duas figuras centrais.

³⁰ Dandara é a irmã mais velha de sete irmãos (4 homens e 3 mulheres).

o que minha vó falasse ou as minhas tias falassem: não, não vai (não ia), não faz isso (não fazia), ai depois quando eu fiz 9 anos, já prestes a fazer 10 anos, é que eu comecei a ter também assim contato com amigos né, ai que eu cismeiei, eu falei, vou voltar pra casa da minha mãe, que ai eu vi que lá também na casa da minha avó eu queria ir às vezes pra um lugar e não podia, ai eu fui pedi pra voltar pra casa da minha mãe, até os 17 anos quando eu arrumei o pai do meu filho. Ai depois que a gente se separou, eu voltei pra casa da minha mãe. Eu morei até um tempo sozinha, que eu me separei, comecei a trabalhar, eu falei: oh, vou ver se eu consigo viver um pouco sozinha, mas a gente foi muito assim dependente, eu e os meus irmãos era muito dependente da minha mãe, tanto que eu tenho dois irmãos ainda que moram... (TERESA, 41 anos, parda).

No caso de Teresa, o conflito familiar focaliza-se na relação com a filha. A partir da análise do seu contexto familiar foi possível perscrutar que este conflito em muito se estabelece pelo fato de Teresa não empreender de forma exitosa o mesmo domínio matriarcal executado pela avó e pela mãe com a filha. A “rebeldia” da filha parece expor sua duvidosa capacidade de mando. Portanto, a forma encontrada por Teresa para exercer rigorosamente sua autoridade foi infringindo violência física: “ela (a filha) já não falava mais nada comigo, não me dizia pra onde que ela ia, com quem que ela estava e chegou até o ponto de eu agredir ela também, bater né por causa das coisas que ela tava fazendo” (TERESA, 41 anos, parda).

Quanto à Aqualtune, duas situações marcam fortemente sua trajetória familiar: o abandono da mãe e o abuso sexual do pai, revelando ainda o padrão de repetição de ambos os fatos no seio familiar.

A queixa de abandono/preterição frequentemente presente nos relatos anteriores de Aqualtune constrói-se originalmente no abandono da mãe quando ainda criança.

Ela (a mãe biológica) disse, que eu fiquei sabendo Carolina, que ela me abandonou quando eu tinha 2 anos, porque eu chorava muito né, que eu só queria meu pai, então por não ter paciência né, como muitas mães, era nova na época, me pegou e me deu, me entregou pro meu pai: oh cria sua filha já que você casou com outra, não casou comigo né, queria ela e assim ela fez e disse que eu chorava muito, eu chorava muito (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

Aqualtune pontua algumas circunstâncias para justificar esse abandono e reproduz atitude semelhante ao narrar o abuso sexual do seu progenitor.

Os sete, oito, nove anos, quando eu já “me fui” me formando mocinha, eu já começava a ver meu pai olhando de maneira diferente, mas aí criança naquela época não tinha ... mas, aí até eu não ligava não. Daí começo sabia, não sei o que era. Eu hoje em dia, na época em que vivo agora, eu acredito que foi quando ele começou a trabalhar na feira, que ele começou a usar droga. A primeira que eu acho que ele começou a usar foi o cigarro de maconha. Então por ter vivido isso, no meio disso, eu sei que é uma porcaria que faz você e faz a mente..., as vezes, ele nem queria estar com aqueles...conviver na feira e quando chegava em casa...aí tudo começou, os abusos. Minha avó e minha mãe (a madrastra) saíam e eu e ele ficava: “Você não

via contar nada”, mas não teve nada de estupro entende Carolina? Se eu falar é mentira (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

Sendo assim, Aqualtune criou subterfúgios para amenizar traumas e frustrações familiares. O abandono é justificado pela imaturidade da mãe e o abuso sexual do pai justifica-se pelo uso de drogas e as más companhias. No entanto, no momento em que o foco do assunto era a relação com os filhos³¹, o abrandamento desses episódios desnuda-se em sentimentos de ódio, revolta e ressentimento.

isso que aconteceu na minha vida que às vezes passa na televisão, passa no celular, que você vem de geração pra geração entendeu, eu sempre falo pra ela (a filha), procurei largar um pouco a vida do mundo pra ver se a T. se mira um pouquinho no meu espírito (...) eu procuro botar ela naquele espelho, não mirar no espelho da minha mãe, tudo bem, tô no erro, tô no pecado, vou tentar consertar, já falei isso pra ela né (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

Observação presente também no trecho seguinte:

Que ódio que me dá quando eu me lembro disso (refere-se à obtenção da guarda da filha pelo pai). Eu não pude ver, não consegui ver minha filha se formar como mocinha. Não pude conversar com ela, não pude explicar as coisas certas. Tirou a puberdade que ela tinha como moça, porque eu, mesmo ele (o pai) tendo me tocado, eu fiquei com a minha. Eu pude sentir tesão com os namorados, eu era fogosa, engravidei, tive os filhos, entendeu? Já minha filha não, ele tirou. Já teve vezes da minha filha falar: “Mãe, eu não sei que fogo é esse que a senhora tem? Eu não sinto nada disso (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

Os sentimentos mobilizados por Aqualtune funcionam como uma espécie de confronto entre a realidade vivida e a realidade desejada. É como se o espelho, que ela mesma cita, refletisse nela as imagens da filha e da mãe. Como resultado disto, Aqualtune entra em um embate ao perceber que adota um comportamento parecido com o da mãe pelo fato de não ter criado os filhos, e, ao mesmo tempo, revive a história de abuso sexual cometido pelo pai, agora através da filha. O esforço em reverter a situação é expressa na negação de Aqualtune em se parecer com a mãe: “eu tô sempre tentando passar aquele carinho, aconteceu isso comigo e com a minha filha, mas eu fiz de tudo pra não abandonar ela” e na tentativa de resgatar a filha do abuso: “Desgraçado, não vai ficar com o minha filha como mulher!”.

³¹ Aqualtune tem três filhos (2 rapazes e 1 moça), sendo que nenhum deles foi criado por ela. Os rapazes foram criados pelos pais e madrastas e a moça foi criada inicialmente pelo avô materno e em seguida, após denúncias de abuso sexual, passa a ser criada por uma família acolhedora. Aqualtune referiu que não obteve a guarda da filha na época porque era usuária de drogas e não tinha condições financeiras para criá-la. A jovem vive até hoje com a família acolhedora, um dos rapazes permanece com o pai e o outro reside com ela.

A falta de convívio com os filhos resultou em conflitos silenciados pela distância e indiferença, principalmente da filha.

5.2 (Re)construindo laços

A presença de um (*Re*) enviesado e sem destaque no subtópico acima propõe deixar nas entrelinhas possíveis experiências não de reconstrução, mas de construção de laços familiares na trajetória de vida das mulheres pesquisadas. Nos relatos seguintes permearam a sensação do novo, do conhecer o desconhecido ou a constatação de que a (re)construção seria algo quase inexecutável.

Dito isto, sequencio o desenrolar dos conflitos familiares descritos no subtópico anterior para compreender em que medida a reconstrução dos laços afetivos foram ou não estabelecidos.

Com o intuito de perscrutar como era sua relação com o filho atualmente, Luisa foi reticente em afirmar que estabelece um contato mais harmonioso, porém, distante. A expectativa de (re)construir essa relação envolve sua proximidade com filho através da possibilidade de ir morar ao seu lado.

Bem, agora ele mora em São Paulo, mas ai eu sinto que ele é meio assim ... ele gosta de mim, mas eu não sinto assim muito ... não sei porque deixei ele, não sei, eu sinto assim meio ele um pouco afastado, eu sinto né, mas ele liga quase todo dia, mas sinto meio assim aquela distância assim, porque ele puxou o pai né, nariz em pezinho, um filho ótimo pra mim, não tenho o que falar fora isso. (...) ele quer que eu vá morar lá, mais para o ano eu vou morar lá, mas a vida é essa, eu sofri um bocado, mas passou (LUISA, 60 anos, parda).

Dandara por sua vez, demonstra certa desesperança em (re)construir os laços de afeto com os irmãos.

meu Deus, o que eu fiz meu Senhor! Se eu fiz alguma coisa ruim me mostra porque eu amo esses meus irmãos, eu fui embora pra ajudar essa família toda, pra dar dinheiro, pra estudar, fazer faculdade...Senhor me ajuda, me mostra, mas eu não via nada. Eu via no meu irmão, nos dois, praticamente ainda tipo: ela sobreviveu, enverga, mas não quebra, é uma coisa meia louca (DANDARA, 59 anos, preta).

Presume-se que ocupar esse lugar de irmã mais velha que se responsabiliza pelos demais irmãos funciona como um símbolo de poder para Dandara. A alegação quanto à falta

de reconhecimento dos seus irmãos a todo “esforço” realizado propõe obscurecer sua parcialidade nos conflitos familiares. Ao contrário disso, Dandara reforça sua posição de destaque no circuito familiar e o “recalque” dos seus irmãos por conta disso.

Quando questionei Teresa se havia percebido alguma melhora na relação com a filha no decorrer da sua participação no CEAM, ela fez a seguinte narrativa:

uma melhora grande né, mas assim, de vez enquanto a gente ainda se estranha porque às vezes eu vejo algumas coisas, eu não consigo, eu penso assim: não, eu não vou falar nada não, não vou fazer nada, aí eu tento ficar na minha, mas aí eu tenho que dá uma beliscadinha (...). A gente conversa pelo WhatsApp, aí eu falo: V., se você não der certo com ele (o namorado), você volta pra casa, não vai pra outro lugar entendeu? Volta pra casa, e ela: tá bom mãe, eu te amo tá, e fica mandando aquelas coisinhas de coração, aquela coisa toda. Ela é amorosa, ela é, às vezes me agarrava assim, me beijava, eu que era meio durona, mas principalmente se me fizer raiva, aí sou durona, mas porque também a gente não teve assim muito, muito... porque minha mãe queria os pintinhos ali perto dela, mas a minha mãe também nunca foi muito amorosa, minha mãe não conversava com a gente entendeu, eu conversava com ela, mas eu ainda tinha um pouco assim de receio, mas eu acho que também foi por causa da criação né (TERESA, 41 anos, parda).

A viabilidade de (re)construir a relação com a filha foi conquistada através do exercício de flexibilizar suas ações. O processo de (re)construção do laço afetivo passa a ser centralizado no diálogo, visto que este aparece como um recurso novo no contexto familiar de Teresa, a reflexão sobre a falta de diálogo em sua criação surge como um traço negativo.

A observação do processo de (re)construção dos laços afetivos de Aqualtune com os filhos permitiu intuir que ela vivia a expectativa perene de reconstrução. Pareceu-me que este esforço simbolizava uma “indulgência” capaz de mortificar seu “pecado”, sua “culpa” e seu “passado”.

O Alex (o filho) não fica em casa, às vezes ele sai, dorme fora de casa, volta só no outro dia, pede um dinheirinho e sai. É direto dele também, ele é novo, é rapaz, não cobro nada dele não. A menina também quando vem é aquele chamego de mãe, mas também quase não converso com ela, eu tinha que conversar mais com ela. Eu falo pra ela que no futuro ela vai herdar coisas minhas...você tá entendendo? Eu sinto isso, mas eu não queria que ela passasse por isso, passasse fome, se vendesse (...). Eu falei outro dia: natal e ano novo eu vou comemorar, meus filhos estarem numa minha casa³², agora posso dizer que sim (...) eu estou muito contente, muito contente mesmo (AQUALTUNE, 56 anos, preta).

³² Aqualtune adquiriu sua casa através do programa Minha Casa Minha Vida com o apoio do CEAM em articulação com núcleos da assistencial social do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o processo de elaboração da pesquisa havia a proposta de extinguir qualquer traço de vitimização às mulheres negras em situação de violência. Ao contrário disso, o que me instigava era justamente analisar como estas mulheres se instrumentalizavam para romper com os ciclos de violência.

O uso do *(Re)* indicando os (res)significados, as (re)descobertas e as (re)construções apontava para a hipótese de que estes elementos poderiam ou não ser constitutivos do contexto de violência das mulheres institucionalizadas, mas o primordial foi compreendê-los a partir de suas trajetórias de vida.

Percorrer a trajetória de vida de mulheres negras em situação de violência assistidas por um centro especializado de atendimento despertou em mim um olhar mais refinado para as questões de violência de gênero. É como se eu houvesse adquirido uma sensibilidade a mais para tais questões. Descobri que não há obviedades na violência de gênero, já que ela nem sempre deixará marcas visíveis e está entremeada de complexidades de vão além da própria violência.

Percebi ao longo dos relatos e das observações participantes nos grupos de reflexão que a violência de gênero presente no cotidiano das mulheres assistidas pelo CEAM não era localizada ou pontual, mas atravessava toda uma trajetória de vida. Estas mulheres vivenciaram as mais diferentes formas de violência, muitas vezes travestida de “sutilezas” que na verdade deflagravam o preconceito racial, a solidão afetivo-sexual e o desrespeito.

Seja na fase da infância, adolescência ou adulta, a produção de baixa autoestima – decorrente de práticas discriminatórias e de bullying no período estudantil –, a sensação de exclusão no mercado afetivo-sexual – em virtude do uso de termos ofensivos e da preterição de parceiros ou potenciais parceiros afetivo-sexuais – e as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho – por conta do preconceito racial e discriminação etária – sublinharam fortemente a trajetória de vida dessas mulheres, pobres e negras. Sem contar, todo esforço para se enquadrarem dentro de padrões normativos com vistas à manutenção da castidade e a formação do casamento tradicional e ao uso de modelos estéticos de beleza estruturados na cultura do embaquecimento.

A intenção de compreender o processo de ressignificação das relações violentas com parceiros íntimos, em certa medida foi jogada por terra justamente por desvendar uma pluralidade de atores envolvidos nos contextos de violência para além da conjugalidade, o que

possibilitou reiterar a lógica relacional da violência de gênero sob a perspectiva de um poder assimétrico que circula e se constrói em rede. As dinâmicas de violência analisadas representavam um jogo de concessões, compensações e fluxos de regras e poderes.

O apoio institucional do CEAM, instituição com objetivo de fortalecer a autonomia e a autoestima e promover a cidadania das mulheres, foi fundamental enquanto espaço de escuta e troca de experiências. Contudo, as práticas e as abordagens nos grupos de reflexão, por vezes, insinuavam um caráter terapêutico e tutelar sobre as mulheres. Sendo assim, temas importantes como sexualidade, trabalho e geração de renda ficaram à margem nas discussões dos grupos, ameaçando sua capacidade de politizar e empoderar as mulheres. Ainda sim, era inteligível o processo de ressignificação da violência para as informantes. Nesse ponto, ficou evidente a noção de violência como falta de respeito no mérito das relações interpessoais de modo geral e a construção de uma rede de solidariedade entre elas.

O processo de redescoberta apontou para o desejo das interlocutoras de “furar o bloqueio” das interdições que se apresentaram como obstáculos para ocupação dos espaços sociais. Este embate abrangeu desde a ruptura de relacionamentos cujos parceiros tinham comportamentos machistas que coíbiam o progresso em busca de idealizações profissionais e pessoais até a perspectiva de solidificar ou engendrar planos futuros. A questão da sexualidade e as experiências no lidar com seus corpos reposicionaram as mulheres em suas relações afetivo-sexuais à medida que vivenciavam relações baseadas no respeito e no afeto. O fato de sentirem-se desejadas sexual e afetivamente pelos parceiros produzia nelas autoconfiança, desprendimento, satisfação sexual e elevação da autoestima, contribuindo para uma melhor aceitação física, estímulo ao autocuidado e equilíbrio emocional.

No processo de reconstrução dos laços afetivos notei que este quesito tinha um teor dramático mais intenso que os demais. Nas trajetórias de vida envolvendo os contextos familiares, os conflitos e a estruturação familiar foram cercados por lacunas, histórias para serem escritas ainda e outras que talvez nunca sejam. De certo, os modelos familiares das informantes repercutiram negativamente na dinâmica e na resposta ante as situações de violência. O nó crítico dos conflitos girou em torno da relação mães e filhos, devido ao ônus e a frustração das interlocutoras por sentirem que não desempenharam adequadamente seu papel de mãe. Estes conflitos manifestaram-se tanto silenciosamente, através do distanciamento ou indiferença dos filhos, quanto explicitamente, através de agressões físicas infringidas aos filhos. No entanto, a reconstrução dos laços afetivos entre mães e filhos aparece como a possibilidade mais próspera e receptiva em relação à reconstrução com outras pessoas dos seus convívios íntimos.

Um dos aspectos mais interessante em elaborar esta pesquisa foi pode dar voz às mulheres que pareciam estar com um nó preso na garganta há muito tempo. Ao narrarem suas trajetórias de vida, essas mulheres trouxeram à memória seu passado, seu presente e seu futuro e a expectativa de se reinventarem enquanto mulheres, negras, pobres e moradoras da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

O tema não se esgota aqui, é necessário ampliar o debate que cerca a violência de gênero e a interseccionalidade, visto que estes recortes são essenciais para a construção de políticas públicas e para a capacitação de profissionais no manejo e no enfrentamento da violência. Especificamente, na área na saúde é de fundamental importância capacitar os profissionais para além dos modelos padronizados de cuidado já existentes, é preciso ampliar esse cuidado de modo e estruturá-lo e considerá-lo a partir das esferas sociais (família, histórias de vida e práticas singulares de atendimento e cuidado).

A pesquisa trouxe à tona um universo limitado de mulheres em situação de violência de gênero que conseguem apoio institucional para romper com o ciclo da violência. No entanto, onde estão aquelas que ainda não foram instrumentalizadas? Que ainda compreendem a relação violenta como um binômio vítima-agressor e, portanto, perpetuam essa posição e mantêm a lógica das trocas de aceitação e controle? É preciso um esforço conjunto e contínuo da sociedade civil, das instituições de ensino e da esfera política para desconstruir modelos culturalmente instituídos que persistem em colocar as mulheres no lugar de submissão, de inferioridade e de marginalização, para que dessa forma os ressignificados, as redescobertas e as reconstruções possam de fato acontecer.

REFERENCIAS

ACOSTA, F.; ANDRADE FILHO, A.; BRONZ, A. *Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero. Metodologia*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

BANDEIRA, L.M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, v.29, nº2, p.449-470, maio-agosto, 2014.

BERTIN, I.P.; PASSOS, M.C. *A transmissão psíquica em debate: breve roteiro das transmissões psicanalítica e sistêmica*. Interações, Universidade Federal do Paraná, Paraná, v. 8, nº 15, p. 65-79, jan-jun, 2003.

BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. *Sociologias*, Porto Alegre, v.3, nº5, p. 240-265, jan-jun. 2011.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAH, A. Diferença, diversidade e diferenciação. *Cadernos Pagu*, nº26, janeiro-junho, p. 329-376, 2006.

BRANDÃO, E.R. Renunciante de direito? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, nº2, p. 207-231, 2006.

BRASIL. *Decreto nº 107*, de 31 de agosto de 1995. Aprova o texto da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 set.1995, seção, p. 13470.

_____. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2005.

_____. *Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referências de atendimentos à mulher em situação de violência*, Brasília, DF, 2006.

_____. *Lei 11.340/2006* (Maria da Penha), de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 ago. 2006.

_____. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra* Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Brasília, DF, 2007.

_____. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, DF, 2008.

_____. *Lei 12.288/2010*, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

_____. *Pacto Nacional pelo Enfretamento à violência contra as mulheres* Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília, DF, 2010.

_____. *Pacto Nacional pelo Enfretamento à violência contra as mulheres* Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, DF, 2011.

_____. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*. Secretaria Gestão Estratégia e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa, 2 ed. Brasília, DF, 2013.

BUTLER, J.P *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, N.M.B. Psicologia e relações de gênero: a socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres. In: ZANELLA, AV., et al., org. *Psicologia e práticas sociais* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 260-272, 2008.

CARNEIRO, S. *Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo políticas para as mulheres. Mulheres negras, violência e pobreza*. In: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher. Brasília, p.11-13, 2003.

CARVALHO, I.C.M. Raça e etnia no contexto da Conferência de Beijing. In: *O livro de saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, 2000.

_____. *Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 9, nº9, p.283-302, julho, 2003.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.

CORREA, O.B.R. *Transmissão psíquica entre as gerações*. Psicologia USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, v.14, nº3, p.35-45, 2003.

COSTA, J.F. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro. Graal, 1983.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro com especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, nº1. P. 171-188, jan.2002.

DEBERT, G. GREGORI, M.F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, nº 66, p.165-221, fev. 2008.

DESLANDES, S.F. et al. orgs. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, 7 ed. Petrópolis /Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ENNE, A.L.S. “*Lugar, meu amigo, é a minha Baixada*”: memórias, representações sociais e identidades. 2002, p.438. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado, 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GAGNON, J.H. *Uma interação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Tradução Lúcia Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GREGORI, M.F. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

HENNING, C.E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, Londrina, v.20, nº2, p. 97-128, jul-dez, 2015.

LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, 16 ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MACHADO, L.Z. *Masculinidades e violências*. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Brasília, 2001. (Série Antropologia, 290).

MATTOS, C.L.G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In. MATTOS, C.L.G., CASTRO, P.A., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, p. 49-83, 2011.

MENEGHEL, S.N. et al. Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.16, nº 3, p.747-757, jul-set, 2000.

MENEGHEL, S.N.; FARINA, O.; RAMÃO, S.R. História de resistência de mulheres negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13, nº 3, p. 567-583, set-dez, 2005.

MONTAGNER, M.A. Trajetória e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, v.9, nº17, p.240-264, jan-jun, 2007.

MORGANTE, M.M.; NADER, M.B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: *XVI Encontro Regional de História da Anpuh- rio: Saberes e pátrias científicas*. Jul-ago, 2014.

MOUTINHO, L. *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Unesp, 2004.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo horizonte: Autêntica, 2014.

NADER, M.G.; KOLLER, S.H. A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 19, nº3, p. 395-406, 2006.

NOGUEIRA, O. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

OSÓRIO, R.G.O. *Sistema de classificação de “cor ou raça” do IBGE*. Texto para discussão, n. 996, Brasília – DF: IPEA, 2003.

_____. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M. (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil após 120 anos de abolição*, 1 ed. Brasília – DF: IPEA, nov, 2008.

PACHECO, A.C.L. “Branca pra casar, mulata pra f..., e negra pra trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008, p. 317. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PISCITELLI, A. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiás, v.11, nº 2, p.263-274, jul-dez, 2008.

RIBEIRO, M. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, nº3, p.887-1004, set-dez, 2008.

RUDIO, F.V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

SAFFIOTI, H.I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 16, p. 115-136, 2001.

SANTOS, I.M.M; SANTOS, R.S. A etapa de análise no método história de vida: uma experiência de pesquisadores de enfermagem. *Revista Texto e Contexto de Enfermagem*, Florianópolis, v. 17, nº4, p. 714-719, out-dez, 2008.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução Christine Ruffino Dabat e Maria Betânia Ávila. Nova York, Columbia University Press. 1988.

SILVA, A.P.; BLANCHETTE, T.G.: Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina. *Cadernos Pagu* (50), Campinas-SP, Núcleos de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp 2017.

SILVA, S.G.: Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 26, nº3, p.556-557, set, 2010.

SILVA, L.L.; COELHO, E.B.S.; CAPONA, S.N.C.: Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v.11, nº21, p.93-103, jan-abr, 2007.

SILVEIRA, R.S.; NARDI, H.C.: Interseccionalidade, gênero e etnia e a lei Maria da Penha. *Psicologia e Sociedade*, Rio Grande do Sul, v.26, nº spe., p. 14-24, 2014.

SPINDOLA, T.; SILVA, R.S.: Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). *Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 37, nº2, p. 119-126, 2003.

WHITE, E.C.: *O amor não justifica: mulheres negras e violência*. In: *O livro de saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Criola/Palas, 2000.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas

Características socioeducacionais

Cor (autodeclarada):

Cor de acordo com a definição do IBGE: () Branca () Preta () Parda

() Amarela () Indígena

Cor atribuída pela entrevistadora:

Idade:

Estado civil:

Bairro onde mora:

Número/idade de filhos:

Escolaridade:

Prática religiosa:

Trajatória familiar

Você foi criada por quem? Conte-me como essa criação? Como é sua relação com as pessoas que participaram da sua criação? Que fatos você considera importantes que expressariam essa relação (afetos, mágoas, conselhos, hábitos geracionais, relação dos pais). Considerar outras figuras importantes da trajetória familiar (avós, tios, amigos etc.).

Como é sua a relação com os filhos?

E a relação deles(s) com o pai (s)?

Em relação à violência, de que maneira essa situação interferiu/interfere na relação com os filhos?

O que você espera daqui para frente em relação aos seus filhos/ sua família?

Trajatória de estudos e trabalho

Sobre trajetória educativa

Fale sobre seu período de estudante (tirava boas notas, relação com professores e colegas de turma).

Em algum momento teve que interromper os estudos? Por quê? (Explorar experiências de discriminação, dificuldades de acessos).

Tem projetos futuros com relação aos estudos?

Sobre trajetória profissional

Você está trabalhando, praticando, aprendendo alguma atividade remunerada? Que tipo? Há quanto tempo? Exercia atividade remunerada antes? (Sempre trabalhou, se não, por quê?).

Explorar experiências de discriminação, dificuldades de acessos.

Como avalia sua atividade profissional hoje?

Como e em que medida contribui financeiramente com os gastos da família?

O que espera futuramente com relação ao trabalho? Em algum momento a experiência de violência interferiu em suas atividades profissionais? Por quê?

Trajatória afetivo-sexual / situações de violência

Sobre trajetórias afetivo-sexuais

Conte-me um pouco sobre seus relacionamentos anteriores? (primeiro namorado, primeira relação sexual, duração dos relacionamentos, o que é importante para a escolha de um parceiro).

Dentre essas relações, qual (is) você considera mais importante? Por quê?

Quais foram as expectativas dos seus parceiros em relação ao sexo e as suas características físicas?

E você, como é sua relação com seu corpo? (explorar aspectos relacionados ao preconceito, autoestima)

Sobre situações de violência

Qual o significado de violência para você?

Em relação à experiência de violência sofrida, em que momento você observa que se iniciou?

Como era a relação antes disso?

Em que momento e como buscou apoio para o enfrentamento da violência? (CEAM, círculos de amigas, redes sociais);

Como é essa relação hoje? (comportamento do parceiro, ruptura ou não); Perfil do parceiro (idade, cor, trabalho/escolaridade).

APÊNDICE B - Roteiro de observação participante

Ambiência

Observar distribuição dos espaços (disposição das cadeiras, a posição da coordenação, das mulheres); Cartazes, folders, imagens de remetam à temática da violência; Características das mulheres em termos socioculturais;

Expressões e sentidos relacionados à trajetória de vida;

Observar gestos, olhares, tom de voz, silêncios, pausas, linguagem (comum ao grupo), intervenções da equipe. Interação do grupo (gestos de acolhimento, mediação das falas, grau de participação);

Observar os pontos que expressam a relação com os parceiros íntimos, vida familiar e comunitária e aspectos relativos ao trabalho e educação.

Dinâmica de Trabalho da equipe

Observar abordagem dos profissionais com as usuárias (temas de discussão programados em cada sessão); Participação nas reuniões de equipe Processo de triagem (referências e contra referências/ outras redes de apoio).

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada Trajetória de vida de mulheres negras assistidas por um Centro Especializado de Atendimento à mulher em situação de violência: (re)significados, (re)descobertas e (re)construções, conduzida pela pesquisadora Carolina Silveira da Conceição. Esta pesquisa tem por objetivo compreender como mulheres negras em situação de violência reavaliam as relações com seus parceiros íntimos, redescobrem seu papel nos espaços sociais e reconstróem seus vínculos afetivos.

Você foi selecionada por estar sendo acompanhada no CEAM. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

A pesquisa pode envolver riscos como, por exemplo, durante as entrevistas, algumas perguntas poderão provocar lembranças de eventos traumáticos, perdas, angústias. Porém, assumo o compromisso de estabelecer e respeitar seus limites e tempo referentes às questões que envolvem sentimentos dolorosos e momentos de silêncio e respeitar a recusa em responder algumas questões. Esclareço também, que sua participação não será remunerada nem implicará em gastos para você.

Os benefícios da pesquisa consistem em dar maior visibilidade à causa de mulheres em situação de violência para que as redes de apoio sejam mais estruturadas e outras criadas e permitir que suas histórias alcancem outras mulheres que passam por situações semelhantes, mas que ainda não conseguiram ajuda para lidar com o problema da violência.

Sua participação na pesquisa consistirá em uma entrevista com perguntas relacionadas às questões referentes à sua história de vida, família, emprego, relacionamentos amorosos e sobre as situações de violência. A entrevista será feita pela pesquisadora e ocorrerá no espaço do CEAM, com duração de aproximadamente uma hora. A entrevista será gravada com o uso de um gravador de voz.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Seu nome não será divulgado, serão usados nomes falsos.

O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação dos indivíduos e da instituição.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Carolina Silveira da Conceição, Enfermeira, Mestranda em saúde Coletiva, Rua Paulo Pires, 99, bloco 5, lote 2, 101, Tomás Coelho, CEP 20750-330. E-mail: carolinaconceicao@ig.com.br,

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524 – sala 7.003-D, Maracanã, Rio de Janeiro, CEP 20559-900, telefone (21) 2334-0235, ramal 108. E-mail: cep-ims@ims.uerj.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____